



Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# Hezbollah e Hamas: Estudo comparativo entre duas organizações terroristas islâmicas

**Sandra Cristina Rodrigues Coelho**

Prof. Doutora Teresa Almeida e Silva

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Estratégia

Lisboa  
2016

VALORIZAMOS PESSOAS

[WWW.ISCSP.U LISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.U LISBOA.PT)

**Por opção da autora, a presente dissertação não segue as normas vigentes no Acordo Ortográfico de 1990**

## **Agradecimentos**

Os meus primeiros agradecimentos vão para a Professora Teresa Almeida e Silva, que desde logo se disponibilizou para me orientar na elaboração deste trabalho. Agradeço-lhe todo o apoio, prontidão e conhecimento que me transmitiu e, sobretudo, por me ter inspirado a prosseguir a temática de terrorismo e estudos islâmicos.

Agradeço, também, ao ISCSP, particularmente a todos os professores e colegas com quem me cruzei nos últimos cinco anos que, de alguma forma, contribuíram para a construção do meu percurso académico que, para já, culmina com a presente dissertação.

Aos meus amigos, pelo seu companheirismo. Destes destaco a Diana Simas, companheira de todas as horas, pelo seu apoio incondicional.

Aos meus avós, por acreditarem sempre em mim e nas minhas capacidades.

À Sónia, ao André e ao Afonso, por iluminarem a minha vida com a sua amizade e carinho, e por me incentivarem a ser melhor.

Aos meus Pais, por terem feito de mim a pessoa que sou hoje, por todo o seu apoio, pelas oportunidades que me proporcionam, e por me desafiarem a prosseguir os meus objectivos.

## Índice

Agradecimentos	III
Resumo	VIII
Abstract	IX
I. Introdução	10
1.1. Objecto de Estudo	10
1.2. Justificação da Escolha do Tema	11
1.3. Problemática de Investigação e Objectivos	12
1.4. Conceitos Operacionais	13
II. Metodologia	17
III. Enquadramento Teórico	18
IV. Hezbollah	
4.1. História da organização	21
4.2. Ideologia do Hezbollah	24
4.3. Actividades desenvolvidas pelo Hezbollah	27
4.4. Rede de Financiamento do Hezbollah	39
V. Hamas	
5.1. História da organização	53
5.2. Ideologia do Hamas	56
5.3. Actividades desenvolvidas pelo Hamas	58
5.4. Rede de Financiamento do Hamas	73
	IV

VI. Hezbollah e Hamas: Um Paralelismo	
6.1. Motivações e Objectivos	82
6.2. Actividades e Táticas	85
6.3. Aliados e Inimigos	88
6.3.1. Aliados e Inimigos do Hezbollah	88
6.3.2. Aliados e Inimigos do Hamas	97
6.4. Relação entre o Hezbollah e o Hamas	108
6.5. Financiamento	111
VII. Conclusão	116
VIII. Bibliografia	119
Anexos	128
Anexo 1 – Mapa da distribuição geográfica dos principais grupos confessionais do Líbano	
Anexo 2 – Mapa das forças estrangeiras no Líbano, em Julho de 1992	
Anexo 3 – Mapa da evolução territorial do conflito israelo-palestiniano (1920-2013)	
Anexo 4 – Mapa da Segunda Guerra do Líbano (2006)	
Anexo 5 – Mapa da Guerra da Síria: Alinhamento dos <i>key-players</i> , em Fevereiro de 2016	
Anexo 6 – Operação Protective Edge: Mapa dos túneis do Hamas (2014)	

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Estrutura do Hezbollah (Parte 1)	29
Figura 2 – Estrutura do Hezbollah (Parte 2)	30
Figura 3 – Estrutura e relações do Conselho da <i>Jihad</i> do Hezbollah	31
Figura 4 – Diagrama da Estrutura Interna do Hamas	62

*Life under occupation is life under permanent terrorism.*

– Shai Carmeli-Pollak

## **Resumo**

O Hezbollah e o Hamas são duas das organizações terroristas, de matriz islâmica, mais proeminentes no cenário regional do Médio Oriente. Com base neste pressuposto, a presente dissertação tem o propósito perfilar e comparar as duas organizações de forma a apurar como é que estas alcançaram a efectividade operacional que actualmente possuem.

Como tal, iremos investigar todos os aspectos que compõem o Hezbollah e o Hamas, respectivamente: desde as suas matrizes ideológicas, passando pelas respectivas estruturas organizacionais e pelas actividades que desenvolvem, até às redes de financiamento a que recorrem. Por fim, procuraremos delinear um paralelismo entre as componentes enunciadas de cada organização.

**Palavras-chave:** Hamas; Hezbollah; Islão; Israel; Líbano; Palestina; Terrorismo.



***Abstract***

*Hezbollah and Hamas are two of the most prominent Islamic terrorist organizations in the Middle East. On this basis, this thesis is intended to profile and compare the two organizations in order to determine how they have accomplished the operational effectiveness that currently possess.*

*Therefore, we will research all of the aspects that comprise Hezbollah and Hamas, respectively: from their ideological framework, through their respective organizational structures and through the activities they develop, to the financing networks to which they resort. Finally, we will design a parallel between the stated components of each organization.*

***Keywords:*** *Hamas; Hezbollah; Islam; Israel; Lebanon; Palestine; Terrorism.*

## I. Introdução

*“All too often we are reminded that terrorism continues to inflict pain and suffering on people all over the world. Hardly a week goes by without an act of terrorism taking place somewhere in the world, indiscriminately affecting innocent people, who just happened to be in the wrong place at the wrong time.”* (ONU, s.d.)

Actualmente, o combate ao terrorismo constitui uma prioridade nas agendas de segurança e defesa dos Estados. Porém, o seu carácter virulento e difuso dificulta a sua expurgação, reclamando, por esse motivo, o seu estudo contínuo e exaustivo de maneira a que consigamos entender as suas motivações mais profundas, pois o sucesso do seu combate está intimamente ligado à sua compreensão.

Por outro lado, organizações como o Hezbollah e como o Hamas confirmam a sofisticação deste fenómeno, provando a complexidade da missão que corresponde ao entendimento da ameaça terrorista. Ao possuírem uma natureza multidimensional, isto é, sendo um partido político actuante no *status-quo* que dispõem de um braço armado, fazemos questionar a sua definição terrorista, e obrigam-nos a equacionar o seu papel no quadro geopolítico do Médio Oriente.

Neste sentido, a presente dissertação propõem-se investigar o fenómeno inédito que o Hezbollah e o Hamas representam, analisando comparativamente ambas as organizações.

### 1.1. Objecto de Estudo

O Islão reergueu-se como força mobilizadora na política dos Estados muçulmanos, durante os decénios de 1970 e de 1980. O ressurgimento islâmico na esfera política reflectiu o crescente revivalismo da religião, quer no plano da vida pública, quer no plano da vida privada, que se fez sentir na maioria das sociedades muçulmanas da época. Desde então, a religião islâmica tem sido empregue, tanto por governos, como por movimentos de oposição, como um instrumento de reforço autoritário e de congregação social (Esposito, 1999, pp. 9-10).

O revivalismo islâmico encontra as suas raízes em crises e conflitos ocorridos nos anos 1960 e 1970, dos quais destacamos a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Quando Israel

derrotou rápida e decisivamente as forças árabes, e anexou os Montes Golan, a Península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, e Jerusalém Leste, esta constituiu uma derrota que devastou o orgulho e a identidade do mundo árabe-muçulmano. Em particular, a perda de Jerusalém, a terceira cidade santa do Islão, tornou a libertação da Palestina uma causa religiosa (islâmica), em vez de regional (árabe) (Idem, p. 10).

Em virtude da fatídica derrota de 1967, nos decénios seguintes, surgiram, no mundo árabe-islâmico, sentimentos de desilusão pela ineficácia do secularismo, dos modelos ocidentais, e pelos próprios aliados ocidentais que persistiam em apoiar Israel. A rejeição da hegemonia ocidental e sionista, agravada pela disrupção política, económica e social de cada Estado, acabou por conduzir as sociedades árabes-muçulmanas ao refúgio no Islão, enquanto força política (Idem, pp. 11-13).

Nesta senda, o revivalismo islâmico acabou por catalisar a criação de movimentos radicais que advogam a defesa violenta da sua religião, cujos objectivos são políticos. O Hezbollah e o Hamas são produto (indirecto) deste fenómeno, ainda que adaptados à realidade na qual se inserem.

Como tal, o objecto de estudo da presente dissertação são as organizações terroristas islâmicas Hezbollah e Hamas. Mais concretamente, será investigada e analisada a matriz ideológica de ambas as organizações, bem como os seus objectivos, as respectivas estruturas internas, as actividades desenvolvidas e financiamento das mesmas, com a finalidade de estabelecer uma relação de paridade entre ambas.

## **1.2. Justificação da Escolha do Tema**

O contínuo crescimento do revivalismo islâmico originou, em alguns casos, a fundação de movimentos que, através da defesa violenta da fé, procuram subverter a ordem secular instaurada a favor de um sistema político islamizado, que se estenda a todos os aspectos da sociedade (Silva, 2010, p. 239).

A organização libanesa, Hezbollah, e a organização palestina, Hamas, são dois exemplos que ilustram esta situação. Neste sentido, estas duas organizações emergiram como actores violentos, face à incapacidade da ordem estabelecida em pôr termo à ocupação estrangeira do seu território. Porém, o islamismo extremista tem sido diluído em ambas

organizações, abrindo caminho ao pragmatismo e ao diálogo. Por isso mesmo tornaram-se organizações híbridas, isto é, são simultaneamente um partido político que actua dentro dos limites do *status-quo*, mas que se recusa a abdicar da sua militância.

Postas estas particularidades, o Hezbollah e o Hamas constituem um novo fenómeno para o estudo do terrorismo de índole islâmica. Como tal, a presente dissertação, no âmbito do Mestrado em Estratégia, propõe-se a contribuir para a sistematização do conhecimento sobre o fenómeno político que estas duas organizações islâmicas representam. Mais especificamente, este estudo pretende consolidar a base académica do estudo desta temática, de forma a facilitar, futuramente, a identificação de problemas estratégicos, relacionados com o terrorismo islâmico, bem como a definição e operacionalização de modalidades de acção estratégica. Ao partir de estudos de caso como o Hezbollah e o Hamas, a presente dissertação, no âmbito do combate ao terrorismo, procura possibilitar a reavaliação de técnicas estratégicas existentes e a criação de novas técnicas. Por fim, preconiza-se, ainda, que este estudo seja um instrumento que auxilie a tomada de decisão e a gestão de crises, quer ao nível político, quer ao nível operacional.

### **1.3. Problemática de Investigação e Objectivos**

Atendendo ao tema que nos propomos a investigar, pretende-se dar resposta à seguinte pergunta de partida: “Quais são as principais semelhanças e diferenças entre o Hezbollah e o Hamas?”

No âmbito do quadro teórico do tema, definimos os seguintes objectivos, de modo a responder à pergunta de partida com todo o rigor e clareza possíveis:

#### **Objectivo Geral**

A presente dissertação tem como objectivo fazer um estudo comparativo entre o Hezbollah e o Hamas, de modo a aferir em que medida é que os dois movimentos são similares. Neste sentido, foi traçado o perfil de cada organização de forma a possibilitar uma análise comparada.

#### **Objectivos Específicos**

- Estudar o quadro ideológico do Hezbollah e do Hamas;

- Analisar a estrutura interna das duas organizações terroristas;
- Investigar as acções e tácticas executadas por ambas as organizações terroristas;
- Investigar as fontes de financiamento das duas organizações terroristas;
- Estudar o posicionamento regional do Hezbollah e do Hamas;
- Estabelecer uma relação entre os diversos componentes que dão forma a cada organização, de modo a aferir se existem pontos análogos.

#### 1.4. Conceitos Operacionais

Para facilitar a compreensão das temáticas abordadas ao longo da presente dissertação, iremos definir os seguintes conceitos operacionais: fundamentalismo islâmico; nacionalismo; pan-arabismo; e terrorismo.

O **fundamentalismo** religioso tem sido empregado como um instrumento de mudança social de forma a melhorar o bem-estar, particularmente das classes mais baixas da sociedade e para incentivar as massas a participar na esfera política. Tem servido, também, como uma ferramenta de união social a favor de causas conservadoras, e como um meio de eliminar ou limitar os direitos adquiridos pela comunidade política (Idem, p. 238).

No que se refere ao Islão, esta é uma religião que não distingue a esfera secular da religiosa. Isto significa que, para os movimentos muçulmanos, o Islão não se trata de um conjunto de rituais e crenças, é na verdade muito mais que isso, é uma religião que traduz um movimento moral e social. Como tal, o objectivo deste género de movimentos é estabelecer uma ordem submetida aos princípios islâmicos (Idem, p. 238).

Embora seja difícil definir as causas do fundamentalismo islâmico, podemos identificar a imposição de sistemas políticos ocidentais ao mundo muçulmano como uma delas. O Ocidente implementou as suas ideologias laicas que acabaram por fracassar na resolução dos problemas sociais, políticos e económicos das sociedades islâmicas. Os próprios Estados muçulmanos procuraram sistemas alternativos que foram igualmente malsucedidos. Estes dois factores deram origem a movimentos religiosos que prometem encontrar soluções na fé. A defesa violenta destas ideias trata-se de fundamentalismo islâmico (Idem, pp. 238-239).

Não obstante assumir inúmeros contornos que variam infindavelmente de Estado para Estado, o fundamentalismo muçulmano baseia-se em temas recorrentes: no sentimento que o sistema político, económico, e social existente falhou; no desencantamento com – e por vezes rejeição – o Ocidente; na busca pela identidade e pela autenticidade; e na convicção que o Islão providencia uma ideologia auto-suficiente para o Estado e para a sociedade, bem como uma alternativa válida ao nacionalismo secular, ao socialismo, e ao capitalismo (Esposito, 1999, p. 12).

O fundamentalismo islâmico apresenta-se, assim, como uma ideologia original, cujas causas e acções são de natureza predominantemente política, e portanto, repudia o laicismo, a ocidentalização e as subsequentes oligarquias, e nutre um ressentimento contra o atraso, contra a corrupção, e contra a injustiça (Lara, 2015, pp. 582-583).

Antes de desenvolvermos o conceito de **nacionalismo**, importa esclarecer, primeiramente, o conceito de “nação”. Existem duas correntes opostas que abordam paralelamente a definição de nação: uma primeira de carácter objectivo e transpersonalista, e outra de índole subjectiva e personalista (Idem, p. 308).

A primeira define nação como uma aglutinação de características objectivas, exteriores e sucessórias que se impõem aos indivíduos. De acordo com esta concepção, a raça ou etnia, a língua, seguida do território, dos costumes e da religião constituem traços comuns que definem uma nação, não havendo, por isso, qualquer voluntarismo ou consciencialização por parte dos indivíduos. Em suma, a nação acontece, e a pertença ou não pertença à mesma é verificável, mas não é discutível. A segunda corrente opõe-se à primeira, defendendo que é a aceitação ou a rejeição do indivíduo em participar em certa prática histórica, que inclui as consequências presentes e futuras envolvidas nessa atitude, que define a sua pertença a determina nação. Por ter em conta que a vontade e os sentimentos dos indivíduos, esta trata-se de uma corrente subjectiva e personalista. No entanto, a atitude cientificamente mais correcta perante a definição de nação passa pelo entendimento que o processo de formação da nação é sempre original, uma vez que está dependente de experiências históricas e sociológicas próprias (Idem, pp. 310-314).

No que diz respeito à nação como ideologia, considera-se que a “Idade do Nacionalismo” foi inaugurada na Revolução Francesa, quando a nação começou a ser integrada no discurso político, e por isso tornou-se em “*pensamentos concebidos como entidades autónomas, desenvolvendo-se de modo independente, submetidos às suas próprias*

*leis, sistemas de ideias conexas com a acção, compreendendo um programa e uma estratégia para actuação, destinando-se a mudar ou a defender a ordem política existente”* (Weidle, 1959, p. 77 citado em Maltez, 1996, p. 402). Isto é, a nação enquanto ideologia transformou-se num sistema de ideias com peso social (Maltez, 1996, p. 402).

Neste sentido, o século XIX foi o centenário do despertar das nações, quando o romantismo transformou o individualismo em colectivismo. O nacionalismo tem efeitos ambíguos, isto é, pode “unir para dividir” ou “distinguir para unir”. Podem apresentar-se como movimentos de resistência contra a tirania dos aparelhos de poder do Estado, com o intuito de eliminar a ordem imposta, ou podem tentar refazer o todo, através de autodeterminações (Idem, p. 425).

Neste âmbito, em meados da década de 50 do século passado, surgiu o nacionalismo árabe. De matriz transnacional, o pan-arabismo representa a asserção do nacionalismo árabe, que defende a cooperação entre os Estados árabes como forma de desfilar o domínio ocidental da economia e da política internacional (Mellon, 2002, p. 4). Representa uma visão, partilhada pelo mundo árabe, que culpabiliza o imperialismo europeu pela sua invasão e ocupação, bem como pelas suas políticas divisórias que resultaram no delineamento de fronteiras artificiais, com o propósito de subjugar as populações árabes e islâmicas. Como tal, o pan-arabismo defende a contínua luta contra o colonialismo, exacerbado pelo papel do Ocidente na criação de uma colónia ocidental (Israel) em território árabe. Além disto, denuncia também o insucesso das lideranças árabes tradicionais, baseadas no nacionalismo ocidental liberal (Esposito, 1999, pp. 67-68).

O programa do nacionalismo árabe é de índole idealística e revolucionária, pois afirma um ideal em vez de uma realidade – a existência de nação árabe que possui unidade política e económica. A unidade árabe e a solidariedade advêm da identidade árabe transnacional, que assenta na mesma língua, na mesma história, e no mesmo território (Esposito, 1999, p. 70). Não obstante, o pan-arabismo é compatível tanto com o secularismo, como com a religião islâmica. De facto, o nacionalismo árabe compartilha afinidades linguísticas, históricas, e religiosas com o Islão. Por este motivo é utilizado como um instrumento de reforço ideológico, quer por regime seculares, quer por regimes islamizados (Mellon, 2002, p. 2). Em suma, o nacionalismo árabe é, contraditoriamente, um internacionalismo, que decorre dos factores que unificam e que dão consistência ao sentimento nacionalista que acabamos de enlencar (Lara, 2002, p. 141).

Por fim, o conceito de **terrorismo**. Este constitui sempre um acto político que é utilizado como um meio para atingir determinados objectivos. Normalmente é empregado contra a sociedade liberal do Primeiro Mundo, em qualquer zona do globo, colhendo, por isso, os benefícios das liberdades concedidas pelo pluralismo personalista que representa as referidas sociedades (Idem, p. 132). Raramente se manifesta em Estados do Segundo Mundo, ou contra os interesses dos mesmos (Lara, 2015, p. 438).

O terrorismo origina uma nova fórmula de contrapoder, pois desenvolve poderes independentes no seio do Estado, capazes de dialogar com o último e impor-lhe a tomada de certas decisões. Nesta senda, é um fenómeno que gera um poder autónomo, ilegal, informal, ilegítimo, que funciona sempre pelo uso indiscriminado da força, sendo, por norma, apoiado por Estados adversos ao modelo de Primeiro Mundo. Os ataques terroristas visam causar o pânico da opinião pública dos Estados altamente industrializados, para que estas, infestadas pelo medo, pressionem os seus governos a alterar a sua política externa, afastando-os do seu caminho e interesses habituais (Lara, 2002, p. 132).

De uma forma geral, o terrorismo é, muitas vezes, decorrente de más descolonizações, de ingerências constantes de potências de pendor hegemónico no âmbito da Guerra Fria, de migrações, e das marginalizações que os sistemas dominantes invariavelmente causam, independentemente da sua ideologia. Por outro lado, é possível identificar motivos mais concretos para justificar o terrorista, uma vez que este tipo de organizações *“desenvolvem e sustentam uma doutrina radical, bem definida, mobilizadora, que é defendida num sistema totalitário, maniqueísta e fundamentalista.”* Assim, podemos encontrar oito causas próximas que explicam o terrorismo, porém importa sublinhar que estas causas ocorrem, inúmeras vezes, em simultâneo, apesar de, em geral, haver uma predominante: racismo; independência nacional; marxismo-leninismo-trotskismo; anticomunismo e anti-subversão; anarquismo e contracultura; ecologia e defesa dos direitos dos animais; antiglobalização; e fundamentalismo religioso (Idem, pp. 138-140).

No âmbito da desta dissertação, destacamos unicamente o fundamentalismo religioso (islâmico) como causa de movimentos terroristas, cujas motivações mencionamos anteriormente. Neste sentido, acrescentamos apenas no que diz respeito ao enquadramento político do terrorismo de matriz islâmica, este, enquanto ameaça global, apresenta implicações geopolíticas e geoestratégicas que podem: *“modificar o quadro de avaliação do poder relativo dos Estados, expressas na alteração da hierarquia de prioridades de governação dos Estados-alvo; na reconfiguração da balança de poderes interna dos Estados; na redefinição de orientações de política de*



*alianças; no condicionar dos mecanismos de funcionamento dos sistemas económicos e sócio-culturais; na agudização de tensões étnico-culturais e no redesenhar da sociedade global. A complexidade do actual fenómeno terrorista, em especial o de matriz islâmica, implica a existência de políticas e estratégias de combate que devem ter como prioridade máxima a detecção, em tempo útil, da ameaça.” (Romana, 2005)*

Conforme expôs o Professor Adriano Moreira (1980, p. 24), concluímos que *“quanto mais a sociedade global tende para afluente, consumidora e pós-industrial, mais vulnerável fica à acção dos poderes erráticos.”*

O terrorismo, enquanto poder errático, e com a importância crescente nas sociedades ocidentais, deve ser considerado um poder político devido ao facto dos seus objectivos coincidirem com os que tradicionalmente preenchem as finalidades do Estado. Esses objectivos passam pela transferência da obediência civil para a organização terrorista, descreditando o aparelho de poder do Estado. O terrorismo deverá ainda ser considerado um poder político pela sua capacidade autónoma de decisão e de intervenção, que se pauta por uma ideologia radicalizada que tem o poder de dispor da vida dos seus adeptos para conquistar as suas finalidades (Idem, pp. 24-25).

## **II. Metodologia**

De acordo com a natureza do tema escolhido, e com o propósito de se responder à questão de partida, o método de investigação utilizado foi o qualitativo, uma vez que se procura descrever e analisar o perfil de cada uma das organizações em estudo, através da reconstrução dos aspectos ideológicos, funcionais e financeiros que as compõem, e tendo em atenção o contexto em que se desenvolvem. (Moreira, 2007, p. 49)

Neste sentido, a técnica de recolha de dados usada foi a investigação bibliográfica, que envolveu a consulta de livros, artigos científicos e documentos oficiais, em formato de fontes abertas.

Importa ressaltar as limitações encontradas no âmbito da pesquisa sobre a rede de financiamento do Hezbollah e, em especial, do Hamas. Devido à escassa bibliografia publicada sobre o assunto, recorreremos maioritariamente às obras de Matthew Levitt, uma vez que é o autor que apresenta publicações mais abrangentes e completas no que se refere ao financiamento de terrorismo. Chamamos, ainda, à atenção do leitor para o facto do conhecimento sobre a estrutura organizacional de ambas organizações ser superficial e

limitado, em virtude do secretismo que envolve esta matéria e de a maior parte das informações sobre o assunto serem classificadas. Não obstante, acreditamos que a inclusão da rede de financiamento e da infra-estrutura institucional do Hezbollah e do Hamas constituem uma mais-valia na construção do perfil que nos propomos a elaborar sobre as duas organizações.

### III. Enquadramento Teórico

O terrorismo internacional trata-se de um fenómeno que constitui uma preocupação para os Estados, que tem vindo a crescer desde o decénio de 80. No terceiro milénio, a inquietação agravou-se com os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, conquistando, por isso, um lugar destaque nas agendas de segurança e defesa dos Estados. Porém, a inexistência de uma definição única e consensual de “terrorismo” dificulta o desenvolvimento de mecanismos que combatam a ameaça que este fenómeno representa (Dougherty & Pfaltzgraff, 2003, pp. 494-495).

O problema resulta da variedade de motivos que mobilizam os terroristas, dos fins que visam atingir e dos métodos que empregam, aliado ao facto do terrorista poder ser considerado, sob outro ponto de vista, um libertador que arrisca a própria vida ao serviço de determinada causa – situação que se verifica com as organizações em estudo. Neste âmbito, *“o terrorismo envolve o uso da violência por entidades não estatais contra as instituições ou cidadãos de Estados, com objectivos políticos ou ideológicos, de forma calculada, e com o intuito de produzir choque e medo mediante o seu carácter aparentemente bizarro, casuístico e absurdo.”* Nesta definição de terrorismo, consideram-se apenas entidades não-estatais, pois o direito público nacional e internacional vigente no sistema estatal moderno pressupõe que são os Estados que detêm o monopólio do uso da força, a nível doméstico, para gerirem os problemas internos e para fazerem guerra segundo os requisitos das necessidades militares (Idem, pp. 495-496).

Não obstante, ao classificar de “internacional” o fenómeno terrorista, pretendemos salientar o facto de este ser um instrumento que não está limitado ao acesso de grupos subversivos, que actuam isoladamente no seio do Estado e contra o mesmo. Muito pelo contrário, o terrorismo internacional refere-se a um instrumento empregue pelo Estados na prossecução de objectivos geopolíticos. O termo expressa, também, a dimensão internacionalista das organizações terroristas no campo da estratégia e da tática. De facto,

as motivações do Hezbollah e do Hamas são essencialmente de ordem nacional, contudo possuem inúmeras ligações entre si e com países-santuário, financiadores e apoiantes da sua subversão (Lara, 2015, p. 448 e 453).

Em virtude da complexidade e vastidão desta ameaça, urge a necessidade de se estabelecerem *“sistemas eficazes que integrem recursos internacionais, federais, estatais e locais, assim como capacidades institucionais de «informação e alerta, prevenção e dissuasão, gestão de crises e das consequências e coordenação da aquisição de equipamento e tecnologia».* Sugerem também inovações imaginativas e drásticas a adoptar por parte dos governos, institutos de defesa, agências de informação, instituições de aplicação da lei e empresas, assim como pelos indivíduos envolvidos no planeamento de actividades [anti]terroristas.” (Dougherty & Pfaltzgraff, 2003, p. 499)

Em suma, é fundamental definir uma estratégia de combate ao terrorismo que *“edifique, disponha e empregue meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo.”* Sendo a estratégia uma ciência composta por um objecto preciso, susceptível de investigação e análise, que recorre a ferramentas teóricas e a práticas independentes, remetemos, novamente, para a importância e contribuição teórica do presente estudo na elaboração de eventuais estratégias anti-terroristas (Ribeiro, 2009, pp. 22-23).

Por outro lado, independentemente da sua classificação de organizações terroristas, o Hezbollah e o Hamas estabeleceram-se enquanto instituições governamentais no Líbano e na Faixa de Gaza, respectivamente. Ao colaborarem com as respectivas estruturas administrativas do Estado a que pertencem, são encaradas, a nível nacional, como um poder legítimo, o que se deve ao abandono dos seus procedimentos mais violentos. *“As Kenneth Waltz pointed out (...), eventually all radical states become «socialized into the system».”* Aplicando as palavras de Waltz ao caso do Hezbollah e do Hamas, verificamos que ambas organizações abdicaram das suas ambições ideológicas originais que, a longo prazo, poderiam comprometer a sobrevivência do seu movimento, e, portanto, adoptaram uma postura pragmática e de compromisso perante os seus objectivos primários (Walt, 2015).

Acrescenta-se, ainda, o facto do Hezbollah e do Hamas verem consagrada a sua legitimidade internamente pela incapacidade das entidades estatais do Líbano e dos territórios palestinianos fazerem cumprir os fins que lhes competem. Referimo-nos, concretamente, aos fins do Estado, isto é, ao conjunto de matérias e desempenhos que dão fundamento e razão à sua própria existência: Segurança; Justiça; Bem-estar económico e social. Por Segurança entende-se a defesa externa do Estado, bem como a garantia da ordem

interna; a Justiça refere-se à condição indispensável à garantia da paz social; enquanto o Bem-estar consiste em bem-estar material e espiritual em referência às necessidades culturais e económicas colectivas. Quer no Líbano, quer em Gaza, são o Hezbollah e o Hamas, respectivamente, que asseguram a execução dos fins estatais enumerados, confirmando, deste modo, a sua natureza híbrida (Lara, 2015, p. 285).

## IV. Hezbollah

### 4.1. História da organização

O Hezbollah (Partido de Deus) foi criado em 1973, pelo Ayatollah Mahmoud Ghaffari, na Cidade Santa de Qom, no Irão. Ghaffari foi torturado e morto, aparentemente, pelas Savak (polícia política) do último Xá do Irão, Muhammad Reza Pahlavi. No seu leito de morte, as suas últimas palavras foram: “*Só existe um Partido, o Partido de Deus*”. Após a sua morte, foi o seu filho Hojjat al-Islam Hadi Ghaffari<sup>1</sup> que assumiu a liderança da organização (Silva, 2010, pp. 223-224).

Depois de ter concluído os seus estudos teológicos, Hadi Gaffari juntou-se ao Ayatollah Ruhollah Khomeini para derrubar o regime monárquico iraniano e vencer a Revolução Islâmica. Uma vez que não era descendente do Profeta Maomé, Ghaffari não herdou o turbante preto, porém tal facto não o impossibilitou de conservar, com grande orgulho, o turbante branco (manchado de sangue) do seu pai, e continuar a construir o partido fundado pelo mesmo. Hadi Ghaffari definiu o Partido de Deus como “*uma organização etérea. Está em toda a parte e em parte alguma. Tudo o que é preciso é ter um telefone à mão para, com uma simples chamada, poder reunir nas ruas de Teerão meio milhão de pessoas, em menos de uma hora.*” Acima de tudo, o Hezbollah apresentava-se como um modo de vida, como um exército de civis, como uma irmandade semi-secreta, e por isso não se enquadrava dentro do conceito clássico de organização política (Costa, 2003, p. 128).

Hadi Ghaffari foi um líder quase invisível, uma vez que raramente se apresentava nos congressos da organização. Estabeleceu a sede do Partido na zona sul de Teerão, no edifício da antiga Escola de Enfermagem, antes da queda do Xá. No período mais conturbado da Revolução Islâmica, era possível encontrar Ghaffari rodeado de homens armados, de devotos de turbante branco, de mulheres vestidas com o manto preto islâmico (*chador*), e até de crianças e adolescentes envergando faixas nas respectivas cabeças, onde se lia “*seekers for martyrdom*”. De acordo com o então líder do Hezbollah, “*não é religião que foi criada para o homem, mas o inverso, isto é, os homens foram criados para a religião.*” (Idem, p. 128)

---

<sup>1</sup> “*A Hojjat al-Islam, since the Islamic revolution of Iran, is an “aspiring Ayatollah” who has completed his bahth-e kharij (the highest level of formal instruction) and is teaching, but has not yet gained sufficient prestige to be regarded as Ayatollah.*” (Martin, 2004, p. 310)

Depois da edificação da República Islâmica do Irão, em 1979, o Partido de Deus tornou-se, desde logo, o braço armado do regime teocrático. Conseguindo esmagar as organizações opositoras, as acções do Hezbollah trouxeram grandes benefícios ao Partido Republicano Islâmico (PRI), liderado por Ruhollah Khomeini, e seguido pelo Ayatollah Beheshti, pelo Ayatollah Ali Khamenei, entre outros. Em 1982, o regime iraniano começou a organizar o Hezbollah. Nesta senda, Khomeini ordenou que se integrassem no Partido várias organizações radicais muçulmanas, cujo activismo durante a fase revolucionária se destacou (Idem, p. 129).

A fixação do Partido de Deus no Líbano foi consequência da vontade do Ayatollah Khomeini de “exportar” a Revolução Islâmica iraniana. De facto, *“a Revolução Iraniana de 1978-79 constituiu um marco decisivo no movimento de reislamização do mundo árabe-muçulmano. O derrube do Xá Reza Pahlavi e o sucesso retumbante de uma revolução genuinamente islâmica gerou uma onda de euforia e devolveu aos muçulmanos, tanto Sunitas como Xiitas, o sentido do orgulho perdido. Este acontecimento foi interpretado como a vitória do Islão sobre as forças estrangeiras (...). Khomeini e os seus correligionários tinham tomado o poder com o objectivo declarado de transformar a sociedade iraniana”* (Pinto, 2003, p. 34 citado em Silva, 2010, p. 259).

Portanto, para criar uma verdadeira República Islâmica no Irão, Khomeini submeteu o exercício do poder político à lei islâmica, e as funções executivas, legislativas e judiciais foram assumidas, na sua totalidade, por eclesiásticos. Contudo, a visão do Ayatollah não se cingia apenas à “purificação” do Irão, e nesse sentido, tinha a ambição de expandir a revolução islâmica a outros países, nomeadamente ao Iraque e ao Líbano (Silva, 2010, pp. 260-261).

No Iraque, a exportação dos ideais da revolução iraniana, na década de 1980, não tiveram o efeito desejado, pois desde logo que se confrontaram com a oposição do governo sunita, presidido por Saddam Hussein. Apesar da comunidade shiita estar em maioria, esta sofreu um duro golpe quando o Presidente Hussein ordenou a execução dos seus líderes – Muhammad Baqir al-Sadr e Birt al-Huda (Idem, p. 262).

Khomeini teve mais sucesso na tentativa de exportação da sua Revolução Islâmica noutro Estado do Médio Oriente: o Líbano. Aqui, a difusão das ideias de Khomeini foi mais eficaz, graças ao Hezbollah. O Partido nasceu oficialmente em 1982, em Baalbek, sob a liderança de Abbas Moussawi, na véspera da invasão israelita do Líbano. Nos anos

seguintes, durante a guerra contra Israel, a organização, com apoio dos *Pasdaran*<sup>2</sup>, forneceu apoio logístico em ataques contra as forças-armadas israelitas, francesas e norte-americanas<sup>3</sup>, em Beirute. Neste sentido, cerca de 2200 *Pasdaran* fixaram-se em Sheikh Abd-Allah (Líbano), perto da fronteira síria, e em al-Darak, nos arredores de Baalbek, no Vale de Bekaa. O contingente militar fixado em território libanês respondia perante o Comandante-Chefe dos *Pasdaran* em Teerão, Mohsen Reza'i (Costa, 2003, pp. 130-131).

Quanto ao enraizamento do Partido de Deus no Líbano, é necessário ter em conta o contexto político-social em que a sociedade da época se inseria. Durante grande parte da história moderna do Líbano, os cristãos foram a classe dominante em termos económicos e políticos. Já os muçulmanos eram considerados cidadãos de segunda categoria, e os muçulmanos shiitas, em particular, estavam no fundo da pirâmide societária, uma vez que eram a comunidade mais desorganizada e desfavorecida quer em termos políticos, quer em termos económicos (Esposito, 1999, p. 149).

O sistema político libanês, estabelecido em 1943<sup>4</sup>, era baseado no confessionalismo, no qual o poder político é distribuído proporcionalmente pelas diferentes facções religiosas. Segundo os censos de 1932, a facção cristã maronita estava em maioria relativamente aos muçulmanos sunitas e shiitas, consideradas as seguintes maiores facções respectivamente. Portanto, com base no recenseamento de 1932, foi criado um “Pacto Nacional” que definiu que os lugares do governo seriam atribuídos de acordo com a dimensão de cada facção, e os lugares no parlamento eram distribuídos entre islâmicos e cristãos num rácio de 6/5, favorecendo os últimos. Ao longo das décadas, o sistema político acabou por se desactualizar, uma vez que não foram realizados novos censos, deixando a facção maronita em vantagem relativamente às restantes (Harik, 2005, p. 17).<sup>5</sup>

Além disto, a comunidade shiita que estava concentrada, sobretudo, nas regiões rurais e periféricas, no sul ou no Vale de Beeka, e, por isso, estava privada até de condições sanitárias básicas, como distribuição de água potável e saneamento, enquanto a comunidade cristã, que estava sediada na capital do Estado, beneficiava dos efeitos da modernização.

---

<sup>2</sup> São a tropa de elite do Irão, e considerados os Guardas da Revolução Islâmica (Costa, 2003, p. 130).

<sup>3</sup> Israel invadiu o Líbano, em 1982, com o apoio de França, e dos EUA (Wiegand, 2009, p. 671).

<sup>4</sup> O ano de 1943 marcou o fim do Mandato Francês, estabelecido pela Liga das Nações no fim da I Guerra Mundial, e a consequente independência do Líbano (Harik, 2005, p. 17).

<sup>5</sup> Ver Anexo 1.

Todas estas injustiças sociais e políticas acabariam por culminar numa guerra civil, em 1975, que opunha muçulmanos a cristãos (Idem, p. 18).

Durante a guerra o exército libanês praticamente desapareceu, pois tanto soldados como oficiais abandonaram os seus postos para se juntarem às milícias correspondentes aos seus credos. Acrescenta-se ainda o fluxo crescente de refugiados palestinianos no Líbano, que se juntaram às forças libanesas islâmicas contra os cristãos, a fixação da Organização de Libertação da Palestina (OLP) no sul do Estado, e a consequente invasão israelita (1982), confirmavam o estado caótico em que o Líbano se encontrava (Idem, pp. 18-19).

A instituição do Hezbollah no Líbano coincidiu com o despertar da consciência activista da comunidade shiíta, que resultou do triunfo da Revolução Iraniana. Este grupo armado juntou-se à população islâmica local na contestação do *status-quo*, o que acabou por facilitar a sua fixação no Estado. A guerra civil e a ocupação israelita fomentaram o sentimento anti-sionista e anti-imperialista, que tanto os libaneses muçulmanos como a organização partilhavam. Ao longo da guerra ocorreram vários episódios sangrentos que vieram acentuar essa revolta, como foi o caso do massacre feito pelos Cristãos Falangistas, com conivência israelita, aos palestinianos e libaneses nos campos de refugiados de Shatila e Sabra (Esposito, 1999, p. 154). A todos estes factores, podemos acrescentar ainda a coligação que se formou entre shiítas e sunitas radicais, em 1986, que foi determinante para o fim do domínio do Líbano pelos cristãos, o que permitiu que o Estado se tivesse tornado um verdadeiro campo de actuação para a exportação da Revolução Iraniana (Costa, 2003, p. 131).

#### **4.2. A Ideologia do Hezbollah**

Foi durante o período entre 1982-85 que o Partido de Deus se consolidou ideologicamente. De acordo com o vice-secretário-geral da organização, Naim Qassem, esta fase foi fundamental “*for the crystallization of a political vision, the facets of which were harmonious with faith in Islam as a solution and for the establishment of an effective jihad operation (...).*” (Levitt, 2013a, p. 11)

Este período acabou por culminar na publicação do Programa do Hezbollah. Em Fevereiro de 1985, a organização apresentou uma Carta Aberta – a *Open Letter to the Downtrodden in Lebanon and the World* –, na qual é possível identificar os contornos



ideológicos e operacionais do Partido de Deus. No documento foi enfatizado o facto da Revolução Iraniana servir de inspiração para as acções do Hezbollah, provando que tudo é possível quando há união na fé islâmica: *“We adress all Arab and Islamic people to declare to them that the Muslim’s experience in Islamic Iran left no one any excuse since it proved beyond all doubt that bare chests motivated by faith are capable, with God’s help, of breaking the iron and oppression of tyrannical regimes”* (Norton, 2014, p. 36).

Baseando-se nos ideais de Ruhollah Khomeini, o Hezbollah possuía uma ideologia maniqueísta, que se traduzia em dicotomias entre Partido de Deus – Infiéis, Luz – Trevas, Justiça – Injustiça, Bem-Mal, Verdade-Falsidade, etc. Ao assumir-se como um defensor dos direitos da *Umma* (comunidade de crentes), o Hezbollah considerava que a sua missão era levar a Revolução Islâmica a todos os muçulmanos. Esta missão transpunha-se em quatro objectivos:

- *“Ensinar aos muçulmanos que o Islão e a impiedade nunca podem coexistir;*
- *Mobilizar as forças do Islão para a Guerra Santa até se alcançar a vitória final;*
- *Ensinar a cada muçulmano que o seu dever perante o Criador inclui prontidão para matar e morrer;*
- *Assegurar, até ao mais ínfimo detalhe, que as regras do Islão estão a ser obedecidas nos países muçulmanos.”* (Costa, 2003, p. 134)

Através destes objectivos verificamos que o Partido de Deus encontrou grande utilidade na beligerância. Para a organização, a guerra era um meio para atingir o seu derradeiro fim: a expansão do Islão mundialmente (Idem, p. 134). Aliás, como refere a Carta Aberta: *“Each of us is a combat soldier when the call of jihad demands it and each of us undertakes his task in the battle in accordance with his lawful assignment within the framework of action under the guardianship of the leader jurisprudent”* (Norton, 2014, p. 38).

De acordo com Wiegand (2009, p. 671), o Hezbollah definiu os seus objectivos com base em três princípios – a Crença no Islão, a Jurisdição do Teólogo-Jurista, e a *Jihad*. Para a organização o Islão não era apenas um conjunto de crenças religiosas, era um guia para orientar todos os aspectos da vida dos indivíduos. O islamismo era, para o Hezbollah, uma fonte de direito e um estilo de vida – *“Only Islam can bring about man’s renaissance, progress, and creativity because ‘He lights the oil of an olive tree that is neither Eastern nor*

*Western*<sup>6</sup>, a tree whose oil burns, even if not touched by fire, to light the path (...) ” (Norton, 2014, p. 36).

O segundo princípio diz respeito à aceitação da jurisdição do teólogo-jurista (*velayat-e-faqih*) no Líbano, isto é, submeter o Estado à autoridade do Ayatollah do Irão. O Partido de Deus considerava que, por meio da incorporação dos fundamentos islâmicos no sistema político libanês, iria melhorar as condições económicas e políticas da comunidade shiita. A organização ambicionava transformar o Líbano num Estado islâmico, similar ao modelo iraniano (Wiegand, 2009, p. 671).

O terceiro princípio, a *Jihad*, refere-se à luta contra os inimigos. Sobre este princípio, a Carta Aberta declarou: “*We have seen that aggression can be repelled only with the sacrifice of blood, and that freedom is not given but regained with the sacrifice of both heart and soul*”. Tendo em conta a conjuntura interna do Líbano, no decénio de 80, a *jihad* referia-se à expulsão das tropas estrangeiras do Estado, nomeadamente, as norte-americanas, as francesas, e as israelitas (Idem, p. 672).<sup>7</sup> Além disto, a *jihad* seria também empregada contra os cristãos Falangistas pelos crimes cometidos contra os muçulmanos libaneses e palestinianos (Levitt, 2013a, p. 13).

Estes três princípios remetem-nos para os dois conceitos vitais na organização do Partido de Deus – Liderança e Martírio.

O primeiro diz respeito à emergência da figura do *Velayat-e-Faqih*<sup>8</sup>, o líder da comunidade shiita duodecimana. Até 1989, este líder foi o Ayatollah Khomeini, e actualmente é o Ayatollah Ali Khamenei (Silva, 2010, p. 136). Esta figura de liderança não se trata de um líder político no sentido comum, mas antes um representante de *Allah* na Terra, que cumpre a Sua vontade divina. Como tal, não está dependente de nenhuma hierarquia partidária. Os seus pareceres são emitidos pela televisão ou pelo rádio, e devem ser seguidos pela *Umma* (Costa, 2003, p. 131).

---

<sup>6</sup> Importa referir que o Hezbollah, à semelhança do Irão, não se identificava nem com o Ocidente, nem com o bloco de Leste, representados pelos EUA e pela URSS, respectivamente. A organização considerava as duas potências opressoras, sendo que a última era vista como a mais perigosa ideologicamente (Norton, 2014, pp. 36-37).

<sup>7</sup> Ver Anexo 2.

<sup>8</sup> “*Velayat-e-Faqih é o Guia Espiritual da República Islâmica do Irão e encontra-se no topo da hierarquia eclesiástica shiita.*” (Silva, 2010, p. 136)

O segundo conceito, o martírio, é entendido pelos fundamentalistas islâmicos como uma bênção de Deus. Neste âmbito, um mártir é considerado como uma figura com grande mérito e, para as famílias, é motivo de grande orgulho. Dentro do Hezbollah, todos os membros se podem voluntariar para o martírio, cuja escolha dos mesmos depende de *Allah*, e dos seus representantes terrenos (Idem, p. 132).

No âmbito da Martirologia, na organização podemos encontrar duas categorias: os “Filhos do Imam” e os “Soldados do Islão”. Aqueles que são seleccionados para o martírio obtêm desde logo o estatuto de Filhos do Imam. Posteriormente, são enviados para campos de treino para aprenderem diversas técnicas de combate e a doutrina necessária. Os melhores ascendem a Soldados do Islão, o que significa que estão preparados para a *Jihad* e recebem uma faixa, onde se lê “voluntários para o martírio” (Idem, p. 133).

#### **4.3. Actividades Desenvolvidas pelo Hezbollah**

O Hezbollah esforça-se para manter o secretismo relativamente à sua estrutura organizacional. No entanto, sabe-se que desde o seu estabelecimento no Líbano, em 1982, o Partido de Deus desenvolveu rapidamente a sofisticada estrutura organizacional e de chefia que hoje possui. (Rudner, 2010, p. 227)

Actualmente, em termos organizacionais, o Hezbollah detém vários departamentos especializados que tratam de assuntos políticos, militares, socioeconómicos, e de comunicação. No que diz respeito ao sistema de chefia, este é simultaneamente disciplinado e flexível, estando apto a opinar sobre as diferentes matérias. De facto, o Partido de Deus assume-se como uma entidade holística e integrada, cujas actividades são determinadas por uma autoridade central e suprema. Nesta senda, é provável que a liderança da organização seja centralizada ao ponto de controlar todos os aspectos das actividades, incluindo as operações militares-terroristas. As decisões da chefia traduzem-se em directrizes específicas, que seguem, não só a ideologia e a visão estratégica do Partido, mas também os interesses do Irão e da Síria, os seus patrocinadores estatais (Idem, p. 227).

Neste âmbito, é no Conselho Consultivo (*Majlis al-Shura*) que se encontra a autoridade governativa do Hezbollah. Este órgão, além de usufruir do poder de tomada de decisão, dirige múltiplos conselhos funcionais que lhe estão subordinados. Cada um destes conselhos responde directamente ao Conselho Consultivo (Levitt, 2013a, p. 14).

Desde 1992, o Sheik Hassan Sayyid Nasrallah, secretário-geral do Partido, preside o *Majlis al-Shura*, e está submetido à autoridade do Ayatollah do Irão (verificando-se assim o cumprimento de um dos conceitos vitais da organização – a liderança). Este Conselho é composto por nove membros: sete libaneses (sendo que a maioria são clérigos shiitas), e dois representantes iranianos (das embaixadas iranianas em Beirute e Damasco) (Rudner, 2010, p. 227). O Conselho Consultivo delibera através do consenso. Caso os membros do conselho não entrem em consenso sobre determinada matéria, será o líder supremo do Irão, Ali Khamenei, que tomará uma decisão (Rabil, 2008, p. 48).

Hierarquicamente inferiores ao Conselho Consultivo, estão cinco órgãos, organizados por diferentes temáticas: o Conselho Executivo, o Conselho Político, o Conselho Parlamentar, o Conselho Judicial e o Conselho Militar/da *Jihad*.

O Conselho Executivo (*Majlis al-Shura al-Tanfizi*) gere todas as operações diárias, e supervisiona todos os assuntos de cariz cultural, educativo, político e social. O Conselho Político (*Maktab Siyassih*) administra as relações internacionais do Hezbollah, monitoriza as relações da organização com outras forças políticas no Líbano, e organiza a propaganda do Partido (Levitt, 2013a). Por sua vez, o Conselho Parlamentar (*Majlis al-Tashri'i*) coordena as actividades dos deputados do Partido de Deus, gere e supervisiona as coligações do Partido, e estuda propostas de legislação submetidas ao governo libanês. O Conselho Judicial (*Majlis al-Qada'*) resolve diferendos internos, e questões relacionadas com a *sharia* (lei islâmica). Todos estes conselhos trabalham através de uma série de departamentos e comités (Idem, p. 49).

Por fim, o Conselho Militar ou da *Jihad* (*Majlis al-Jihadi*) coordena a “actividade de resistência”. Segundo o vice-secretário-geral Naim Qassem, “[*The Jihad Council*] comprises those in charge of resistance activity, be that in terms of oversight, recruitment, training, equipment, security, or any other resistance-related endeavors” (Levitt, 2013a, p. 14).

O Conselho da *Jihad* é responsável pela actividade militar formal do Hezbollah, bem como pelas actividades secretas (domésticas ou internacionais), sendo que as últimas estão à tutela da Organização de Jihad Islâmica (IJO). Para cumprir a sua missão, este Conselho está dividido em três unidades de menor dimensão, de forma a preservar o sigilo (Idem, p. 15). O Órgão de Segurança está encarregue de proteger os altos-representantes do Hezbollah, através de operações de vigilância internas e externas. A Guerra Santa Islâmica (*Al-Jihad*

*al-Islami*) é responsável pelo planeamento das missões suicidas a nível global. Por fim, a Resistência Islâmica (*Al-Muqawamah*) controla a milícia do Partido, que possui cerca de 25.000 membros (Rabil, 2008, p. 49).

Ao contrário dos restantes conselhos, o Conselho Militar goza de ambiguidade estratégica, que confere um nível de secretismo às operações terroristas e militares, das quais apenas os mais altos líderes do Hezbollah têm conhecimento. Neste âmbito, acredita-se que o aparato militar da organização opere de forma distinta e independente dos restantes órgãos do Partido, tendo uma ligação directa e exclusiva com o Conselho Consultivo (Levitt, 2013a, p. 15). Suspeita-se também que este conselho tenha ligações ao Ministério de Informações e Segurança iraniano (MOIS) e aos Guardas da Revolução Islâmica Iraniana (IRGC), através dos dois representantes iranianos presentes no Conselho Consultivo (Rabil, 2008, p. 49).

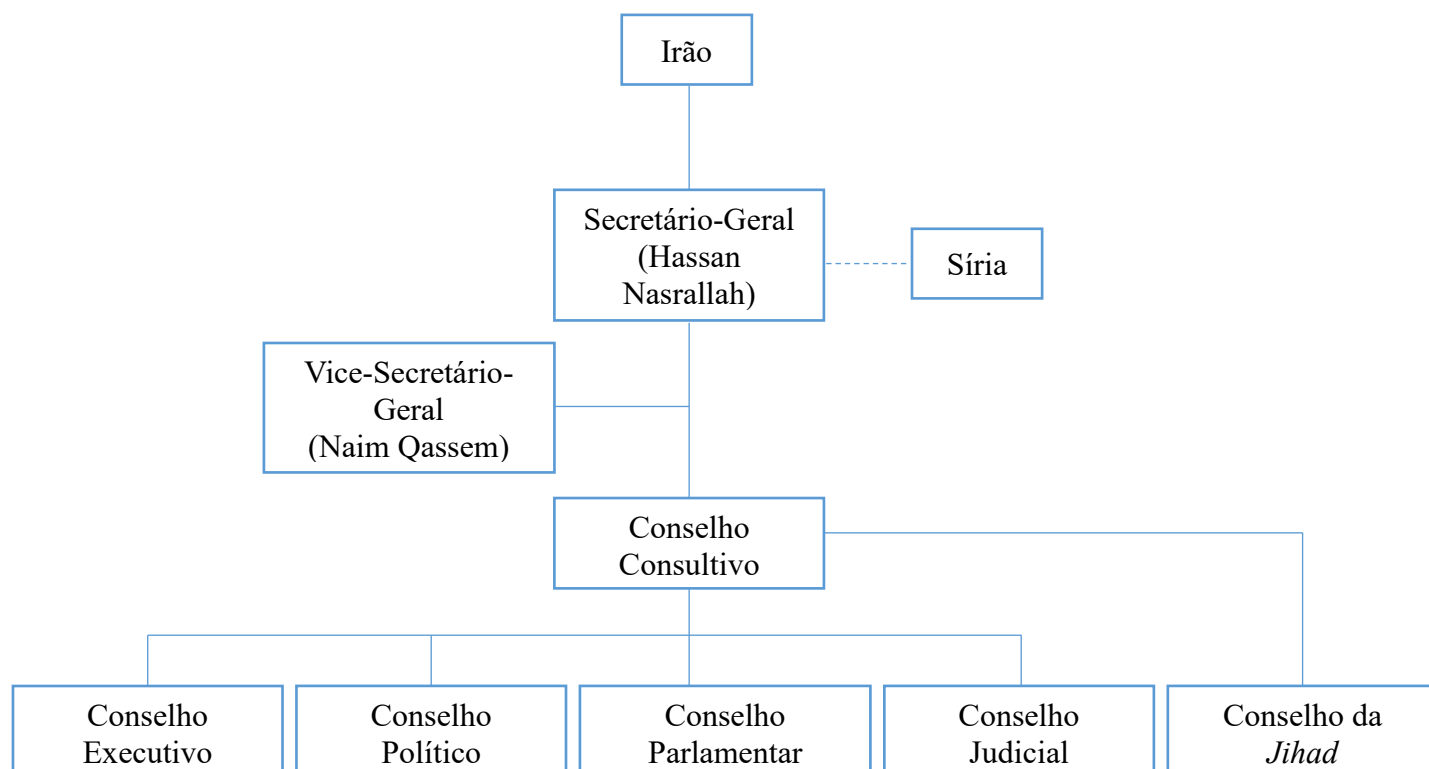


Figura 1. Estrutura do Hezbollah (Parte 1)

Fonte: Rudner, M., 2010. Hizbullah: An Organizational and Operational Profile. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, 25 Fevereiro, pp. 226-246.

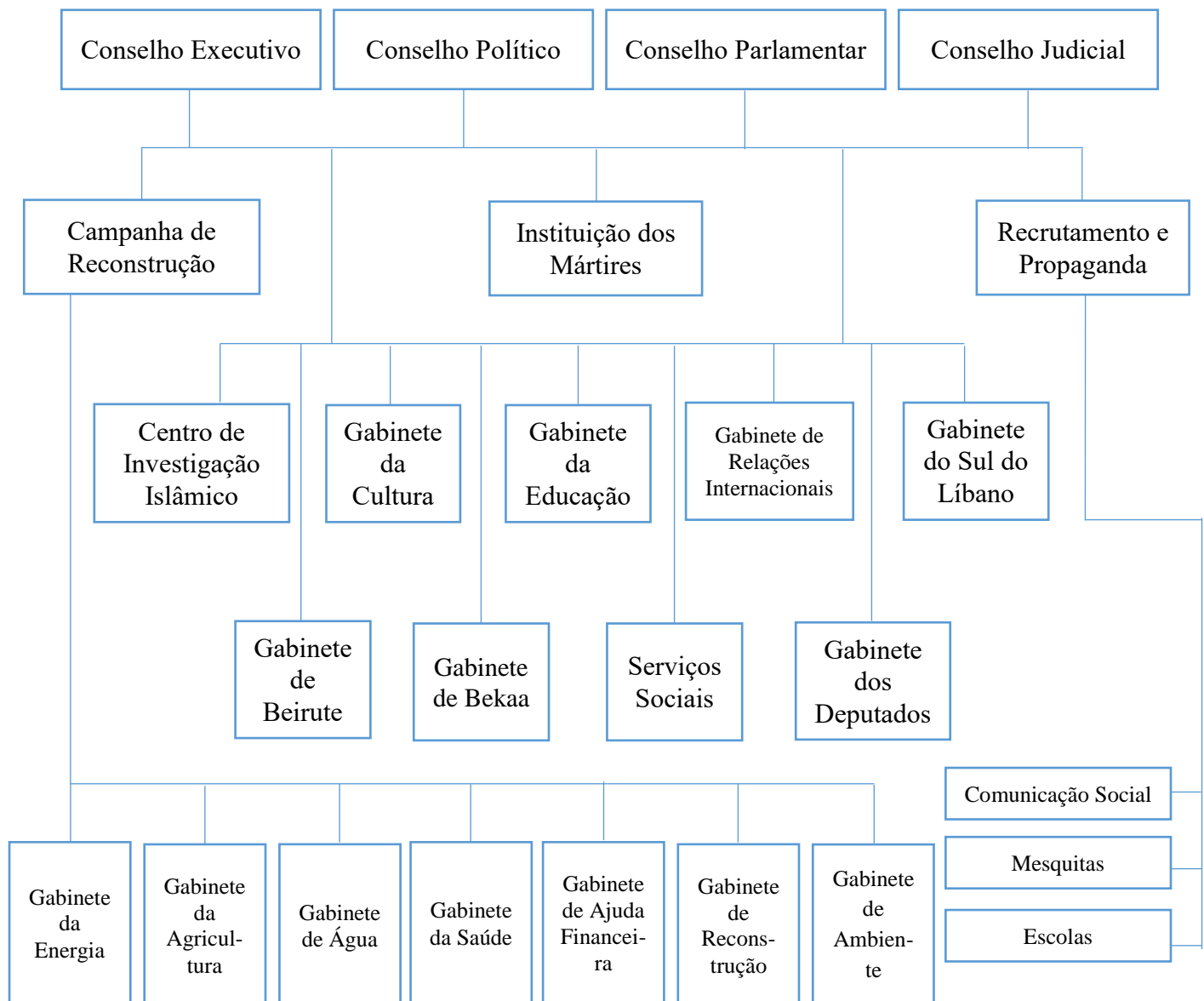


Figura 2. Estrutura do Hezbollah (Parte 2)

Fonte: Rabil, R. G., 2008. Hezbollah: Lebanon's Power Broker. *Journal of International Security Affairs*, pp. 45-57.

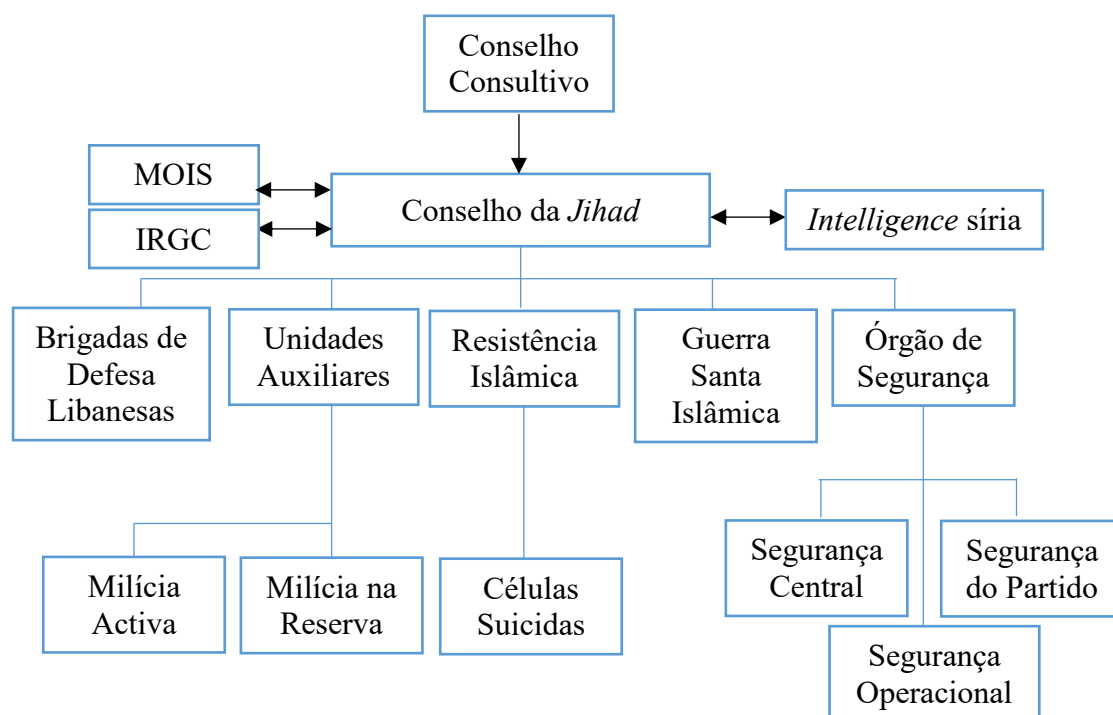


Figura 3. Estrutura e Relações do Conselho da *Jihad* do Hezbollah

Fonte: Rabil, R. G., 2008. Hezbollah: Lebanon's Power Broker. *Journal of International Security Affairs*, pp. 45-57.

Quando Hezbollah se sediou no Líbano adoptou diversas estratégias de forma a concretizar os objectivos. Essas estratégias traduziram-se em actividades militares e terroristas, em actividades políticas, e em actividades sociais.

O Partido de Deus identificava-se como um movimento de resistência que lutava activamente pelos direitos da facção shiita. Nesta senda, a ocupação israelita do sul do Líbano – região habitada maioritariamente por shiitas –, em 1978, e a invasão do Estado por Israel e pelas Forças Multinacionais das Nações Unidas<sup>9</sup> (MNF), em 1982, explicam as acções violentas perpetradas pelo Hezbollah. (Norton, 2014, p. 71)

Como tal, o decénio de 80 ficou marcado por um dos períodos mais violentos vividos no Líbano. Foi neste decénio, “*mais concretamente em Abril de 1983, depois de um ataque bombista provocado por um camião armadilhado contra a Embaixada estadunidense em Beirute, que o Ocidente despertou para a realidade dos suicidas-bombistas.*” (Silva, 2010,

---

<sup>9</sup> As MNF eram compostas pelos EUA e por França (Norton, 2014, p. 71).

p. 217) Este ataque, que causou 63 baixas, foi apenas o primeiro de muitos. Em Outubro de 1983, ocorreram, praticamente em simultâneo, dois novos atentados contra as bases militares das MNF, provocando a morte de 241 norte-americanos e 58 franceses. Em Setembro de 1984, a Embaixada norte-americana foi mais uma vez alvo de um ataque bombista, onde morreram 24 pessoas (Levitt, 2013a, p. 23). O terrorismo suicida provou ser uma arma de tal forma poderosa contra o armamento convencional que no início de 1984 as MNF retiraram-se do país, e o corpo diplomático norte-americano, destacado no Líbano, ficou reduzido a 6 indivíduos (Idem, pp. 32-33).

Com a retirada das MNF de Beirute, e com o recuo de Israel para o sul do país, para a “Zona de Segurança”, o Hezbollah orientou os seus ataques para a região, concentrando-se em atacar as Forças de Defesa Israelitas (IDF). No confronto contra as IDF, o Partido aprimorou a sua capacidade operacional, demonstrando inovação e alta qualidade nos seus ataques. Além dos atentados suicidas, a organização recorria outro tipo de acções violentas como raptos, desvio de aviões, detonação de dispositivos explosivos, lançamento rockets, e emboscadas. A utilização combinada de todas estas tácticas acabou por culminar na retirada de Israel do sul do Líbano, em Maio de 2000<sup>10</sup> (Childs, 2011, p. 367).

Os ataques do Hezbollah não estavam, no entanto, circunscritos ao Líbano. A sua estreia internacional foi em Novembro de 1983, quando várias bombas explodiram numa estação de comboios em Paris. A capital francesa voltou a ser atacada, quinze vezes, entre 1985-1986. Já em Junho de 1985, ocorreu um dos mais infames atentados da organização, quando o voo 847 da TWA, que viajava de Roma para Atenas, foi desviado. O avião acabou por aterrar em Beirute, onde um mergulhador da Marinha norte-americana foi torturado, assassinado, e atirado para a pista de aterragem. Um mês depois, em Copenhaga, foram colocadas bombas numa companhia aérea norte-americana, e numa sinagoga. Através de uma chamada anónima para uma agência de notícias libanesa, um operativo da IJO reclamou o ataque e declarou: “[*Every operation would*] *be aimed at every Zionist, American or reactionary establishment in various parts of the world.*” (Levitt, 2013a, p. 58)

Também a América Latina constava na lista de alvos da organização. A 17 de Março de 1992, uma carrinha armadilhada foi conduzida contra a Embaixada de Israel, em Buenos

---

<sup>10</sup> Embora Israel se tenha retirado do Líbano em 2000, continuou a ocupar as *Shebaa Farms*, zona disputada pelo Líbano, pela Síria, e por Israel. Esta ocupação acabou por dar origem à Segunda Guerra do Líbano, em 2006 (International Institute for Counter-Terrorism, 2006).



Aires. Do atentado morreram 23 pessoas e outras 242 ficaram feridas (Idem, p. 98). Ainda na capital argentina, em 1994, a Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA) – o centro comunitário da maior comunidade judaica da América do Sul – também foi vítima de um atentado suicida que dizimou 85 pessoas (Idem, p. 75). No mesmo ano, no Panamá, um avião da Atlas Airlines ao levantar voo, em Colón, explodiu, matando instantaneamente a tripulação e passageiros a bordo. Entre os passageiros estavam doze judeus, dos quais quatro eram israelitas, e três eram norte-americanos (Idem, p. 102).

Todos os ataques acima descritos foram executados por grupos ligados ao Hezbollah. Na época, o Partido funcionava como um aglomerado de organizações shiitas secretas, antes de se tornar na organização unificada de hoje. *“This umbrella approach in insurgencies is reflective of “... the practical authority of tactics over strategy; higher direction always can be thwarted by adverse local conditions... Nonetheless, ideas help shape behavior, even as they are shaped in turn by their behavior.” Recognizing the limitations of operating in such a small-scale environment with little in the way of direct external military support, the decentralized aspect of the guerrilla movement was an influential factor in the movement’s success.”* (Childs, 2011, pp. 367-368) Por outro lado, Levitt (2013a, p. 35) defende que neste período o Hezbollah funcionava como uma extensão dos Guardas da Revolução Iraniana. Ou seja, o Partido de Deus seguia as directrizes vindas de Teerão, e, nesse sentido, orientava as suas acções de forma a satisfazer tanto os interesses iranianos como os próprios.

Neste âmbito, os raptos de cidadãos ocidentais, por exemplo, eram executados por grupos e *gangs* shiitas, com autorização das mais altas chefias do Hezbollah. Desta forma o Partido garantia que todos os sequestros coincidiam com o interesse colectivo da organização. De facto, este método era um dos preferidos do Partido na época, uma vez que o colocava em vantagem relativamente aos Estados Ocidentais. O rapto de cidadãos estrangeiros funcionava como uma forma de pressionar o Ocidente a negociar a libertação de activistas shiitas encarcerados pela libertação dos reféns. Estima-se que entre 1982 e 1988, 40% dos sequestros internacionais ocorreram no Líbano. Contudo, apenas cinco reféns ocidentais morreram ou foram executados pelo Hezbollah, entre 1982 e 1992 (Idem, p. 35).

No final dos anos 1980 a visão do Partido de Deus começou a mudar, e par desta mudança, também a própria organização se transformou. Neste sentido, podemos identificar três razões que motivaram esta transformação. A primeira prende-se com a assinatura do Acordo Taif, em 1989, que pôs termo à longa guerra civil que assolava o Líbano desde 1975. Este acordo significou a alteração do sistema eleitoral libanês, no qual a atribuição de assentos parlamentares passou a ser igualitária entre cristãos e muçulmanos (Norton, 2014,

p. 97). A segunda razão deve-se ao assassinato (orquestrado por Israel) do então secretário-geral do Partido, Abbas Moussawi, e a consequente sucessão do Sheik Hassan Nasrallah. Nasrallah teve um papel central na transformação da organização (Costa, 2003, p. 131). Por último, a transfiguração do Partido está muito ligada à sua relação com a comunidade shiita. Isto é, o Hezbollah sempre foi sensível à opinião pública shiita, e como tal, apesar de a maioria simpatizar com a causa da organização, particularmente na expulsão dos israelitas e das restantes tropas estrangeiras do país, a comunidade não era favorável ao rapto de ocidentais, por exemplo. Além disto, a comunidade fixada no sul do país era gravemente afectada, quer em termos pessoais, financeiros e securitários, pelo impacto causado pelo conflito constante entre o Hezbollah e Israel, na Zona de Segurança. Por todos estes motivos, no virar da década, o Partido de Deus optou pela via pragmática ao tornar-se num partido político *mainstream* (Azani, 2013, pp. 741-742).

Contrastando com o fulgor ideológico presente na Carta Aberta de 1985, e praticado nos anos seguintes, o Hezbollah decidiu-se pela entrada na arena política do Líbano. Ao participar num sistema político, que outrora denunciava como injusto, irreformável e corrompido, o Partido propôs-se a agir dentro do *status-quo*, em vez de lutar contra ao mesmo (Wiegand, 2009, p. 673).

Todavia, esta decisão gerou um debate interno na organização, que girava em torno de três perguntas fundamentais: Do ponto de vista da lei islâmica, seria a participação num governo “não-islâmico” legítima? Deveria a ideologia subjugar-se a interesses políticos? A participação num sistema político secular não iria obrigar o Hezbollah a abandonar os seus princípios e visão islâmica? Alguns membros da organização eram absolutamente contra a entrada na esfera política, argumentando que o Hezbollah se iria transformar num partido político submisso e hipócrita, enquanto outros estavam dispostos a alcançar um compromisso, defendendo que os activistas da organização deveriam concorrer às eleições individualmente, e não em nome do Partido. Devido à divergência de opiniões, o assunto foi levado ao Ayatollah Ali Khamenei que deu a sua bênção ao Hezbollah, deste modo apoiando a participação política da organização, o que silenciou as vozes críticas (Norton, 2014, p. 100).

A participação política trouxe grandes benefícios ao Partido, uma vez que não só lhe concedia reconhecimento oficial como uma instituição política no Líbano, como o aproximava da população, moldando o discurso político em seu benefício (Idem, p. 101). O

processo de reconhecimento oficial envolveu, porém, negociações as autoridades libanesas. Como tal, a organização prometeu renunciar a todas as hostilidades contra o Estado libanês, e cumprir todas as regulações aplicáveis aos partidos políticos nacionais. Ou seja, o Hezbollah teve de abandonar, ou pelo menos adiar, as suas aspirações de tornar o Estado numa República Islâmica e instaurar a *sharia*, e prescindir da prática de actividades subversivas. Portanto, o Partido deixou a sua ideológica radical a troco de reconhecimento estatal (Harik, 2005, p. 47).

Contudo, isto não significou que o Hezbollah tivesse de abandonar o seu aparato militar. Muito pelo contrário, o governo libanês reconheceu o braço militar do Partido como um movimento de resistência nacional que está autorizado a recorrer à luta armada contra Israel. Isto é, o Partido de Deus tem o direito de recuperar território nacional, em nome do governo (Idem, p. 47).

Em Julho de 1992, Hassan Nasrallah anunciou a candidatura do Partido às eleições parlamentares desse ano. Nas primeiras eleições após o fim da guerra civil, o Hezbollah conseguiu conquistar 8 lugares em 128. Desde então, a organização tem conseguido garantir cerca de 10% dos assentos parlamentares. O sucesso eleitoral do Partido deve-se, por um lado, ao facto do seu programa político se centrar em temas como a exploração económica, as desigualdades do sistema político, as liberdades e oportunidades individuais, e na segurança (Norton, 2014, pp. 101-102). Por outro lado, a organização tem beneficiado politicamente do seu extenso trabalho na área dos serviços sociais, como iremos explorar mais adiante (Azani, 2013, p. 910).

Seguiram-se a eleições municipais, em 1998. Através destas eleições é possível medir o nível real de popularidade do Hezbollah entre as diversas comunidades que compõem a sociedade libanesa. Neste âmbito, o Hezbollah provou ter uma base forte em Beirute, particularmente na *al-dahiya* (subúrbios). Já no sul do país, o Partido não se saiu tão bem, uma vez que o Amal – o principal movimento militante shiita adversário – se mostrou um forte concorrente, e por isso os votos dividiram-se (Norton, 2014, pp. 103-104).

De forma a evitar a repartição do eleitorado, como aconteceu nas eleições de 1998, e de forma a fortalecer a sua posição na cena política nacional, o Hezbollah tem vindo a apostar em coligações desde então. Provando o seu pragmatismo relativamente aos assuntos políticos, a organização tem sido muito eclética ao construir alianças com partidos e movimentos das mais diversas facções. Exemplo disso foi a sua aliança com o Amal e com

o Movimento Maronita Cristão (Ayoob, 2011, p. 122). Os membros do Hezbollah têm investido activamente na *infītah*, isto é, na abertura da organização para dialogar sobre assuntos sociopolíticos com as restantes facções, de forma obterem vantagem política, e ainda de modo a receberem apoio e reconhecimento das mesmas relativamente às suas actividades militares (Harik, 2005, p. 73).

Devido a esta estratégia de abertura, o Partido tem tido bastante sucesso eleitoralmente. Nas últimas eleições parlamentares de 2009<sup>11</sup>, a coligação denominada “8 de Março”, da qual o Partido de Deus faz parte, conquistou 57 lugares (CIA Factbook, 2014).<sup>12</sup> Em 2008, graças ao Acordo de Doha<sup>13</sup>, a organização conseguiu conquistar maior representação no governo e direito de veto no mesmo (The New York Times, 2008).

Tal como já foi referido, a postura de abertura do Hezbollah contraria as suas crenças ideológicas, expostas na Carta Aberta de 1985. Neste âmbito, ocasionalmente alguns oficiais do Partido, dos quais se destacam Nasrallah e Qassem, sugeriram que o documento era obsoleto, uma vez que se inseria num período histórico já terminado, e por isso já não tinha validade para guiar o caminho da organização (Norton, 2014, p. 46). Embora a Carta Aberta nunca tenha sido substituída oficialmente, a 30 de Novembro de 2009, o Hezbollah publicou um novo manifesto ideológico, o primeiro desde 1985 (Idem, p. 175).

No novo documento, o discurso e o conteúdo moderado sobressaem, dando ênfase às raízes libanesas da organização, e aos seus compromissos para com o Estado: “*Lebanon is our homeland and the homeland of our fathers, ancestors. It’s also the homeland of our children, grandchildren, and the coming generations. It is the country to which we have given our most precious sacrifices for its sovereignty and pride, dignity and liberation.*” No entanto, a declaração critica o sectarismo, insistindo na importância do diálogo nacional, da reforma, e do melhoramento do Estado: “*We want Lebanon for all Lebanese alike, and we want it unified.*” Apesar do novo manifesto demonstrar maturidade política e contenção retórica, não prescindiu de referir o empenho do Partido na libertação da Palestina, no combate à agressão e expansão israelita, e na postura de confronto relativamente aos EUA.

---

<sup>11</sup> As eleições parlamentares de 2013, inicialmente, foram adiadas para Novembro do ano seguinte, devido à insegurança causada pela guerra civil na Síria (Reuters, 2013). Em Novembro de 2014, o parlamento estendeu o seu mandato até 2017 pelo mesmo motivo (BBC, 2015).

<sup>12</sup> A participação eleitoral rondou os 53.98%, sendo o valor mais alto desde 1992 (30.35%) (IDEA, 2011).

<sup>13</sup> O Acordo de Doha estabeleceu a formação de um gabinete ministerial formado por 16 membros da maioria, 11 membros da oposição, e 3 membros nomeados pelo Presidente. Além disto, o Acordo concedeu direito de veto à oposição (The New York Times, 2008).

Importa, ainda, notar que neste texto o Hezbollah foi discreto relativamente à sua relação com o Irão (Idem, pp. 175-176).

Ora, foi através dos serviços sociais prestados que o Hezbollah conseguiu conquistar o seu lugar de destaque na arena política libanesa, tal como já foi referido. O Partido de Deus destacou-se dos restantes movimentos e partidos políticos devido ao forte investimento na prestação de serviços públicos, particularmente nas zonas predominantemente muçulmanas. A organização apostou intensamente nesta área como forma de legitimar a sua posição na sociedade. Ora isto significa que o Partido, através destes serviços, assegura o apoio tanto do Estado, como da opinião pública, nomeadamente em relação à luta contra Israel (Harik, 2005, p. 81).

Como resultado da guerra civil, os serviços administrativos e sociais entraram em colapso, e coube às milícias estabelecer pequenas administrações, nas zonas sob o seu controlo, para fazer face às necessidades públicas. Inicialmente, estes serviços foram criados para apoiar e ajudar os *mujahidin* (guerrilheiros islâmicos), e as suas famílias, que lutavam contra as tropas israelitas. O Hezbollah, gradualmente, foi expandindo e estendendo estes serviços a todos os civis necessitados (Idem, p. 82).

Relativamente ao trabalho desenvolvido na *al-dahiya*, o Partido começou a fornecer serviços de saúde em 1983. Com apoio da Fundação dos Mártires iraniana, a organização prestava cuidado médico gratuito aos seus guerrilheiros em hospitais próprios, e cobria 70% dos custos médicos dos civis feridos em combate (Idem, p. 83). Hoje, o Hezbollah detém cerca de quatro hospitais, dois em Beirute/*al-dahiya* e dois no Vale de Bekaa, 17 centros médicos, e várias farmácias e clínicas dentárias (Azani, 2013, p. 905). Estas infra-estruturas estão localizadas em zonas predominantemente shiitas, mas continuam a estar abertas a qualquer cidadão, independentemente da sua religião ou afiliação política (Norton, 2014, p. 110).

Além de cuidados médicos, o Hezbollah ajudou a reconstruir o Estado, e a reparar os danos causados pela guerra. Nesta senda, a organização assumiu a responsabilidade pela recolha diária de lixo em muitos municípios, e pelo restabelecimento do sistema de água potável, e de electricidade. Através da *Jihad al-Binaa* (Gabinete de Reconstrução), e com auxílio do governo iraniano, a organização construiu, em cada distrito dos subúrbios, reservatórios de água com capacidade para 4.000 litros, que eram abastecidos cinco vezes por dia (Harik, 2005, pp. 84-85).

O Partido de Deus criou, ainda, vários projectos desenhados para auxiliar financeiramente as famílias dos mártires. Os familiares dos guerrilheiros eram subsidiados, tinham direito a ensino, a treino vocacional, a praticar actividades culturais, e a receber cuidados médicos gratuitamente (Azani, 2013, p. 904). No âmbito da educação, o Hezbollah não só renovou, como também criou escolas próprias. Algumas destas escolas seguem o programa educativo nacional, contudo têm também horas extras dedicadas ao estudo da religião (Harik, 2005, p. 84). Nas regiões sob maior influência da organização, o programa escolar segue-se pelos estudos islâmicos (Azani, 2013, p. 905).

De facto, o Partido gere um alargado projecto educacional, cujos objectivos são disseminar a mensagem islâmica, e recrutar novos membros. Para isso, o Hezbollah criou comités de cultura e recrutamento para organizarem conferencias, seminários, actividades estudantis, entre outras. Actualmente, a organização possui infantários, escolas primárias, básicas e secundárias, nas quais oferece o transporte escolar, o almoço e os livros, e, ainda, oferece bolsas escolares aos melhores alunos, para que estes prossigam os estudos em universidades islâmicas. Além da oferta escolar, o Partido presta também actividades extracurriculares para a juventude, como os escuteiros muçulmanos, que combinam actividades desportivas, palestras de ensinamentos islâmicos, e propaganda do Hezbollah. Estes grupos juvenis são convidados a participar em cortejos, marchas e cerimónias, juntamente com as unidades militares do Partido de Deus. Existem, ainda, campos de férias em que os jovens se podem submeter a treino militar básico (Idem, p. 905).

A organização possui, também, meios de comunicação social próprios, a fim de doutrinar vários sectores alvo da população. Para isto, o Hezbollah utiliza dois métodos de comunicação, um tradicional e outro moderno. O primeiro refere-se ao recrutamento directo feito por emissários da organização, em mesquitas e centros religiosos. O segundo método inclui o jornal *Al-Ahad* do Partido de Deus, a estação de rádio *Radio Nur*, a estação televisiva *Al-Manar* e vários *websites* criados pelo grupo. Estes meios de comunicação servem para promover os princípios e os objectivos do Hezbollah e difundir as suas mensagens (Idem, p. 905).

Todas as infra-estruturas que acabamos de referir estão também disponíveis nas zonas rurais do Líbano. Estas regiões, muito dependentes da agricultura, viram-se gravemente afectas no pós-guerra. Como tal, o Partido desenvolveu um programa agrário que muito tem contribuído para o desenvolvimento desta área. Este plano inclui

fornecimento de maquinaria pesada, escavação de poços de água, criação de cooperativas agrícolas, clínicas veterinárias, e escolas agro-técnicas modernas. Através do Gabinete de Reconstrução estavam disponíveis casas de baixo valor para compra (para aqueles cuja residência tinha sido destruída pela guerra), e, desde 1997, os agricultores têm acesso a sistemas de crédito financeiro (Harik, 2005, pp. 86-88).

No entanto, estes serviços sociais foram postos à prova em 2006, durante os confrontos entre Israel e o Hezbollah. Apesar da destruição de muitos hospitais, escolas e habitações, a organização conseguiu colmatar os estragos. Durante esse período, o Partido envergou vários esforços para garantir que eram fornecidos cuidados de saúde, refeições quentes, e actividades recreativas a adultos e a crianças desalojados (Cammatt, 2006).

Ao observarmos o extenso trabalho social que o Partido de Deus tem desenvolvido, verificamos como este tem enriquecido o bem-estar da sociedade libanesa, especialmente o da comunidade shiita. Ao demonstrar o seu sentido de comunidade e de *iltizam* (dever religioso), a organização tem conseguido realmente penetrar nas camadas sociais libanesas (Norton, 2014, p. 111). Este fenómeno ocorreu com alguma facilidade, pois muitos dos serviços estatais de bem-estar tinham colapsado após o término da guerra civil. De facto, se o Partido não tivesse providenciado estes serviços, nomeadamente na *al-dayiha* e nas zonas rurais, o governo libanês, muito provavelmente, teria enfrentado uma colossal desordem e disrupção social (Harik, 2005, p. 85).

Actualmente, os serviços públicos prestados pelo governo continuam a ser irrisórios, o que faz com que o Hezbollah funcione como um Estado dentro do próprio Estado. Portanto, enquanto o governo não for capaz de oferecer serviços mínimos ao bem-estar social da sua população, a lealdade ao Partido continuará a crescer, bem como a legitimação da sua oposição contra Israel (Idem, p. 93-94). O Hezbollah prova, em última análise, que o bem-estar social é uma arma muito mais corrosiva e perigosa do que a violência contra o Estado. (Grynkewich, 2008, p. 351)

#### **4.4. Rede de Financiamento do Hezbollah**

O Partido de Deus é considerado uma das organizações não-estatais mais eficazes e inovadoras do mundo. Esta sofisticação resulta da variedade de recursos financeiros que o Hezbollah tem à sua disposição, bem como da gestão ponderada e meticulosa dos mesmos.

Actualmente, os fundos da organização são provenientes de patrocínio estatal, de remessas de individuais, de *cover companies*, e de empreendimentos criminosos.

O principal patrocinador do Hezbollah é a República Islâmica do Irão. O apoio fornecido por Teerão é bastante diversificado; além de apoio económico, o governo iraniano providencia armamento, e apoio organizacional, logístico e político-ideológico.

O financiamento iraniano foi vital para o desenvolvimento da organização nos seus primórdios. Durante a década de 1980, estima-se que o Irão enviava à organização 140 milhões de dólares anualmente, através do IRGC. Esta verba permitia ao Partido pagar salários que rondavam os 150\$-200\$ por mês, o que atraiu muitos guerrilheiros shiitas a juntarem-se ao Hezbollah. O contingente armado atingiu, rapidamente, os 7.000 combatentes (DeVore & Stähli, 2014, p. 12).

Porém, o patrocínio iraniano resultou também pela forma como a organização o geriu. Os líderes do Partido procuraram fomentar uma cultura organizacional em que a ajuda financeira se tornasse um incentivo para os combatentes, sem os tornar excessivamente zelosos. Ou seja, ao pagar salários justos mas limitados, o Hezbollah garantia que os seus guerrilheiros não tinham hipótese de se “reformatar”. Como forma de colmatar as remunerações limitadas, a organização oferece aos seus combatentes e às respectivas famílias um generoso sistema de saúde, já referido anteriormente (Idem, p. 13).

De acordo com informação recente, avançada por oficiais das IDF, estima-se que o Irão envie ao Hezbollah cerca de 700 milhões<sup>14</sup> de dólares por ano (Frankel, 2012, p. 55). Acredita-se que uma parte deste valor seja entregue em dinheiro, e outra sob forma de bens materiais, como armamento, por exemplo. Teerão envia à organização armamento sofisticado, desde rockets a armas de pequeno porte. Este material é descarregado na Síria, e viaja através de camiões até aos campos do Partido, situados no Vale de Bekaa (Levitt, 2005).

Para além de bens tangíveis, o Irão ainda fornece treino e apoio operacional à organização. De facto, toda a rede global das actividades financeiras, logísticas e operacionais do Partido são monitorizadas com a colaboração de oficiais iranianos. A título

---

<sup>14</sup> Levitt (2013, p. 12) contrapõe este valor, ao defender que Teerão envia, anualmente, à organização 350\$ milhões. Já Freeman (2011, p. 465) afirma que o Irão envia cerca de 100 milhões de dólares (por ano) ao Hezbollah.



de exemplo, no sudeste asiático ocorreram várias tentativas de ataques terroristas nos anos 1990, nomeadamente o atentado falhado de um carro-bomba contra a embaixada israelita em Banguecoque (1994), orquestrados pela célula do Hezbollah fixada na região, e por agentes de *intelligence* iranianos. O próprio líder desta célula, Pandu Yudhawitna, foi recrutado por agentes iranianos no começo do decénio de 80 (Idem).

O governo de Teerão financia também a máquina de propaganda do Partido de Deus. Alegadamente, a estação televisiva da organização, o *al-Manar*, no ano da sua fundação recebia, do Irão, cerca de 1\$ milhão anualmente. Em 2002, o seu orçamento rondava os 15\$ milhões (Idem).

No entanto, sendo o Irão o maior contribuinte da organização é inevitável questionar a independência do Partido perante o seu benfeitor. Hassan Nasrallah insiste que as doações monetárias iranianas são feitas sem contrapartidas políticas: “[*Donations*] will not be subject to any conditions ... That is categorical and definite. I and my brothers do not take money, arms, or support with conditions attached from anyone.” (Cohler, 2011)

O segundo maior patrocinador do Partido de Deus é a Síria. Embora esta relação seja muitas vezes menosprezada, a Síria tem-se revelado, desde 1982, um dos principais apoiantes do Hezbollah. Todavia, esta é uma relação, por vezes, pautada de tensão, e, sobretudo, de conveniência devido aos interesses geopolíticos e geoestratégicos de ambos os lados (Idem).

Foi durante a presidência de Hafez al-Assad que o Partido começou a receber apoio logístico da Síria, e foi-lhe permitido o estabelecimento de rotas de abastecimento de armas em território sírio. Depois da morte de Hafez, em 2000, e da emergência do seu filho Bashar al-Assad como presidente, a posição do Partido reforçou-se em termos políticos, uma vez que o novo líder sírio não só aumentou o abastecimento de armamento sofisticado, como intensificou o apoio político à organização (Idem).

Neste âmbito, a Síria tirou partido da sua presença e influência no Líbano para oferecer cobertura política ao Hezbollah. Como tal, Damasco voluntariou-se para moderar o acordo entre o governo libanês e a organização, aquando da entrada do último na arena política do Líbano, de forma a certificar-se que o Partido não seria obrigado a desfazer-se do seu aparato militar. Deste modo, ao garantir a liberdade de acção do Hezbollah dentro do

Líbano, Damasco assegurou-se que a organização tinha força dentro do sistema político para impedir a ascensão de eventuais dirigentes anti-sírios (Idem).

O patrocínio sírio, além de cobertura política, inclui, tal como já referimos, apoio material e operacional. Com a conivência do regime de Assad, o Hezbollah e a Guarda Revolucionária Iraniana criaram uma rede vasta, em território sírio, de recrutamento e de treino de operacionais, na sua maioria palestinos, curdos e arménios. Por exemplo, vários dos terroristas que executaram o ataque contra as Torres Khobar, em 1996, na Arábia Saudita, foram recrutados na Síria (Levitt, 2005).

Graças ao apoio da Síria, o Partido de Deus conseguiu, ainda, proliferar nos territórios palestinos: por um lado, através do envio de guerrilheiros próprios com o intuito de perpetrar actos terroristas contra Israel – como foi o caso de Jihad “Gerard” Shuman, preso em Janeiro de 2001 –; e por outro lado, através do estabelecimento de ligações com outros grupos terroristas em Gaza, na Cisjordânia, e com outros operativos israelitas árabes (Idem).

Verificamos que, sem o patrocínio estatal do Irão e da Síria, o Hezbollah dificilmente teria conseguido alcançar a dimensão e eficácia que actualmente possui, devido ao apoio económico, material, operacional e político que recebe de ambos.

Por outro lado, o Partido de Deus acumula uma quantia considerável de dinheiro proveniente de apoiantes da organização que vivem no estrangeiro, nomeadamente em África, na América do Sul, e noutros locais onde a comunidade shiita libanesa é proeminente. Neste âmbito, colocamos especial atenção no continente africano, pois este representa um dos principais pontos de apoio à rede do Hezbollah, particularmente no que diz respeito às doações da diáspora libanesa presente na região (Idem).

Os imigrantes shiitas libaneses chegaram a África por volta de 1903, devido às condições precárias em que viviam no sul do Líbano. Durante a primeira metade de século XX, a comunidade cresceu notavelmente e começou a ganhar influência política nos Estados destinatários, especialmente no Senegal, na Costa do Marfim, e na Serra Leoa. No começo da década de 1970, as comunidades em África estavam cada vez maiores com a chegada de novos imigrantes, que na sua maioria eram muçulmanos pertencentes a facções shiitas influenciadas pelo Irão. Segundo a CIA, em Janeiro de 1998, dos 30.000 libaneses shiitas na

Serra Leoa, pelo menos metade tinha chegado ao longo da década anterior, e eram ex-guerrilheiros empobrecidos vindos de Beirute (Levitt, 2013a, p. 249).

Conforme o Hezbollah recrutava mais membros e apoiantes no Líbano, ocorreu em África uma tendência semelhante. Durante a guerra civil libanesa, as várias facções das comunidades libanesas em África enviavam dinheiro para o Líbano para auxiliar as respectivas milícias. Ao longo do tempo, a rede de apoio africana da organização expandiu-se substancialmente na região ocidental e central. Também zona oriental, o Partido é a organização terrorista dominante, particularmente no Sudão, no Uganda, e na Somália (Idem, p. 250).

Nesta senda, a presença do Hezbollah no continente africano está altamente institucionalizada, e representa uma oportunidade excepcionalmente lucrativa para a organização. O Partido utiliza esta região não só para angariar fundos, mas também para recrutar novos membros e branquear capitais. De acordo com Doug Farah, ex-chefe do departamento africano do Washington Post: *“Because it is part of a large community, its presence there is much greater (...), and more institutional. Because of that, it is both easier to identify and more difficult to uproot.”* Contudo, importa sublinhar que nem todos os libaneses das comunidades africanas são muçulmanos ou apoiantes do Hezbollah (Idem, p. 254).

Um dos casos que melhor ilustra a quantidade de remessas provenientes destas comunidades é o despenhamento de um avião da UTA (Union des Transport Africaines), em Dezembro de 2003. Pouco depois de ter descolado, o avião explodiu e despenhou-se ao largo da costa atlântica, onde morreram 141 dos 161 passageiros a bordo. Uma das casualidades foi o Sheikh Ali Damush, um representante do Hezbollah em África. Damush, que se fazia acompanhar de dois assessores, alegadamente transportava 2\$ milhões em contribuições, angariadas de libaneses abastados residentes no continente, para entregar na sede da organização em Beirute. Segundo Levitt (2013a, p. 255), os 2\$ milhões representam remessas regulares que o Partido recebe de libaneses residentes na Guiné, na Serra Leoa, na Libéria, no Benim, e noutros Estados africanos. O relatório final sobre o acidente publicado pelos investigadores franceses indicou que o avião transportava bagagem não-registada em excesso, o que teria sido a causa do desastre. Os investigadores acreditam que a bagagem extra transportava entre 6 e 10 milhões de dólares em dinheiro.

Este não é, no entanto, um caso inédito. Em 1998, um libanês habitante do Senegal tentou contrabandear 1.7\$ milhões para o Líbano. Fontes israelitas afirmam que o Senegal é o segundo maior centro de angariação de fundos do Hezbollah em África, depois da Costa do Marfim. Mais recentemente, em Dezembro de 2010, três homens foram presos ao aterrarem no Aeroporto Charles de Gaulle, em Paris. Os três indivíduos, que tentavam viajar de Benim para Beirute via Paris, transportavam 6.5\$ milhões e 48.500€ em fundos não declarados. Independentemente dos números, muitos libaneses imigrantes em África ajudam a contribuir para o sustento do Hezbollah no Líbano, e fazem-no, muitas vezes, com o conhecimento e consentimento do governo anfitrião (Idem, p. 256).

Embora em menor quantidade, o Partido recebe, ainda, remessas proveniente dos EUA, nomeadamente da “Célula Charlotte” localizada na Carolina do Norte. O mesmo ocorre na América do Sul. Investigações indicam que na Ciudad del Este, no Paraguai, opera uma rede de financiamento disfarçada de uma agência de caridade que envia dinheiro para auxiliar as famílias afectadas pelo conflito israelo-palestiniano. Verificamos assim que, além de remessas de individuais no estrangeiro e de correios humanos, o Hezbollah utiliza também “*cover companies*” não só para angariar, como também para encobrir e transportar fundos (Levitt, 2005).

O Partido de Deus recorre a empresas ou organizações de fachada para financiar as suas actividades, e ocultar as fontes do seu financiamento. Apesar do seu peso não ser determinante no orçamento do Partido, estas *cover companies*, inicialmente, estavam localizadas na América do Sul, cujo principal ramo de actividades eram fundações de solidariedade (Idem).

Como exemplo de uma organização solidária que encobre transferências de fundos para o Hezbollah temos a “Organização dos Mártires” (*Bonyad-e Shahid*), liderada por Mohammad Hasan Rahimiya, que se assume como uma fundação de apoio às famílias de bombistas-suicidas. Em 2001, a polícia paraguaia revistou a casa de um operativo do Hezbollah, Sobhi Fayad, na Ciudad del Este, onde encontrou recibos, emitidos pela Organização dos Mártires, relativos a doações na ordem dos 3.5\$ milhões, feitas por Fayad. As autoridades acreditam que estes donativos eram uma forma de enviar dinheiro ao Hezbollah, e nesse âmbito estima-se que Fayad terá enviado mais de 50\$ milhões ao Partido, desde 1995 (Idem).

No que diz respeito à caridade, de acordo com um relatório de *intelligence* israelita, o Partido também recebe donativos de fundações solidárias independentes. Isto é, trata-se de organizações islâmicas radicais que fazem doações ao Hezbollah devido à afinidade ideológica que partilham. “*The report cites many such charities worldwide, including four in the Detroit area alone: The Islamic Resistance Support Association, the al-Shahid Fund, the Educational Development Association (EDA) and the Goodwill Charitable Organization (GCO). Also cited are the the al-Shahid Organization in Canada, the Karballah Foundation for Liberation in South Africa, the Lebanese Islamic Association and al-Shahid Social Relief Institution in Germany, and the Lebanese Welfare Committee, The Help Foundation and The Jam’iyat al-Abrar (Association of the Righteous) in Britain.*” (Idem)

Segundo informações norte-americanas, em meados dos anos 1990, o Hezbollah realizou várias das *cover companies* que detinha no continente sul-americano para África, no rescaldo dos atentados de 1992 e 1994 na Argentina. Os ataques terroristas chamaram a atenção internacional para a presença do Partido na região, e por isso a organização procurou diversificar as localizações das suas actividades financeiras (Levitt, 2013a, p. 257).

De acordo com Levitt (2013a, pp. 257-258), as *cover companies* sediadas em África, mais concretamente na região subsaariana, são empresas de importação-exportação. Exemplo disto são os irmãos Kassim<sup>15</sup>, Hassan<sup>16</sup>, Ali<sup>17</sup> e Husayn<sup>18</sup> Tajideen, designados pelo Departamento do Tesouro norte-americano, como quatro dos principais financiadores do Hezbollah no continente africano. Os irmãos administravam uma rede multinacional de empresas fachada que geravam milhões de dólares para o Partido. Estas empresas estão localizadas em Estados como Angola, o Gâmbia, as Ilhas Virgens Britânicas, o Líbano, a República Democrática do Congo, e a Serra Leoa.

De acordo com o Departamento do Tesouro, a rede empresarial dos irmãos Tajideen assegura também as posições estratégicas do Hezbollah a nível internacional. Ou seja, os irmãos utilizam as suas empresas para comprar e desenvolver propriedades, com o objectivo de criar áreas shiitas geograficamente continuas, e estabelecer “zonas de segurança” nas quais o Partido poderá construir campos de treino. Para ilustrar esta situação temos a “Tajco

---

<sup>15</sup> “*Kassim Tajideen (...) has contributed tens of millions of dollars to Hizballah and has sent funds to Hizballah (...). In 2003, Tajideen was arrested in Belgium in connection with fraud, money laundering, and diamond smuggling.*” (U.S. Department of the Treasury, 2009)

<sup>16</sup> Hassan Tajideen morreu num acidente de aviação em 2010. Presente em África durante mais de 30 anos, Hassan era considerado um forte apoiante e financiador do Hezbollah (Levitt, 2013a, p. 258).

<sup>17</sup> Além de financiador, Ali era um antigo comandante do Hezbollah, e um *player* de destaque na Jihad al-Binaa. Em 2011, acabou por ser preso, em Angola, por ligações ao Hezbollah (Idem, p. 258).

<sup>18</sup> “*Husayn Tajideen was described by the Treasury Department as “a primary Hizballah fundraiser and prominent Hizballah supporter in The Gambia”.*” (Idem, p. 259)

Company LLC”, liderada por Husayn Tajideen, que é a principal entidade a comprar e construir imóveis no Líbano em nome do Hezbollah (Idem, p. 258).

Através destes exemplos verificamos que o Partido de Deus, embora não dependa dos fundos decorrentes destas actividades, serve-se dos mesmos reforçar a sua legitimidade entre as bases populacionais. Isto é, o Hezbollah aplica estes fundos em acções sociais, nomeadamente na rede de hospitais que possui ao longo do Líbano – sendo que os hospitais servem toda a população libanesa, o Partido conquista desta forma o apoio dos sunitas e cristãos, além do dos shiitas. (Levitt, 2005) As próprias empresas de construção de imobiliário são outra forma consagração do apoio popular, servindo em simultâneo os objectivos da organização. (Levitt, 2013a, p. 258)

O Hezbollah depende de uma grande variedade de empreendimentos criminosos em termos financeiros. Desde fraude, ao contrabando passando pelo tráfico de bens diversos, estas actividades ilícitas têm uma amplitude internacional.

A presença do Partido de Deus é bastante activa no continente americano, particularmente na América do Norte. Nos EUA, as autoridades estimam que estão activas pelo menos 15 células em diferentes centros urbanos, que vão desde Nove Iorque até Los Angeles (Berman, 2011, p. 3). Estando todas elas envolvidas em actividades criminosas, destaca-se a Célula Charlotte. Liderada por dois irmãos, Mohammed e Chawki Hamoud, esta célula foi desmantelada, pelo FBI, em 2000, quando os últimos foram presos sob acusação de contrabandear cigarros. Outros sete colaboradores da célula foram também acusados de cometerem fraudes bancárias, de lavagens de dinheiro, de falsificação de documentos, e de facilitarem a passagem de equipamentos de comunicação, de explosivos, entre outros activos físicos, com o objectivo de favorecerem redes terroristas (Levitt, 2005).

Além destas actividades, as autoridades norte-americanas têm investigado outros empreendimentos suspeitos de financiar o Partido, nomeadamente o roubo e revenda de papas para bebés, fraude com senhas de alimentação, com cupões de supermercados e com vindicação de subsídios sociais, e até venda de t-shirts sem licenciamento (Idem).

O Hezbollah tem também uma base de operações no Canadá. Segundo a investigação feita pelo Serviço de Segurança e Intelligence Canadiano (CSIS), o Partido tem uma rede entre Vancouver, Toronto e Montreal que branqueia milhares de dólares através de bancos canadianos, que são enviados para o Médio Oriente, para o Hezbollah, posteriormente,

investir em operações militares contra Israel. Neste âmbito, em 2011, o Tesouro norte-americano indicou o Banco Libanês canadiano pelo papel permissor na lavagem de dinheiro, proveniente do tráfico de narcóticos, para o Partido. Acredita-se que a organização também desenvolve actividades de angariação de fundos na capital canadiana, Otava, bem como nos subúrbios de Toronto, uma vez que estas áreas têm comunidades shiitas de dimensões significativas, e são próximas da fronteira dos EUA (Berman, 2011, p. 4).

O México representa outro dos campos de operações do Partido de Deus. As principais actividades desenvolvidas, pela organização, neste Estado são o tráfico humano e de narcóticos. De facto, a presença do Hezbollah junto às suas fronteiras apresenta-se como uma grande ameaça para os EUA, uma vez que vários estudos indicam que a organização já conseguiu mover múltiplos operacionais para dentro do território norte-americano. O caso de Salim Mucharrafile é exemplo disso. O mexicano descendente de libaneses foi preso em 2002, pelas autoridades mexicanas, por ter traficado cerca de 200 pessoas, entre as quais estavam apoiantes do Hezbollah, do México para os EUA. Outro exemplo é o de Mahmoud Kourani, que foi condenado nos EUA por ter providenciado apoio material e financeiro ao Partido. Através do México, Kourani conseguiu chegar ao Michigan, onde trabalhava para a organização (Noriega & Cárdena, 2011, pp. 4-5).

Relativamente ao tráfico de drogas, o Hezbollah tem procurado estabelecer uma rede de interesses com os cartéis de droga mexicanos. Segundo a *Drug Enforcement Administration* (DEA), o Partido depende dos mesmos contrabandistas de armas, traficantes de documentos e peritos em transportes que os cartéis de droga. Aliás, a troca de *know-how* preocupa as autoridades norte-americanas e mexicanas, particularmente que o Hezbollah transmita aos grupos traficantes a sua expertise na utilização de pequenos explosivos improvisados, e de carros-bomba. Esta troca de conhecimentos coloca seriamente em causa a segurança da fronteira entre os dois Estados. Neste âmbito, nos últimos anos têm surgido, ao longo da fronteira México-EUA, túneis cada vez mais sofisticados. Estas passagens subterrâneas são extremamente semelhantes aos túneis usados pelo Hezbollah no Líbano, o que tem preocupado as autoridades relativamente ao avanço tecnológico que o Partido é capaz de proporcionar aos cartéis de droga (Idem, p. 5).

*“These complimentary, overlapping networks have given Hezbollah a critical foothold both within and around the U.S. homeland. Indeed, counterterrorism experts*

*believe it to be better established [in North America] than any other terrorist organization in the world.”* (Berman, 2011, p. 4)

O Partido de Deus também está fortemente estabelecido na América do Sul, desde meados de 1980. Um dos seus principais focos de actividade é a anárquica região da Tripla Fronteira (*tri-border area* – TBA) – onde as fronteiras do Brasil, da Argentina, e do Paraguai de unem –, local escolhido pela organização para angariação e lavagem de dinheiro, para recrutamento e treinamento de membros, e para planeamento de muitas outras actividades terroristas. Estas actividades incluem tráfico de estupefacientes e de armas, contrafacção, falsificação de documentos de viagem, e pirataria de *software* e de música (Noriega & Cárdena, 2011, p. 1). De acordo com Berman (2011, p. 2), estima-se que o Hezbollah retire lucros na ordem dos 20\$ milhões anualmente, e por isso esta zona constitui a mais significativa fonte de financiamento independente.

Todavia, os empreendimentos criminosos do Partido não se circunscrevem apenas à TBA. No Chile têm sido identificadas diversas companhias de exportação, que as autoridades acreditam ser *cover companies* do Hezbollah (Levitt, 2005). Já na Colômbia, sabe-se que a organização conseguiu estabelecer várias células terroristas no país, através das quais gere várias redes de tráfico de droga, e de branqueamento de capitais, além da extorsão feita à comunidade shiita presente na Colômbia. Devido ao narcotráfico, as autoridades acreditam que o Hezbollah mantém ligações com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Semelhante ao caso colombiano, o mesmo ocorre no Paraguai, na Argentina, no Brasil, etc. (Berman, 2011, p. 2).

Dos Estados mencionados, destaca-se a Venezuela. Ao longo do último decénio, o regime de Hugo Chávez, e, posteriormente, o de Nicolás Maduro, estabeleceu relações de cariz económico, cultural, e securitário com o governo iraniano (ABC, 2015). O Irão, procurando quebrar o isolamento internacional, e contornar as sanções económicas que lhe foram aplicadas devido ao seu programa nuclear, encontrou aliados anti-norte-americanos no continente sul-americano. Consequentemente, a Venezuela emergiu como um grande apoiante e albergador do Partido de Deus (Berman, 2011, p. 3). De facto, nos últimos anos, a ilha venezuelana Margarita tem eclipsado as actividades desenvolvidas na TBA ao tornar-se um dos principais centros operacionais do Hezbollah na América (Noriega & Cárdena, 2011, p. 3). As autoridades norte-americanas acreditam que, além das actividades de



financiamento que são desenvolvidas dentro do Estado, a organização também estabeleceu várias células de apoio e campos de treino (Berman, 2011, p. 3).

Acrescenta-se, ainda, o facto de Chávez ter servido de interlocutor entre o Irão e outros Estados sul-americanos como o Equador, a Bolívia, Nicarágua, e Cuba, para dialogarem sobre o estabelecimento de parcerias económicas. Esta cooperação beneficia grandemente o Hezbollah, uma vez que aqueles Estados lhe podem oferecer asilo, e até protecção e imunidade diplomática, uma vez que todos partilham a ideia do anti-norte-americanismo (Noriega & Cárdena, 2011, p. 3).

Quanto à Europa, o Partido estabeleceu a sua presença no continente no decénio de 1980, durante o fluxo migratório de cidadãos libaneses que tentavam fugir à guerra civil. A organização criou raízes no seio das comunidades shiitas imigrantes. Ao longo deste período, o Partido focou-se na perpetuação de ataques terroristas contra os Estados europeus, tal como vimos anteriormente. A partir de meados de 1990, a rede europeia tornou-se numa infraestrutura que oferece apoio logístico e financeiro aos guerrilheiros do Partido. As autoridades de *intelligence* israelitas defendem que o Hezbollah utiliza a Europa para se infiltrar em Israel (Levitt, 2013a, p. 230).

Actualmente, a presença do Hezbollah espalha-se por toda a Europa, em Estados como a Alemanha, a Bélgica, a Bósnia, a Bulgária, a Croácia, o Chipre, a Dinamarca, a Eslovénia, Espanha, França, a Grã-Bretanha, a Grécia, Itália, a Lituânia, a Noruega, a Roménia, a Rússia, a Suécia, a Suíça, a Turquia, e a Ucrânia (Phillips, 2007, p. 3).

No contexto da União Europeia, o Hezbollah tem tirado partido da livre-circulação entre os vários Estados-membros para traficar armas, dinheiro e drogas. Por outro lado, o facto de a UE não considerar o Partido de Deus como uma organização terrorista<sup>19</sup> no seu todo, beneficia o último. Uma vez que apenas o braço armado do Hezbollah é classificado como organização terrorista, o Partido pode angariar fundos legalmente, desde que estes não se destinem a acções militares e terroristas. Esta situação limita as autoridades no que se refere à investigação das actividades desenvolvidas pela organização na Europa (Levitt, 2013b, p. 27).

---

<sup>19</sup> O Hezbollah é considerado uma organização terrorista apenas pelo Canadá, pelos EUA, pela Holanda, e por Israel. (Phillips, 2007, p. 5) No entanto, em Março de 2015, os EUA retiraram o Partido de Deus, bem como o Irão, da sua lista de ameaças terroristas (Middle East Monitor, 2015).

Relativamente a África, as principais actividades ilegais que financiam o Partido de Deus são o tráfico de diamantes, de armas e de narcóticos. Quanto ao contrabando de diamantes, a organização investe, desde a década de 1980, nos chamados “diamantes de sangue”, provenientes de zonas de conflito. Estas pedras preciosas são ideais para ocultar, mover e lavar dinheiro, uma vez que são simples de esconder, podendo passar indetectáveis por aeroportos ou por cães, e são facilmente convertidos em dinheiro (Levitt, 2013a, p. 261).

De acordo com a polícia belga, o Hezbollah explora os conflitos africanos, negociando muitas vezes com milícias rebeldes, de forma a obter diamantes a troco de armas, fomentando, desta forma, as guerras locais. Por exemplo, sendo a Antuérpia o centro do mercado internacional de diamantes, as autoridades belgas detectaram uma rede, com ligações ao Hezbollah, que traficava diamantes de sangue de Angola para a Antuérpia. Os diamantes em causa eram comprados à UNITA<sup>20</sup> (União Nacional para a Independência Total de Angola), traficados para a Bélgica, cujos lucros eram transferidos para o Líbano, para o Irão, e para a Síria, através da Suíça (Idem, pp. 261-262).

Além da via criminal, o Hezbollah está também envolvido no comércio legal de diamantes. Isto é, indivíduos, normalmente libaneses com ligações ao Partido, compram empresas de exportação de diamantes, para declararem e exportarem legalmente as pedras preciosas, que na verdade são diamantes de sangue provenientes de zonas de guerra. Actualmente, a rede de tráfico do Hezbollah estende-se pelo continente africano: África do Sul, Angola, Burkina Faso, Congo, Costa do Marfim, Guiné, Libéria, Namíbia, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Tanzânia, Zâmbia, e Zimbabué (Idem, pp. 261-262).

Quanto ao tráfico de armas, como vimos, este ajuda a sustentar o contrabando de diamantes. Além disto, o tráfico de armamento é também canalizado para a Autoridade Palestiniana, para o Hamas, e para outras organizações islâmicas na região norte e subsaariana de África. As armas chegam ao continente africano através do Sudão, por via marítima. Segundo Levitt (2013a, pp. 267-268), é o Irão que produz estas armas, enquanto o seu transporte é supervisionado pelo Partido. As autoridades israelitas já interceptaram nesta rota várias embarcações que transportavam armas, bem como CD-ROMs que

---

<sup>20</sup> Em Julho de 1988, a ONU impôs um embargo à UNITA, proibindo a compra e venda de diamantes, na sequência da guerra civil angolana (1975-2002) (Levitt, 2013a, p. 265).

continham instruções sobre o fabrico de bombas para ataques suicidas, detonadores, explosivos com controlo remoto, etc..

No que diz respeito ao tráfico de estupefacientes, este representa uma porção considerável dos fundos do Hezbollah. Em especial, a cocaína produzida na América do Sul, nomeadamente no Brasil, na Colômbia, e na Venezuela, chegam ao continente africano pela Guiné-Bissau, com destino à Europa. O Partido consegue garantir rotas eficientes entre os dois continentes, devido às comunidades shiitas libanesas presentes na América do Sul e em África Ocidental. A rota africana de narcóticos não se destina apenas à Europa, na verdade esta rota liga directamente os EUA e o Médio Oriente a África (Idem, p. 272). Neste âmbito, a DEA investigou várias redes de tráfico de droga, que operavam no *midwest* norte-americano, cujos lucros remetiam para contas bancárias ligadas à organização, no Iémen, no Líbano, e outros Estados da região do Médio Oriente (Levitt, 2005).

Como vimos anteriormente, as actividades do Hezbollah no sudeste asiático remontam aos anos 80. Na sequência da Revolução Islâmica, o Irão, procurando disseminar mundialmente a fé muçulmana, interessou-se pelos Estados do sudeste asiático, nomeadamente as Filipinas, a Indonésia, a Malásia, a Tailândia, e Singapura. O Hezbollah foi, mais uma vez, o procurador dos interesses iranianos nesta missão (Levitt, 2013a, p. 123). Destacamos o caso do já mencionado Pandu Yudhawinata, um operacional sénior do Partido, que foi preso pelas autoridades filipinas por posse de droga, no aeroporto de Mindanao, em Novembro de 1999 (Idem, pp. 131-132).

No decorrer das investigações, as autoridades filipinas descobriram que o operacional esteve envolvido em vários crimes de falsificação de passaportes, tráfico humano, de narcóticos e armas, além de ter tido um papel determinante no ataque bombista falhado, em 1994, em Bangucoque. Ao serviço do Hezbollah, Pandu tinha a missão de recrutar membros para a organização, que posteriormente eram enviados para o Líbano e para a Síria, para serem submetidos ao devido treino. Pandu admitiu também ser responsável pela obtenção e manutenção de provisões de armamento para o Hezbollah (Idem, p. 132).

São casos como o de Pandu Yudhawinata que provam a dimensão transnacional do Partido de Deus. Tendo maior flexibilidade nas regiões onde estão fixados oficiais de *intelligence* iranianos, o Hezbollah usufrui não só do apoio de Teerão, como também das comunidades shiitas locais. Embora as suas células não sejam totalmente idênticas, tendem a seguir um padrão operacional: apostam na infiltração subtil nos Estados anfitriões, no

recrutamento de locais, e na angariação de fundos. Todas as células caracterizam-se, sobretudo, pela sua versatilidade em termos logísticos, operacionais e financeiros. (Levitt, 2003c, pp. 4-5) É devido a todas estas particularidades que o Hezbollah é, actualmente, das organizações mais sofisticadas e eficazes do mundo.

## **V. Hamas**

### **5.1. História da organização**

O Harakat al-Muqawamah al-Islamiyah (expressão que significa Movimento de Resistência Islâmica mais conhecida pelo acrónimo HAMAS) teve origem na Irmandade Muçulmana (IM – al-Ikhwan al-Muslimun). Em 1945, a IM inaugurou a sua primeira filial palestina (IMP), em Jerusalém, como uma extensão do movimento no Egipto, expandindo-se rapidamente ao longo dos territórios da Palestina, sendo que em 1947, existiam cerca de 38 células com mais de 10 mil membros (Mishal & Sela, 2000, p. 16).

Em contraste com a IM egípcia, o ramo palestino concentrava-se, de modo geral, em actividades sociais e culturais, não se envolvendo activamente em acções políticas e violentas. De facto, durante a primeira Guerra Israelo-Árabe, em 1948, o envolvimento dos Irmãos Muçulmanos foi praticamente nulo. Porém, o conflito ditou o fim do IM enquanto movimento organizado, e o colapso político e territorial da comunidade árabe-palestina (Idem, pp. 16-18).

No entanto, a Guerra dos Seis Dias (1967) significou um novo recomeço para a IMP. Israel, depois de ter reconquistado a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, respectivamente, à Jordânia e ao Egipto, adoptou uma postura permissiva relativamente ao crescimento de actividades islâmicas de cariz social e cultural, nos territórios palestinos. Isto, aliado ao facto das duas regiões estarem novamente sob alçada do mesmo governo, possibilitou o desenvolvimento de esforços organizacionais conjuntos. Com a ascensão do Sheik Ahmad Yassin, o ano de 1967 ficou marcado pelo início da edificação meticulosa da infra-estrutura institucional e social da IM palestina, que mais tarde viria a dar origem ao Hamas (Idem, pp. 18-19).

A liderança de Yassin foi determinante no crescimento e desenvolvimento do movimento. O Sheik acreditava que a Palestina precisava de se transformar antes de ser capaz de resistir à ocupação israelita. Ou seja, a sociedade palestina necessitava de ser expurgada através do regresso aos fundamentos islâmicos, e só depois da sua purificação estaria preparada para enveredar pelo activismo político e luta armada (Tamimi, 2011, p. 19).

O contexto em que se inseria a população palestina permitiu a rápida expansão e aceitação dos ideais de Ahmad Yassin. As condições socioeconómicas degradantes em que

os palestinianos viviam, nomeadamente nos campos de refugiados de Gaza, provaram ser um solo fértil para o activismo comunitário inflamado pelo radicalismo religioso. Devido a esta realidade social, o islamismo foi aceite como a melhor alternativa para desafiar a pobreza e a ocupação judaica (Mishal & Sela, 2000, p. 19).

O Sheik focou os esforços da IMP na *da'wa* (ensinamento missionário do Islão), e nesse âmbito, fundou, em 1973, o Centro Islâmico (*al-Mujamma' al-islami*). Legalizada em 1978, esta associação voluntária cimentou o desenvolvimento de várias instituições islâmicas de índole religiosa e educacional na Faixa de Gaza. O *Mujamma'* era composto por sete comités: pregação e orientação, bem-estar, educação, solidariedade, saúde, desporto, e conciliação. O objectivo desta associação era moldar a comunidade muçulmana, através de projectos sociais de larga-escala que fomentassem a fé islâmica. Desde a criação de escolas e mesquitas, o *Mujamma'* fornecia também serviços médicos, de infantários e desportivos (Idem, pp. 19-20).

Em termos educativos, a IMP também apostou no ensino superior. Em 1978, foi criada a primeira universidade de Gaza – a Universidade Islâmica. A sua fundação constituiu um importante marco no movimento palestiniano, uma vez que contribuiu largamente para a preparação da revolta popular, por parte da sociedade palestina, face à ocupação israelita (Tamimi, 2011, pp. 39-40).

A par da crescente consciencialização e revolta da população, a conjuntura internacional também proporcionou ímpeto à causa palestiniana. De facto, a ascensão de Ruhollah Khomeini no Irão, com a sua retórica anti-israelita e anti-norte-americana, bem como o triunfo da *jihad* afegã contra a ocupação soviética, inflamaram o sentimento revolucionário em Gaza e na Cisjordânia. Acrescenta-se ainda a invasão israelita do Líbano, em 1982, e o massacre de civis palestinianos nos campos de refugiados em Sabra e Shatila, como factores que contribuíram para a crescente frustração e cólera da diáspora palestina espalhada pelo mundo (Idem, pp. 41-42).

Todos estes eventos criaram pressão sobre a IMP, para que esta participasse, finalmente, na luta armada. A população palestina, que tinha absorvido a reforma social do movimento, reclamava que este passasse à acção. Como tal, no início do decénio de 1980, os mais altos membros da IM começaram a preparar secretamente a *jihad* contra Israel. Neste sentido, alguns membros da organização foram enviados para a Jordânia para se submeterem ao treino militar necessário, e quando regressaram a Gaza criaram a primeira célula armada

da IMP. Nesta fase, o movimento começou a adquirir armamento<sup>21</sup> que acabaria por ser usado durante a 1ª Intifada (Idem, pp. 42 e 46).

Entretanto, em público, Ahmad Yassin continuava a defender o adiamento das acções militares em prol da educação e do treino (*tarbiyah*). Em privado, o Sheik marcou 17 de Novembro de 1987 como data da inauguração da *jihad*, cujos principais alvos eram soldados israelitas, colonos judeus, e palestinianos que colaboravam com as autoridades israelitas. Porém, pouco foi alcançado até ao romper da Intifada (Idem, p. 50).

A 1ª Intifada iniciou-se a 8 de Dezembro de 1987, fruto da explosão espontânea das massas provocada por um acidente de trânsito. No acidente, que para a população palestiniana constituiu um assassinato deliberado, um tractor militar, conduzido por um soldado israelita, chocou frontalmente com duas carrinhas, cujos passageiros eram trabalhadores palestinianos que regressavam a casa (Idem, p. 52).

Na noite seguinte, os sete altos-membros da Irmandade Muçulmana em Gaza, juntaram-se para uma reunião de emergência. Neste encontro, os sete líderes tomaram a decisão histórica de transformar a sua organização num movimento de resistência que se denominaria de Movimento de Resistência Islâmica (Harakat al-Muqawamah al-Islamiyah). Um dos líderes, Abd al-Aziz al-Rantisi, redigiu o primeiro comunicado, que foi publicado a 14 de Dezembro, assinalando o nascimento oficial do Hamas (Idem, pp. 10-11).

O advento do Hamas não foi planeado. Os seus dirigentes procuraram explorar a oportunidade, de forma a estabelecerem-se como os líderes da libertação da Palestina. A espontaneidade da ocasião confirmou-se pela ausência de uma resposta semelhante na IM da Cisjordânia. Só em Janeiro de 1988, sob a orientação de Yassin, começou a ser construída a infra-estrutura organizacional do Hamas em Jerusalém e na Cisjordânia (Mishal & Sela, 2000, p. 36).

Com a finalidade de iniciar uma *jihad* duradoura, o Hamas incitava à desobediência civil e organizavam manifestações, que invariavelmente terminavam com o arremesso de pedras às tropas israelitas, com o incêndio de bandeiras de Israel, e com bloqueio improvisado de estradas. Além de reclamar o fim da ocupação sionista, o Movimento de

---

<sup>21</sup> O armamento era, geralmente, comprado no mercado negro a soldados e oficiais israelitas. Contudo, o esquema foi descoberto, e o Sheik Yassin foi preso, em 1984, por conspiração contra o Estado de Israel. Um ano mais tarde, Yassin acabou por ser libertado, numa troca de prisioneiros entre Israel e a Frente Popular para a Libertação da Palestina (Tamimi, 2011, pp. 46-47).

Resistência Islâmica defendia, sobretudo, a extinção do Estado de Israel, tal como iremos estudar mais adiante (Tamimi, 2011, p. 53).

## 5.2. Ideologia do Hamas

O Hamas encontrou as suas raízes ideológicas na sua organização-mãe, a Irmandade Muçulmana, e como tal segue a tendência salafi<sup>22</sup> do sunismo islâmico. A ideologia política da organização foi, também, moldada pela conjuntura palestina, estando por isso associada à perda, à expulsão, e à ocupação. A conjugação desta realidade com o código rígido do salafismo resultou no recurso ao Islão para encontrar respostas para o dilema palestino, e na defesa da criação de um Estado Palestino Islâmico como solução para a condição miserável do povo palestino (Ayoob, 2011, pp. 115-116).

Neste sentido, o Hamas actua como um movimento político de inspiração religiosa, apresentando-se como uma alternativa aos restantes movimentos nacionalistas seculares, como é o caso da Fatah, dirigente da Organização de Libertação da Palestina (OLP) e da Autoridade Palestina (AP) (Idem, p. 116). Essencialmente, os líderes do Centro Islâmico fundaram o Hamas com a finalidade de criar uma ponte entre o nacionalismo palestino e o Islão. Desta forma, o Movimento acabou por adoptar a ideia da conquista do território nacional através da luta armada num âmbito religioso: *“To raise the banner of Allah over every inch of Palestine”* – Artigo 6 da Carta do Hamas (Mishal & Sela, 2000, p. 42).

A identidade ideológica do Movimento de Resistência Islâmica culminou com a publicação da sua Carta, em Agosto de 1988. No documento, o movimento repudiou os valores da OLP, estabelecendo um verdadeiro pacto de fidelidade aos princípios nacionais palestinos e ao islamismo. O Hamas assume-se como uma ramificação do Ikhwan (artigo 2), e por isso reiterou o seu lema na Carta: *“Allah is its goal, the Prophet is the model, the Qur’an its constitution, jihad its path, and death for the sake of Allah its most sublime belief”* (artigo 8). Por outro lado, a Carta define a organização como um movimento palestino distinto, cujo nacionalismo (*wataniyya*) faz parte da sua matriz religiosa. De facto, o Hamas

---

<sup>22</sup> Em termos doutrinários, o Salafismo opõem-se aos acréscimos não-islâmicos da religião, e, por isso, procura o retorno ao Islão puro e primitivo, associado à idade de ouro do tempo do Profeta e da primeira geração de muçulmanos. Não obstante, o espectro ideológico do Salafismo é diversificado, acomodando tanto uma corrente mais politizada e pragmática, como uma corrente mais literal, rígida, e manifestamente menos política. O Hamas, tal como a IM, tende para o pragmatismo (Ayoob, 2011, p. 116).



considera que esta característica o torna único, pois além dos recursos materiais, humanos, e territoriais, também está ligado ao divino e à fé (Idem, p. 44).

Relativamente à Palestina, a Carta afirma: *“the land of Palestine is an Islamic trust (waqf) upon all Muslim generations until the Day of Resurrection. It is not right to give it up nor any part of it”* (artigo 11). Ou seja, na visão do Hamas, a solução para o conflito palestino reside na destruição do Estado de Israel e na edificação de um Estado Islâmico. A eliminação do Estado Sionista terá de ser feita através da *jihad*: *“When an enemy occupies some of the Muslim lands, jihad becomes obligatory on every Muslim (article 15).”* *“Thus, all peace initiatives are a waste of time and acts of absurdity (article 13).”* (Abu-Amr, 1993, p. 12)

Além disto, a organização defende que o conflito tem dimensões árabes e islâmicas. Tendo noção das suas limitações enquanto libertador dos territórios palestinos, o Hamas tinha a ambição de se tornar num exemplo vanguardista da ressurgência do mundo árabe, e do mundo islâmico contra o Sionismo, e contra o imperialismo. Portanto, o sucesso da libertação da Palestina e da ressurreição islâmico-árabe (*nahda*) são interdependentes. De facto, os conceitos de nacionalismo e de pan-arabismo (*qawmiyya*), – que no caso palestino é equivalente a islamismo – são indispensáveis à ideologia do Hamas, pois através desta concepção a organização torna o conflito palestino numa causa islâmico-árabe (Mishal & Sela, 2000, pp. 42-45).

Neste âmbito, a Carta estipula que *“os Estados Árabes vizinhos de Israel deverão abrir as suas fronteiras aos Mujahedin (os condutores da jihâd) dos árabes e dos povos muçulmanos, de modo a que possam cumprir com a sua missão e unir os seus esforços (...)”* (Costa, 2003, p. 136) *“Mais, segundo a Carta: Quanto às outras Nações Árabes e Islâmicas, deverão facilitar o Movimento dos Mujahedin.”* (Amr, 1994, pp. 80-83, citado em Costa, 2003, p. 136)

Em suma, os objectivos do Movimento de Resistência Islâmica, tal como estão descritos no artigo 9 da sua Carta, são:

- Combater o mal, a injustiça, e a falsidade;
- Devolver a Palestina aos palestinos, os seus proprietários legítimos;
- Regressar ao Islão, e estabelecer um Estado Islâmico (Mishal & Sela, 2000, p. 181).

Para atingir estes fins, a organização recorreu ao martírio como estratégia de combate contra Israel. Na sua visão, o sacrifício da vida irá honrar a *Umma* e o povo palestino, pois esta é uma tática de combate que possibilita atingir a vitória final. De acordo com este pensamento, todos os palestinos detentores de uma fé inabalável deverão estar dispostos a perder a vida por esta causa, ao contrário dos israelitas, considerados materialistas e hereges. Na verdade, a martirologia do Hamas inspirou-se nos ensinamentos de Sayyid Qutb<sup>23</sup>: *“A nossa superioridade sobre os ocidentais é que nós estamos prontos a morrer. Eles (os judeus) são covardes, está escrito no Alcorão. A solução é a de seguir o modelo do mártir e multiplicar estas acções. Então, eles terão medo e fugirão (...)”* (Costa, 2003, p. 141).

Segundo o Dr. Rantisi, um dos fundadores do Hamas, este tipo de acções não devem ser interpretadas como ataques suicidas, mas como *istishhadi*, isto é, “voluntários para o martírio” e “todos os muçulmanos gostariam de ser mártires”. Para Rantisi, a expressão “ataques suicidas” sugere um acto irreflectido cometido por um indivíduo desequilibrado, enquanto o martírio é uma acção planeada e cuidadosa, perpetrada por alguém que cumpre o seu dever religioso. Tanto Rantisi, como Ahmad Yassin defendem o uso da violência como um direito islâmico à autodefesa, sendo também útil à defesa da dignidade e do orgulho (Idem, p. 140).

Sendo certo que o martírio é considerado um acto sublime pelos fundamentalistas islâmicos, no caso do Hamas é especialmente vantajoso na luta contra Israel. Dada a óbvia inferioridade bélica face ao Estado israelita, a organização encontrou no auto-sacrifício uma estratégia eficaz e suficiente para contrabalançar o poderio militar israelita, como iremos ver mais à frente (Silva, 2010, pp. 218-219).

### **5.3. Actividades desenvolvidas pelo Hamas**

Ao contrário da lógica institucional legada pelo Centro Islâmico, cuja infra-estrutura se baseava em relações interpessoais, tendo em conta a amizade, a reputação, e a confiança entre os membros, o Hamas possui uma estrutura vertical e hierarquizada. Sendo um

---

<sup>23</sup> Qutb foi um irmão muçulmano egípcio, executado em 1966 sob o Nasserismo, e é considerado um dos pais do extremismo islâmico moderno (Costa, 2003, p. 141).

movimento de resistência armada reflecte ambições territoriais, ao contrário do *Mujamma'* (Mishal & Sela, 2000, p. 153).

Devido à formalidade hierárquica, a infra-estrutura organizacional divide-se em posições verticais e horizontais. “*Vertically, positions are linked to a hierarchical chain of command – instructions go down and compliance reports go up – and are controlled by supervisors with a fixed number of subordinates, each of whom has one clearly identified supervisor to whom he is responsible. Horizontally, various tasks are grouped according to the functions performed for the organization.*” (Idem, p. 155)

A composição institucional da organização divide-se em quatro unidades: segurança interna, actividades militares, actividades políticas, e ensinamentos islâmicos (*da'wa*). Cada uma destas unidades tem uma sede regional independente em Gaza e na Cisjordânia. A divisão de segurança (*al-Majd*), fundada em 1986 como parte do *Mujamma'*, tinha a finalidade de ganhar controlo sobre a população local, através da recolha de informação relativa a palestinianos suspeitos de colaborarem com Israel, e sobre desviantes da fé islâmica (traficantes de droga, ladrões, etc.). Durante a Intifada, as funções do aparato de segurança passaram a incluir exercícios de propaganda, e execução de palestinianos suspeitos de cooperar com as autoridades israelitas (Idem, p. 156).

A unidade militar, também estabelecida antes da Intifada, constituía um conjunto de células secretas do Centro Islâmico, denominadas de “Guerreiros Sagrados Islâmicos”. Durante a 1ª Intifada, esta divisão acabou por ser integrada nos Batalhões Izz' al-Din al-Qassam (criados em 1991), que foram responsáveis por vários ataques terroristas contra civis israelitas. Já o departamento político do Hamas foi criado nos primórdios da Intifada, cuja responsabilidade passava pela organização de apedrejamentos, construção de barricadas, iniciar manifestações e protestos, escrever *slogans*, reforçar greves, providenciar socorro aos feridos durante os períodos de recolha, e estabelecer boas relações entre os residentes palestinianos (Idem, p. 156).

Relativamente à *da'wa*, o seu objectivo, ao contrário das restantes actividades do Hamas, é islamizar a comunidade através da mobilização social e da doutrinação religiosa. Como tal, as acções da *da'wa* concentram-se em torno das mesquitas, através das quais são promovidas actividades de carácter religioso, educativo e desportivo, assim como serviços de bem-estar social – que incluem tratamento médico e apoio financeiro –, e de recrutamento de membros para a organização. O Movimento tem ainda outros órgãos administrativos que

trabalham em conjunto com as universidades islâmicas, e com os sindicatos de trabalhadores muçulmanos (Idem, pp. 156-158).

Em termos institucionais, as referidas unidades de trabalho, além de estarem distribuídas geograficamente, também respeitam uma hierarquia vertical. Ou seja, a Faixa de Gaza está repartida em sete distritos e a Cisjordânia em cinco. Cada distrito divide-se em subdistritos, que, por sua vez, se repartem entre aldeias e campos de refugiados. Uma vez que todos os distritos têm órgãos próprios não necessitam de comunicar entre si. Por meio de uma cuidada compartimentação, o Hamas não só garante o secretismo das suas acções, como também lhe permite afirmar que existe uma separação entre o seu aparato militar e a restante organização (Idem, pp. 158-159).

No que diz respeito à liderança do Movimento, este afirma usufruir de dois tipos de chefia: a liderança “interna”, e a liderança “externa”. Esta distinção resultou do vácuo na chefia do Hamas, criado pelo aprisionamento do então líder, Sheik Yassin. A chefia da organização acabou por ser assumida por uma geração de discípulos de Yassin, que emigraram para o estrangeiro, com a finalidade de angariar financiamento e apoio dos governos vizinhos para a manutenção das actividades civis e militares da organização, além de ser uma forma de evitar a repressão israelita (Idem, p. 159).

Nesta senda, os líderes “externos” providenciam financiamento, apoio logístico e consultivo aos líderes “internos”, habitantes em Gaza e na Cisjordânia, responsáveis pelas actividades comunitárias do Movimento. Devido à sua liberdade de acção no estrangeiro, os dirigentes “externos” tornaram-se, por volta de 1989, hierarquicamente superiores aos dirigentes “internos”. Esta chefia bipartida foi arquitectada por Mousa Abu Marzooq, fiel associado de Ahmad Yassin, para evitar o colapso da organização no caso esta fosse atacada quer por Israel, quer pela OLP. Ao terem os seus centros de tomada de decisão espalhados por vários Estados, como por exemplo os EUA, o Iémen, o Kuwait, ou a Síria, os líderes “externos” do Movimento estão relativamente seguros (Tamimi, 2011, pp. 60-61).

No topo da estrutura organizacional do Hamas existem dois órgãos de chefia, ambos sediados fora dos territórios palestinianos: o Conselho Consultivo (*Majlis Shura*), e o Gabinete Político (*al-Maktab al-Siyasi*). Acredita-se que o primeiro tem 12 membros, que na maioria não são palestinianos. A missão do Conselho Consultivo, enquanto autoridade religiosa suprema, é fornecer apoio normativo e justificação moral para a conduta política do Hamas, e para as suas decisões mais importantes. Oficialmente, este órgão delibera por

maioria, mas na prática, não funciona como um órgão colectivo; os assuntos são levados a um membro do Conselho para este dar o seu parecer (Mishal & Sela, 2000, p. 162).

Quanto ao Gabinete Político, devido ao seu cariz executivo, exerce maior obediência e complacência entre as fileiras do Hamas. Os 10 membros deste órgão estão incumbidos de estabelecerem as políticas e as actividades do Hamas, e reajustarem-nas caso a conjuntura assim o exija (Idem, pp. 161-162). Actualmente, o Gabinete Político é liderado por Khalid Mishal, que é, em última análise, o líder efectivo do Hamas. (Hroub, 2004, p. 32)

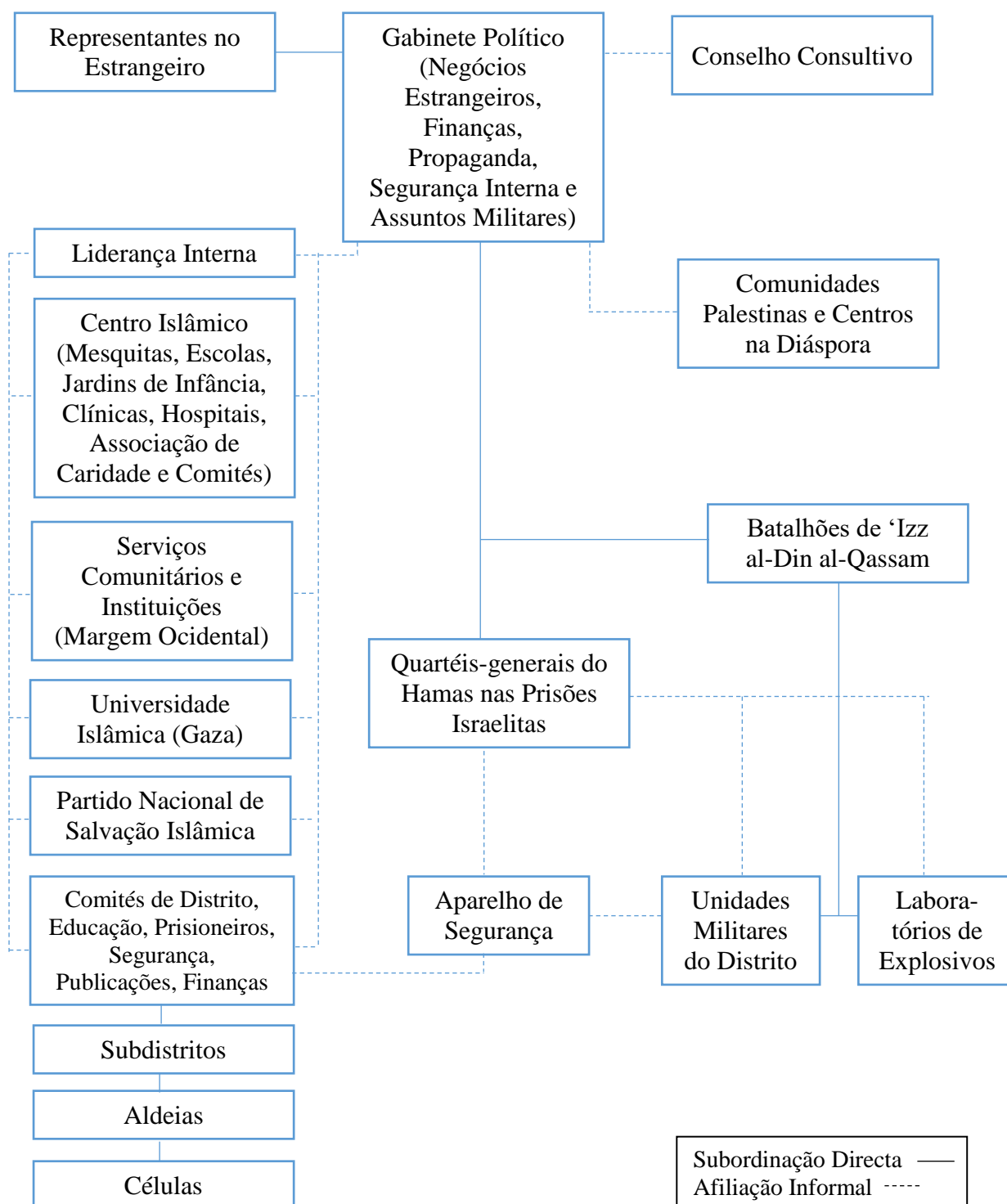


Figura 4. Diagrama da Estrutura Interna do Hamas

Fonte: Costa, Helder Santos, 2003. *O Martírio no Islão*. Lisboa: ISCSP, p. 139.

De forma a concretizar os objectivos, o Movimento de Resistência Islâmica desenvolve três tipos de actividades: terroristas (que visam a destruição de Israel), políticas e sociais (cujo objectivo é defender os interesses palestinianos).

Como já foi referido, o Hamas foi um produto da 1ª Intifada, surgindo, portanto, no contexto do levamento civil palestiniano. Por esse motivo, desde logo se empenhou numa retórica feroz contra Israel, invocando símbolos islâmicos e apelando à luta armada contra o Estado ocupador. Todavia, a organização, ciente do seu poder limitado a nível nacional e regional, numa primeira fase, adoptou uma estratégia de violência controlada. Isto é, a *jihad* estava subordinada às variáveis políticas da conjuntura da época (Mishal & Sela, 2000, pp. 49-50).

Assim sendo, sobre a direcção de Ahmad Yassin, o Hamas procurou posicionar-se na linha da frente da Intifada, através do lançamento da emissão de panfletos que continham directivas sociais. Ou seja, a organização mobilizou a população palestiniana a participar em acções violentas e não violentas. As primeiras incluíam apedrejamento, construção de barreiras, incêndio de pneus, e confrontos com as forças israelitas e com os seus colaboradores. Já as segundas referiam-se ao boicote das relações económicas com Israel, ao desenvolvimento de instituições próprias que garantissem o mesmo tipo de serviços públicos, à desobediência civil (de leis e regulamentações impostas por Israel), e ao envolvimento em actividades que promovessem solidariedade entre os palestinianos. Por meio desta estratégia, o Sheik Yassin conseguiu fortalecer o apoio popular do então recém-criado Hamas, e evitar o confronto directo com Israel, até meados de 1989 (Idem, p. 60).

A nível interno, o aparato militar do Movimento organizava operações armadas contra as autoridades israelitas. Na sua maioria estas operações consistiam no rapto e assassinato de soldados israelitas, orquestradas tanto na Faixa de Gaza como na Cisjordânia. Contudo, estas acções acabariam por resultar no aprisionamento de Ahmad Yassin, e no escalar da tensão entre o Hamas e Israel (Idem, p. 57).

O encarceramento do Sheik Yassin não impediu o crescimento do Movimento de Resistência Islâmica. Muito pelo contrário, a crescente repressão israelita contra a organização inspirou as suas fileiras, e resultou na criação das Brigadas Mártires al-Qassam (*Kata'ib al-Shahid Izzadin al-Qassam*), que actualmente representam o braço militar do Hamas. Estas Brigadas eram constituídas por jovens activistas palestinianos, motivados pela

resposta violenta e desproporcional de Israel contra o Hamas e contra a Intifada (Tamimi, 2011, p. 63).

Através dos Batalhões al-Qassam, o Movimento continuou a sequestrar e matar soldados israelitas. No entanto, o primeiro ataque suicida da organização só ocorreu em 1994, em resposta ao massacre de Hebron (25 de Fevereiro desse ano), perpetrado por Baruch Goldstein, um judeu americano residente no colonato de Kiryat Arba. Goldstein matou 29 muçulmanos e feriu outros 100, enquanto estes rezavam na Mesquita Ibrahim (Idem, p. 79). Como vingança, Abdullah Zakarnah, membro das Brigadas al-Qassam, a 6 de Abril de 1994, conduziu um veículo armadilhado com explosivos contra uma estação de autocarros. A explosão causou nove mortos e mais de 150 feridos, todos eles israelitas (Idem, p. 160).

O Massacre de Hebron marca um ponto de viragem no *modus operandi* do Hamas: o abandono da estratégia de violência controlada a favor de uma estratégia de desespero – as missões-suicidas.

Apesar da controvérsia e do choque inicial, as operações mártires acabaram por ser aceites pela população palestiniana<sup>24</sup>, reconhecendo o heroísmo e altruísmo daqueles que sacrificam o seu corpo e a sua alma em nome da Palestina (Idem, p. 161). Os palestinianos reconhecem a utilidade estratégica deste género de ataques, que funciona como uma “smart bomb” capaz de contrariar o poderio militar e tecnológico israelita. Empregues sistematicamente num contexto político, os ataques suicidas têm a capacidade de fazer tremer Israel, obrigando-o a fazer concessões políticas (Luft, 2002).

Até 1994, o martírio era algo inédito para a comunidade sunita islâmica, pois este é um acto, normalmente, associado ao shiismo. Acredita-se que o Hamas tenha sido a primeira organização sunita a executar operações suicidas. O recurso a estas operações resulta, por um lado, das débeis condições económicas sofridas pelos palestinianos, que empregam o martírio como uma tática – a arma dos pobres –, por outro lado, o auto-sacrifício é parte de uma estratégia que visa atingir determinados objectivos políticos. Acima de tudo, as missões-suicidas têm o propósito estratégico de pressionar Israel (tanto o governo, como os cidadãos) a reconhecer os direitos dos palestinianos. Neste âmbito, embora a organização, por norma, repudie ataques contra civis, reconhece que por vezes são um mal necessário:

---

<sup>24</sup> Embora o apoio da opinião pública varie no que diz respeito às operações suicidas, raramente é inferior a 50% (Tamimi, 2011, p. 161).



*“ Hamas does not endorse the killing of civilians, but that is sometimes the only option it has if it is to respond to the murdering of Palestinian civilians and the cold-blooded assassination of Palestinian activists.”* (Tamimi, 2011, pp. 162-165)

Além de ataques suicidas, o Movimento de Resistência Islâmica tem disponível no seu arsenal: armas automáticas, dispositivos explosivos com detonação remota, granadas, mísseis antitanque, rockets, etc. (The New York Times, 2009).

Relativamente à geografia das actividades terroristas do Hamas, estas estão, até hoje, circunscritas aos territórios israelitas e aos territórios palestinianos. Uma vez que se apresenta como uma organização de resistência local, o Movimento ambiciona atingir apenas israelitas presentes nestas regiões. Porém, tal não significa que o Hamas não tenha capacidade de agir internacionalmente: de facto, a organização tem uma forte presença no estrangeiro, particularmente nos Estados ocidentais, tal como iremos ver mais adiante (Levitt, 2006, p. 204). Por outro lado, na eventualidade de efectuar um atentado terrorista no Ocidente, segundo Levitt (2006, p. 220), este seria com o propósito de atingir alvos israelitas, e não ocidentais<sup>25</sup>.

Todavia, no decénio de 1990, a conjuntura política dos territórios palestinianos alterou-se com a assinatura dos Acordos de Oslo. Assinada em Setembro de 1993, por Israel e pela OLP, a Declaração de Princípios (DOP), conhecida como Acordos de Oslo, ambicionava solucionar pacificamente o conflito israelo-palestiniano. A DOP previa ainda a criação da Autoridade Palestina, uma entidade de cariz governamental com autoridade sobre os centros urbanos de Gaza e da Cisjordânia (Bhasin & Hallward, 2012, p. 79). Com a assinatura dos Acordos, OLP não só renunciou à violência contra Israel, como também passou a ser reconhecida como a legítima representante dos palestinianos (Mishal & Sela, 2000, p. 67).

Sendo o Hamas contra qualquer tipo de trégua ou negociação com Telavive, desde logo se opôs aos Acordos de Oslo. A opinião pública palestiniana acabaria por se juntar à acérrima oposição do Movimento, devido à incapacidade da OLP, e consequentemente da AP, de libertar os territórios conforme os prazos previstos pela DOP. Neste âmbito, o contexto da época era favorável à organização, pois esta encontrava-se em franca expansão em virtude, por um lado, do fornecimento de serviços de bem-estar público à população

---

<sup>25</sup> *“While many foreigners have died in Hamas attacks, these have been incidental casualties of the group’s indiscriminate terrorist attacks, not intentionally targeted victims.”* (Levitt, 2006, p. 204)

palestiniana, na Cisjordânia e em Gaza, e por outro lado, devido ao fracasso da OLP em fazer cumprir os Acordos de 1993. O sucesso da organização deveu-se, em parte, à rejeição da postura diplomática de Yasser Arafat, líder da OLP. Como tal, procurando maximizar a sua popularidade entre a comunidade palestiniana, durante a 2ª Intifada, surgiu um debate interno no seio do Movimento sobre a possibilidade do mesmo participar no futuro político dos territórios ocupados (Ayoob, 2011, p. 125).

O percurso político do Movimento de Resistência Islâmica tem sido sinuoso. Durante o decénio de 1990, a organização rejeitou inequivocamente a participação na esfera política palestiniana, pelo menos, nos órgãos políticos e legislativos da Autoridade Palestiniana, nomeadamente a presidência e o Conselho Legislativo da Palestina (CLP). O Hamas considerava que, ao concorrer nas eleições aos referidos órgãos, estaria a legitimar o processo de Oslo, algo a que se opunha terminantemente. Neste sentido, as primeiras eleições organizadas pela AP, em 1996, foram boicotadas pelo Movimento. O feito foi repetido nas eleições presidenciais de 2005 (Bhasin & Hallward, 2012, p. 79).

Durante a 2ª Intifada<sup>26</sup>, ou Intifada Al-Aqsa, o Movimento efectivou a sua posição, entre os palestinianos, ao legitimar-se como a principal organização de resistência contra Israel. Com um total de 140 ataques suicidas, entre 2000 e 2007, mais de 500 indivíduos pereceram. Por isso mesmo, em 2002, Telavive construiu um muro de segurança, que separa Israel dos territórios palestinianos, de forma a proteger-se de ataques terroristas. Além disto, iniciou uma violenta campanha de assassinatos contra os líderes do Hamas. No total, foram mortos cerca de 208 militantes, aos quais se acrescenta o assassinato do fundador do Movimento, o Sheik Ahmad Yassin (em Março de 2004), e do seu sucessor, Abdel al-Rantisi (em Abril de 2004). Foram, ainda, mortos vários líderes e fundadores das Brigadas al-Qassam. A táctica violenta israelita, contra o Hamas, causou desordem entre as fileiras internas da organização, e enfraqueceu o seu braço militar (Long, 2010, pp. 135-136).

Em consequência da campanha israelita, o Movimento foi impelido para um impasse militar, o que o obrigou a encontrar uma alternativa para o seu futuro. Como tal, em 2004, ocorreu uma mudança estratégica no seio do Hamas: a participação na esfera política da Palestina (Idem, p. 136). Já tendo participado noutro tipo de processos eleitorais, tais como

---

<sup>26</sup> A 2ª Intifada eclodiu em Setembro de 2000, quando o então primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, visitou o *Haram al-Sharif* (Monte do Templo) – o terceiro lugar sagrado do Islão –. A visita, que foi interpretada como um acto de provocação, agravou a revolta palestiniana que se motivava pelo fracasso da Paz de Oslo (Tamimi, 2011, p. 199).

associações de estudantes e sindicatos de trabalhadores, a organização decidiu participar nas eleições municipais palestinianas – as primeiras desde 1967 –, uma vez que estas não se realizavam ao abrigo dos Acordos de Oslo (Tamimi, 2011, p. 209).

A popularidade do Movimento, a nível local, foi, desde logo, notória. Na Cisjordânia, a organização ganhou com a maioria dos votos em 9 de 25 Conselhos, conquistando um total de 75 lugares. Porém, o seu maior sucesso foi em Gaza, onde ganhou em 7 de 10 Conselhos, arrecadando 78 em 118 lugares. Devido aos resultados obtidos, particularmente na Faixa de Gaza, a organização ponderou a participação nas eleições legislativas de 2006. No entanto, a nível interno as opiniões dividiam-se. Enquanto a facção de Gaza era favorável à participação no processo eleitoral, a ala da Cisjordânia era adversa à ideia. O debate foi remetido ao Conselho Consultivo que acabou por decidir a favor da candidatura, ao declarar que o Hamas deveria retirar partido da oportunidade proporcionada pelas eleições (Idem, p. 210).

Quando questionado sobre esta transformação estratégica, o Gabinete Político da organização justificou a decisão reiterando que o Movimento sempre subscreveu o princípio da compatibilidade entre a democracia e o Islão. Explicou também que o motivo do boicote das eleições parlamentares e presidenciais de 1996, e mais tarde das eleições presidenciais de 2005, em nada se deveu a questões ideológicas; muito pelo contrário, prendeu-se com a convicção que o processo eleitoral não se realizaria em condições justas e transparentes. Nesta senda, em 2006, o Hamas defendia que as circunstâncias políticas se tinham alterado, e eram, por isso, mais favoráveis. De facto, com o total colapso do processo de paz, com a morte de Yasser Arafat, e com a decisão israelita de desocupar unilateralmente Gaza<sup>27</sup>, o Movimento tinha a conjuntura política a seu favor (Idem, p. 211).

Para surpresa geral, em Janeiro de 2006, o Hamas, representado pela lista “Mudança e Reforma”, ganhou a maioria dos lugares do CLP: alcançou 74 em 132 lugares parlamentares, enquanto a Fatah conquistou apenas 45.<sup>28</sup> Contudo, o resultado eleitoral teve consequências catastróficas na esfera política dos territórios sob ocupação (Idem, p. 218).

---

<sup>27</sup> Embora o Hamas defenda que Israel desocupou Gaza devido à sua pressão violenta, a verdade é que esta retirada revelou-se muito mais complexa. A desocupação não resultou de nenhum acordo de paz ou negociação – foi, de facto, unilateral. Para os palestinianos a retirada das tropas e dos colonatos israelitas não melhorou a sua situação, nem pôs termo ao conflito, pois Telavive mantém um controlo apertado sobre as fronteiras que delimitam a Faixa de Gaza, limitando a passagem de bens e pessoas. Ou seja, Gaza tornou-se uma prisão para a população palestiniana aí residente (Tamimi, 2011, pp. 221-222).

<sup>28</sup> A participação eleitoral atingiu os 77.70% (IDEA, 2009).

Apesar da organização usufruir uma confortável maioria no CLP, esta ambicionava formar um governo de união nacional, o que não foi possível concretizar devido a desentendimentos com a Fatah<sup>29</sup> (Idem, p. 228). Mesmo depois da assinatura do Acordo de Meca<sup>30</sup>, em Fevereiro de 2007, as partes não entraram em concordância sobre a formação do executivo, e por isso o acordo acabou por colapsar. O Presidente palestino, Mahmoud Abbas<sup>31</sup>, acabou por demitir o primeiro-ministro apontado pelo Hamas, Ismael Haniyeh (Long, 2010, p. 132). Consequentemente, na Faixa de Gaza, as tensões escalaram: o Movimento e a Fatah entraram em confrontos, cujo resultado foi a expulsão da AP e da Fatah de Gaza (controlam apenas a Cisjordânia), que é, desde Junho de 2007, dominada exclusivamente pelo Hamas (The New York Times, 2007).

Após várias tentativas falhadas, em Abril de 2014, o Hamas e a Fatah assinaram um acordo de reconciliação, com o objectivo da reunião da Cisjordânia e de Gaza sob um governo de união, e da reconstrução da Faixa de Gaza, que foi assolada pelas agressões israelitas em 2009, 2012 e 2014. Todavia, a aplicação do acordo tem sido adiada, e a tensão subsiste entre ambas as partes (Al-Monitor, 2015a).

Verificamos que a vitória eleitoral foi um ponto de viragem na história da organização: pela primeira vez, foi claramente visível a moderação na atitude islâmica e postura bélica do Movimento de Resistência Islâmica. O seu discurso, ainda durante a campanha eleitoral, foi conduzido num tom prudente e contido, debatendo temas como as questões sociais, económicas e governativas dos territórios ocupados, em detrimento da abordagem de tópicos referentes à religião ou ao conflito com Israel. Ao longo da campanha, o Hamas explorou inteligentemente o colapso dos Acordos de Oslo, bem como a incapacidade da Autoridade Palestiniana em libertar a Palestina, e ainda a corrupção

---

<sup>29</sup> A Fatah só aceitaria um governo de união nacional com duas condições: em primeiro lugar, o Hamas deveria reconhecer o direito de existência de Israel; em segundo, reconhecer a OLP como a única e legítima representante da população palestina. O Movimento não aceitou nenhuma das condições e formou um governo próprio (Tamimi, 2011, p. 228).

<sup>30</sup> Após a formação de governo, o Hamas enfrentou um boicote da comunidade internacional, liderado por Israel, pelos EUA, e pela UE, que incluiu a imposição de sanções económicas ao recém-formado executivo, bem como o bloqueio de todos os meios de transacções financeiras (Idem, p. 230). Para levantar o boicote, e formar um governo de coligação com a Fatah, o Acordo de Meca impunha três condições ao Hamas: reconhecimento do Estado de Israel; renúncia à violência; e aceitação dos acordos de paz anteriores. O Movimento apenas aceitou cumprir a última condição (The Guardian, 2007).

<sup>31</sup> Abbas sucedeu a Yasser Arafat na liderança da Fatah, e na presidência da OLP. Sendo o líder palestino desejável por Israel, pelos EUA, e pela UE, foi o único candidato (no seio da Fatah) às eleições presidenciais palestinas, em Janeiro de 2005 (Tamimi, 2011, p. 208). Desde então não voltaram a ser organizadas novas eleições (Al-Monitor, 2014a).

governativa da Fatah na AP (Long, 2010, p. 132). O radicalismo deu lugar a uma estratégia pragmática, focada numa política de *state-building* (Sen, 2015, p. 215).

Porém, esta mudança não significou a abdicação do direito à violência. Pelo contrário, a organização defende que os meios militares são essenciais à contenção do colonialismo israelita e à defesa do território palestino. Não obstante, o Movimento reduziu o recurso a operações militares, tanto contra Israel, como contra outras milícias ou grupos adversários palestinos. Esta decisão deve-se à incessante procura de aprovação popular, pois, embora a população palestina aprove a resistência violenta do Hamas, por vezes culpam o último da deterioração do bem-estar social, fruto do conflito com Israel (Long, 2010, pp. 134-136).

Ideologicamente, o pragmatismo adoptado pela organização é particularmente visível no seu principal objectivo – libertação da Palestina do Mar Mediterrâneo ao Rio Jordão, através da aniquilação de Israel, e da edificação de um Estado islâmico palestino. Actualmente, o Hamas admite estar disponível para assinar, com Israel, uma trégua de longo prazo (*hudna*<sup>32</sup>), na condição do Estado judeu regressar às fronteiras de 1967 (anteriores à Guerra dos Seis Dias), que incluem não só a libertação da Cisjordânia e de Gaza, mas também da zona leste de Jerusalém (Ayoob, 2011, p. 126). Sobre este assunto, o *website* oficial da organização refere: “*Hamas has always said it accepts a state at 1967 borders as part of an agreement, but not without knowing the terms of that agreement.*” (Hamas, 2015)<sup>33</sup> Relativamente à eliminação de Israel, Ismail Abu Shanab, um líder sénior da organização, afirmou: “*Let’s be frank, we cannot destroy Israel. The practical solution is for us to have a state alongside Israel... When we build a Palestinian state, we will not need these militias; all the needs for attack will stop. Everything will change into a civil life.*” (Gunning, 2004, p. 250)

Também o islamismo extremista, originalmente presente na identidade ideológica da organização, foi moderado. A ambição de islamizar a sociedade deixou de ser referida nos diversos documentos oficiais, publicados pelo Movimento. Hoje, o Islão é referido apenas de forma geral, relacionado com a natureza da sociedade palestina, ou em relação à causa palestina: “*The Palestinian people are an integral part of our Arab and Muslim nation*”; “*Our*

---

<sup>32</sup> “*Although Hamas rejects the concept of ‘peace’, it would agree to a hudna — a term first used by the Prophet Muhammad that refers to a truce limited to a period of time. However, it is not peace.*” Desde os anos 2000, esta tem sido a abordagem preferida no seio do Hamas, apoiada pelo próprio fundador Sheik Yassin (Long, 2010, p. 138).

<sup>33</sup> Ver Anexo 3.

*government will strive for the deepening of relations and consultation with the Arab and Islamic surrounding, for it is our strategic depth... Our cause is both an Arab and Muslim responsibility, and there fore it touches not only the life and future of the Palestinian people but also the life and future of all Arabs and Muslims.”* (Hroub, 2006, p. 25)

O serviço social e a solidariedade social constituem, também, duas das prioridades centrais no *modus operandi* do Hamas. Como vimos anteriormente, esta tradição solidária foi herdada da célula da Irmandade Muçulmana fixada em Gaza que precedentemente à fundação do Movimento de Resistência Islâmica já desenvolvia um vasto trabalho social. O envolvimento da organização na produção de bem-estar social aumentou depois da assinatura dos Acordos de Oslo, com a finalidade de reforçar a popularidade e legitimidade do grupo (Berti, 2015, p. 11).

De facto, a própria Carta do Hamas sublinha a responsabilidade da organização em providenciar este género de serviços: *“Social solidarity means giving aid to the needy, both material and moral, or helping take certain actions. It is incumbent on the members of the Islamic Resistance Movement to look after the interests of the people in the [same] way they look after their own interests, sparing no effort in realizing and maintaining them. (...) (Article 21)”* (Mishal & Sela, 2000, p. 189)

Tendo altas taxas de pobreza e desemprego, a Cisjordânia e Gaza são um campo fértil para a implementação de uma estratégia social. A população destes territórios é muito dependente das organizações sociais islâmicas que lhes providenciam bem-estar (Grynkewich, 2008, p. 360). Neste sentido, o Hamas é um dos principais prestadores de serviços públicos na Palestina, detendo uma extensa rede de instituições sociais em várias áreas: educativa (escolas, jardins-de-infância, universidades); solidária (centros de apoio a refugiados, órfãos, comités de zakat, etc.); cultural; saúde (clínicas, centros médicos, hospitais); sindicatos públicos; clubes desportivos; comunicação social; instituições religiosas (mesquitas, “Casas do Alcorão”); e instituições de apoio à mulher (Levitt, 2006, pp. 81-82).

Durante o período de Oslo, a Autoridade Palestiniana foi não capaz de providenciar serviços públicos, abrindo, por isso, o caminho ao Hamas para preencher o vácuo institucional. Relativamente ao sistema de saúde palestiniano (tutelado pela AP), este era débil, sendo por isso inapto a responder às necessidades da população. A situação agravou-se com o romper da 2ª Intifada, devido às sanções impostas por Israel: desde a limitação da movimentação da população residente em Gaza e na Cisjordânia, quer no interior, quer no exterior dos territórios, impedindo, muitas vezes, o acesso a centros médicos, até à demolição

de casas de inúmeros palestinos. Esta política de sancionamento contribuiu, ironicamente, para a erosão da credibilidade da AP, e para o crescimento do Hamas (Gorden & Filc, 2005, p. 553).

Dada a oportunidade, o Movimento intensificou a sua política social ao fornecer assistência com base nas necessidades socioeconómicas dos indivíduos, em detrimento de um critério político ou religioso. Ou seja, as famílias beneficiárias destes serviços não precisavam de ser membros do Hamas, nem muçulmanos devotos (Idem, p. 553). A mesma lógica se aplica à atribuição de subsídios às famílias dos mártires – qualquer palestino (guerrilheiro ou civil) que tenha perdido a vida devido ao conflito com Israel é considerado um mártir –, independentemente dos últimos serem bombistas-suicidas ou não. O pagamento desta subvenção é feito de forma não-preferencial, sendo muitas vezes atribuída a famílias denunciadas como colaboradoras com Telavive (International Crisis Group, 2003, pp. 23-24).

Sobre esta questão, a Associação Islâmica Al-Salah, afiliada do Hamas, declarou: *“The Association assists the families of martyrs on the basis of humanitarian grounds in the context of its duty to provide relief. This means that all those in need, whether martyrs or not, are equal. Any family which suffers as a result of a fatal car accident will be treated equally as far as the Association’s criteria are concerned to a family that loses its breadwinner to martyrdom at the hands of the occupation.”* (Idem, p. 24)

O Movimento criou, ainda, órgãos administrativos com o propósito de gerir os serviços médicos e educativos prestados à comunidade. Exemplo disso é a Associação Médica Científica, estabelecida em Gaza, que coordena as actividades das enfermarias, clínicas dentárias, e bancos de sangue. Estes tratamentos são prestados mediante uma quantia simbólica, ou até mesmo gratuitamente aos carenciados. Relativamente à educação, o Hamas possui também várias associações responsáveis pela coordenação do programa educativo dos vários graus de ensino: do infantil ao secundário. (Mishal & Sela, 2000, p. 157)

Neste âmbito, a organização define anualmente o programa da *da’wa*, isto é, dos ensinamentos islâmicos, para as escolas. O programa inclui a produção de publicações mensais, organização de debates sobre tópicos religiosos, promoção de conferências dadas por membros do Movimento, bem como o planeamento de actividades de tempos-livres para os estudantes. Foram também fundadas as “Casas do Alcorão”, que através das mesquitas, promovem seminários e *workshops* extracurriculares sobre estudos alcorânicos para a juventude. Além da disseminação da *da’wa* nas escolas, o Hamas publica livros, panfletos,

testemunhos pessoais, e artigos sobre a fé islâmica (Idem, p. 157). São, também, organizados campos de férias, no Verão, para crianças e adolescentes. Com a finalidade de preparar as gerações futuras para o conflito (iminente) com Israel, estes campos promovem um programa que combina actividades culturais e recreativas com treino militar (Al-Monitor, 2014b).

O Movimento trabalha, também, em conjunto com as universidades islâmicas, fixadas tanto na Faixa de Gaza, como na Cisjordânia. Nas mesmas, são organizadas conferências e palestras sobre o islamismo. Segundo Levitt (2006, p. 129), a organização possui várias associações e grupos estudantis afiliados, que servem como plataforma para o recrutamento, doutrinação, e radicalização dos jovens.

De forma a publicitar a sua ideologia, a recrutar novos membros, e a islamizar as massas, o Movimento possui vários meios de comunicação social: jornais, *websites*, estações de rádio e de televisão. Através dos média, a organização consegue mobilizar mais facilmente os palestinianos, quer residentes nos territórios ocupados, quer residentes no estrangeiro (Idem, pp. 139-140).

De facto, Matthew Levitt (2006, p. 108-109) defende que os serviços humanitários e solidários, fornecidos pelo Hamas, têm um papel vital para as pretensões religiosas da organização, uma vez que cimentam o seu apoio popular, particularmente entre as classes mais baixas, as maiores beneficiárias destes serviços. Sobre o sucesso destes serviços, Mousa Marzooq, vice-presidente do Politburo, afirma: *“If you went [to the West Bank and Gaza Strip] and asked about Hamas’ people, you would find that they are widely trusted because of the help they have given to the community. They are the people who built schools, the universities, the clinics.”*

O trabalho social desenvolvido pelo Hamas ajuda a compreender o seu sucesso político, nomeadamente nas eleições de 2006. A sua rede de infra-estruturas humanitárias permite *“[a] uma das populações do globo viver com um pouco mais de dignidade. Desta forma, o Hamas não é para esta população uma organização terrorista radical, mas antes o seu patrono.”* (Silva, 2010, p. 231) Em última análise, é o activismo social que confere legitimidade ao Hamas, independentemente do seu programa político ou da sua resistência à ocupação israelita.



#### 5.4. Rede de Financiamento do Hamas

O Movimento de Resistência Islâmica recorre a uma panóplia variada de fontes financeiras que lhe permitem gerir as actividades desenvolvidas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. O financiamento da organização, à semelhança do Hezbollah, provém de patrocínio estatal, de remessas de individuais, de *cover companies*, e de empreendimentos criminosos.

O Reino da Arábia Saudita constitui um dos maiores contribuintes para o orçamento do Hamas. De acordo com os serviços de informações israelitas, em 2002, entre 40% e 50% do capital da organização era proveniente do Golfo pérsico. Os analistas israelitas estimam que, na época, o apoio saudita garantia cerca de 12\$ milhões (anualmente) à organização. As fontes deste financiamento eram diversas: eram provenientes dos cofres do Estado, e contas privadas da família real e de indivíduos abastados e influentes da elite saudita (Levitt, 2006, p. 188).

Independentemente da origem, este patrocínio foi possível devido à tolerância do regime saudita, e neste âmbito, o Centro de Estudos Estratégicos Internacionais concluiu: *“The government turned a blind eye to the flow of funds to movements like Hamas that mixed charitable with terrorist activities in Israel.”* De facto, Riade encara Israel como um Estado colonizador que emprega constantemente força excessiva contra os guerrilheiros palestinianos, que lutam pela sua liberdade. Aliás, na Arábia Saudita não só não é um crime doar dinheiro ao Hamas, como o período da Peregrinação (*Hajj*) é dos mais lucrativos para a organização, devido às oferendas para auxiliar as famílias palestinianas. Também o próprio governo saudita esteve ligado a instituições cujos fundos revertiam directamente para o Movimento. Exemplo disso foi o Comité de Apoio à Intifada Al-Aqsa, dirigida pelo Ministro do Interior saudita, Príncipe Nayef Aziz, que angariou (em dois anos) cerca de 100 milhões de dólares, que foram, na sua maioria, entregues ao Hamas (Idem, p. 189).

Porém, em 2003 a postura saudita face ao terrorismo enrijeceu, o que prejudicou o financiamento do Movimento.<sup>34</sup> Não obstante, o financiamento saudita não cessou, embora seja feito a um ritmo mais lento (Idem, pp. 193-194).

---

<sup>34</sup> Em 2003, a al-Qaeda executou dois ataques terroristas contra a Arábia Saudita. Consequentemente, as autoridades sauditas iniciaram uma campanha contra os financiadores da al-Qaeda, que acabou por afectar o Hamas. Uma vez que ambas as organizações recorrem a algumas das mesmas instituições de caridade para angariar e transferir dinheiro, o encerramento das mesmas prejudicou o financiamento do Movimento (Levitt, 2006, pp. 193-194).

A República Islâmica do Irão é o patrocinador mais importante do Hamas, abastecendo a organização directa e explicitamente com dinheiro e apoio logístico. Embora seja difícil definir a quantidade específica, é evidente que o financiamento iraniano é indispensável ao funcionamento da organização. As autoridades israelitas defendem que, desde 2005, o Irão entrega cerca de 3\$ milhões anualmente ao Hamas. Já a *intelligence* canadiana aponta para a transferência entre 3 e 18 milhões de dólares por ano. As quantias variam conforme as circunstâncias: por exemplo, o período de 1995-96 caracterizou-se pelo pico do apoio económico – os valores poderão ter rondando os 20\$ e os 50\$ milhões – oferecido por Teerão, devido à quantidade de atentados suicidas orquestrados pelo Hamas. O objectivo era boicotar a paz de Oslo (Idem, p. 172).

Acredita-se que grande parte do dinheiro enviado por Teerão se destina às operações militares do Movimento. Segundo informações israelitas, em 2000, o Irão transferiu cerca de 400.000 dólares para as Brigadas al-Qassam, especificamente para apoiar a luta contra Israel, e fomentar o número de atentados terroristas. Além de apoio económico, o Irão fornece treino militar, bem como apoio material. O caso do *Karine-A* – um navio, com destino a Gaza, abastecido de armas iranianas foi interceptado por Israel, em 2002 – ilustra esta questão. O armamento a bordo do *Karine-A* era altamente sofisticado: desde rockets (de 107 mm e 122 mm), e lançadores capazes de atingir distâncias de 20 km, a lançadores de morteiros, a mísseis antitanques, até armas de pequeno porte, e munições. Relativamente ao treino militar, os recrutas do Movimento são enviados para os campos de treino, situados tanto no Irão, como no Líbano (Idem, pp. 174-177).

Ainda no Golfo Pérsico, outro Estado patrocinador do Movimento de Resistência Islâmica era o Iraque. Sob o regime de Saddam Hussein, a organização encontrou em Bagdade um aliado à causa palestina. Apesar do apoio monetário iraquiano não ser entregue directamente ao Movimento, este era seu beneficiário. O Iraque enviava dinheiro às famílias palestinas afectadas pelo conflito israelo-palestino, particularmente às famílias dos bombistas suicidas, que recebiam subsídios na ordem dos 25.000 dólares. Uma vez que o Hamas era a organização mais activa e mortífera entre as restantes, era também a maior usufruidora do patrocínio iraquiano (Idem, pp. 178-179).

A par do Irão, a Síria era dos patrocinadores mais relevantes do Hamas. O seu apoio económico, logístico, e material, teve um profundo impacto na capacidade operacional da organização. Em 1998, Damasco tornou-se a sede militar e política da organização, onde

eram planeadas todas as operações terroristas, e onde os seus líderes políticos se refugiavam (Gambill, 2002). A partir de então, o Movimento recebeu apoio monetário do governo sírio para a orquestração de atentados terroristas; apoio esse que foi reforçado com a ascensão de Bashar al-Assad ao poder. Sob a sua alçada foram inaugurados vários campos de treino, para onde os novos recrutas eram enviados. Nestes campos eram submetidos a lições sobre a preparação de explosivos, actividades de espionagem, rapto de reféns, e sobre operações suicidas (Levitt, 2006, pp. 181-183). Contudo, em 2012, os líderes do Hamas fixados na Síria abandonaram o país devido à guerra civil (The New York Times, 2012).

Por fim, o Hamas contava também com o apoio financeiro do Sudão. Em território sudanês, a organização possui campos dedicados ao treino militar, e à doutrinação islâmica. Serve de exemplo Hassan Salameh, um terrorista do Movimento responsável pela execução de uma série de atentados em Israel, em 1996, que frequentou um campo de treino sudanês, antes de ser enviado para o Irão para aprofundar os seus ensinamentos. A organização detinha, ainda, um gabinete de relações pública na capital, Cartum, responsável pela promoção da mensagem do Hamas, e pela sensibilização da população face ao conflito “sionista-palestiniano”. Acrescentam-se também as várias organizações de caridade (ligadas ao Hamas) com filiais no Sudão, cujos fundos eram traficados para os territórios palestinianos. A rede de financiamento do Hamas, presente no Sudão, operava com a conivência do governo, uma vez que o último considerava a luta pela libertação da Palestina legítima, e, portanto, a organização não estava envolvida em actividades terroristas (Levitt, 2006, pp. 184-186).

Para além do apoio estatal, as doações privadas constituem uma porção significativa no orçamento do Hamas, funcionando como um complemento às restantes fontes de financiamento. Estas remessas são provenientes do *zakat* oferecido por emigrantes palestinianos na Europa e nos EUA, e por muçulmanos abastados residentes no Médio Oriente (Winer & Roule, 2002, p. 90). Nos Estados ocidentais, muitos destes indivíduos detêm negócios próprios, através dos quais financiam o Movimento. O caso de Jamil Sarsour exemplifica esta questão. Em 2003, Sarsour, um merceeiro fixado em Milwaukee (Wisconsin), dono de várias propriedades, foi detido pelas autoridades norte-americanas por financiar o Hamas, com rendimentos provenientes dos seus empreendimentos (Levitt, 2006, p. 164).

Contrastando com as remessas originárias do Ocidente, no Médio Oriente e no Magrebe os clérigos e líderes islâmicos apelam publicamente que sejam feitas doações ao Hamas pelo seu trabalho relativo à libertação da Palestina. Estas solicitações foram particularmente notáveis no decorrer da Intifada Al-Aqsa, em que líderes religiosos de Estados como o Líbano, a Jordânia, o Sudão, e a Argélia, requisitavam apoio monetário à população para que os activistas do Movimento continuassem a perpetrar ataques suicidas contra Israel (Winer & Roule, 2002, p. 90). Por exemplo, em 2002, após o ataque à Universidade Hebraica de Jerusalém, a Frente de Acção Islâmica<sup>35</sup> jordana aplaudiu publicamente a acção do Hamas, e reiterou a necessidade de financiar a população palestina para que fossem organizadas mais operações do mesmo género (Levitt, 2006, p. 166).

O financiamento oriundo das doações feitas por indivíduos abastados tem-se vindo a alargar. Os serviços secretos canadianos emitiram, em 2003, um relatório que anunciava a presença de apoiantes do Hamas na América do Sul, nomeadamente na zona da Tripla Fronteira (Idem, p. 167).

Mas, o Movimento de Resistência Islâmica recorre, ainda, a organizações de fachada para angariar e transferir dinheiro. Dos diversos tipos de *cover companies* a que a organização recorre destacam-se as instituições solidárias. Este género de estruturas, além de conferir ao Movimento uma faceta humanitária, permite-lhe evitar escrutínio das autoridades internacionais (Idem, p. 143).

A maior parte destas organizações estão situadas fora dos territórios ocupados, podendo ser identificadas em Estados como a Jordânia, o Qatar, o Kuwait, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, Itália, França, e os EUA. Enquanto algumas destas instituições assumem publicamente que os seus fundos reverterão para o Hamas, outras apresentam-se como organizações legítimas cujo objectivo é colmatar as necessidades dos refugiados palestinianos. Independentemente da motivação, o Movimento capitaliza da obrigatoriedade do *zakat*<sup>36</sup> (2,5% do salário de cada muçulmano), tornando este dízimo solidário uma forma eficaz de angariar dinheiro. Neste sentido, os activistas do Hamas trabalham em conjunto com os comités de locais de *zakat* (Idem, pp. 143-144).

---

<sup>35</sup> A Frente de Acção Islâmica é um partido político jordano, fundado em 1992, descendente da célula da Irmandade Muçulmana fixada na Jordânia (Brown, 2006, p. 6).

<sup>36</sup> A Esmola Legal constitui o 3º pilar do Islão (Silva, 2010, p. 149).

Para exemplificar esta situação temos o caso da *Holy Land Foundation for Relief and Development* (HLFRD), localizada em solo norte-americano. A HLFRD operou nos EUA, desde 1989 até 2001, sob o disfarce de organização humanitária e de caridade. De acordo com o relatório, emitido pelo FBI, que provou a ligação da HLFRD ao Hamas, uma parte significativa dos fundos da fundação<sup>37</sup> eram remetidos para a Cisjordânia e para a Faixa de Gaza, com o propósito de financiar várias actividades do Movimento, incluindo acções terroristas. Como tal, em 2001 os bens da HLFRD foram congelados pelo Departamento do Tesouro norte-americano (Emerson, 2002). Até ao seu encerramento, a Holy Land Foundation era (desde 1994) a maior instituição islâmica de caridade, e a principal financiadora do Hamas nos EUA (Levitt, 2006, p. 147).

Este não foi, no entanto, um caso isolado. As autoridades norte-americanas identificaram no seu território várias organizações de cariz solidário cujos fundos revertiam para o Hamas: o Fundo Educativo Al-Aqsa; a Associação Islâmica para a Palestina; a KinderUSA; Fundação Americana Muçulmana; entre outras (Idem, pp. 147-152).

A rede de financiamento do Hamas também está activa na Europa, particularmente no que diz respeito às organizações humanitárias. Devido à distinção feita entre o braço militar e a facção político-social do Movimento, os governos europeus só classificam o primeiro de organização terrorista, excluindo a restante organização desta concepção.<sup>38</sup> Consequentemente, a rede de financiamento do Hamas, ligada à caridade, actua com maior facilidade, pois são proibidas apenas as instituições que suportem acções expressamente militares (Idem, p. 50).<sup>39</sup>

Para ilustrar esta situação, temos a Fundação Internacional Al-Aqsa, que constituía um dos meios de financiamento mais relevantes do Movimento. Com operações na Europa, na África do Sul, no Paquistão, e no Iémen, esta fundação angariou e transferiu milhares de dólares por ano para o Hamas. Através do seu gabinete na Alemanha, em meados de 2002, as autoridades germânicas concluíram que a fundação angariava e enviava dinheiro para financiar as actividades militares do Hamas. Neste âmbito, também as autoridades israelitas

---

<sup>37</sup> “According to its 2000 tax return, HLFRD’s total revenue exceeded \$13 million that year.” (Levitt, 2006, p. 146)

<sup>38</sup> Não obstante, o Hamas é designado organização terrorista pela União Europeia, bem como pelos EUA, pelo Canadá, pelo Japão, e por Israel (BBC, 2014).

<sup>39</sup> Sobre este assunto importa ressaltar que “na verdade, a UE era, até à data [do Hamas ser considerado uma organização terrorista], a principal financiadora das instituições e da causa palestiniana e nenhuma outra ajuda quer fosse síria, quer fosse iraniana, se lhe comparou em importância.” (Santos, 2008, p. 106)

apreenderam documentos, em escritórios de instituições solidárias do Hamas na Cisjordânia, que comprovavam a ligação entre o Movimento e a Fundação Al-Aqsa. Enquanto alguns destes documentos se referiam a doações inócuas como “pacotes alimentares”, outros mencionavam especificamente o seu destino – projectos de assistência às famílias dos mártires, dos feridos, e dos inválidos (Idem, p. 50).

Depois de ter sido banida da Alemanha, a Fundação Al-Aqsa mudou-se para a Holanda, onde angariou cerca de 1€ milhão entre 2001 e 2002. Para evitar o escrutínio das autoridades locais, em 2003, a fundação alterou o seu nome para ISRA, mas acabou por ser designada organização terrorista, e foi, por isso, proibida de transferir dinheiro para os territórios palestinianos (Idem, p. 156).

Destacam-se ainda outras instituições de caridade europeias com ligações ao Hamas, como é o caso da Interpal em Inglaterra, do Comité de Bienfaisance et de Secours aux Palestiniens em França, a Association de Secours Palestinien na Suíça, a Associação Palestiniana na Áustria, a Associazione Benefica di Solidarieta com il Palestinese em Itália, entre muitas outras (Idem, pp. 157-160).

No que se refere a *cover companies*, embora os organismos com fins humanitários e solidários sejam preponderantes no orçamento do Hamas, o último também recorre a instituições de outras áreas, designadamente em negócios de investimento. Exemplo disso é a Holding Beit al-Mal, uma empresa de investimento público, localizada na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, que é controlada pelo Movimento. Sobre esta *holding*, o governo norte-americano concluiu que muitos dos seus fundadores, *shareholders*, e funcionários são associados do Hamas. Como as principais linhas de actividade da Beit al-Mal se referem à concessão de empréstimos e ao investimento em projectos económicos e sociais, muito do seu investimento é empregue em projectos localizados nos territórios palestinianos controlados pelo Movimento (Idem, pp. 164-165).

Outro exemplo de uma organização de fachada, desta vez na área das telecomunicações, era a InfoCom, sediada em Dallas, Texas. Além de ter financiado e prestado serviços, a empresa foi ainda acusada de ter efectuado lavagens de dinheiro, de ter prestado de serviços a outras organizações terroristas, e de ter violado as regulações sobre as exportações dos EUA, ao ter exportado bens tecnológicos para a Líbia e para a Síria (considerados Estados patrocinadores de terrorismo por Washington) (Idem, p. 165).

O Hamas retira, ainda, fundos oriundos do envolvimento em empreendimentos ilícitos. De acordo com o FBI, *“the investigations have uncovered a myriad of criminal activities used to generate funds, a portion of which is then forwarded to NGOs associated with Hamas. Some examples include, but are not limited to, drug trafficking, credit card fraud, counterfeit products, fraudulent documents, cigarette tax fraud and stolen infant formula.”* (Idem, p. 70)

Não obstante, Flanigan (2012, p. 286) defende que as principais actividades criminosas do Movimento são referentes a lavagens de dinheiro e à contrafacção de produtos diversos. Relativamente aos crimes de “colarinho branco”, destaca-se o caso do Banco Islâmico Al-Aqsa. Fundado em 1997, pela organização, o Banco Al-Aqsa é detido pela Holding Beit al-Mal – mencionada anteriormente –, e partilha com a última os seus fundadores, os seus directores, e os seus fundos financeiros. Como tal, ambas as instituições lavam dinheiro para o Hamas (Emerson, 2002, p. 21).

Porém, para contornar as restrições das autoridades norte-americanas e israelitas, o Banco Al-Aqsa desenvolveu vários projectos em conjunto com o Citibank, mais concretamente com as suas filiais nos EUA e em Israel, de forma a tornar os seus fundos acessíveis ao Hamas. Ou seja, o Banco Al-Aqsa e o Citibank partilhavam a mesma base de dados, possibilitando transacções entre os EUA ou a Europa com o Médio Oriente, através do Citibank. Estima-se que esta parceria valeu cerca de 1 milhão de dólares ao Movimento. No entanto, em 2001, o esquema acabou por ser desmantelado pelas autoridades norte-americanas e israelitas (Idem, p. 21).

Este exemplo confirma os casos estudados no ponto anterior, em que o Hamas utiliza *cover companies* das mais diversas áreas de actividade para garantir a permutabilidade dos seus fundos. Através destas instituições, o Movimento consegue transferir dinheiro para o seu braço armado, além de que a lavagem de dinheiro proporciona maior liquidez financeira. Por este motivo, o Hamas tem maior flexibilidade orçamental, e não necessita de manter células locais ou departamentos próprios para controlarem a sua actividade financeira (Levitt, 2006, pp. 69-70).

Neste âmbito, o Movimento utiliza ainda correios humanos para transferir dinheiro do Ocidente para a Cisjordânia e para Gaza. Dos vários exemplos documentados, destaca-se o caso de Mohammad Salah, residente em Chicago, que foi preso em Israel por transportar dinheiro para o Hamas, em 1993 (Emerson, 2002, p. 22). No momento da sua captura Salah

tinha em sua posse 97.000\$ em dinheiro, e admitiu ter entregado, até então, aproximadamente 140 mil dólares às Brigadas al-Qassam (Levitt, 2006, p. 74).

De facto, a maior parte dos empreendimentos criminosos em que o Hamas está envolvido localizam-se nos EUA. Neste país, a organização dedica-se à pirataria de artigos de multimédia, por meio da cópia de propriedades intelectuais que gera milhares de dólares anualmente provenientes dos “royalties”. Além disto, o grupo está envolvido em esquemas de contrafacção de t-shirts e selos fiscais, bem como no roubo e revenda de papas infantis. Acrescenta-se ainda falsificação de documentos, e fraude com cartões de crédito, com subsídios estatais e com senhas de alimentação (Idem, p. 71).

Ainda em solo norte-americano, suspeita-se que membros do Hamas tenham estabelecido empresas legais para comercializar cigarros com a América Central e do Sul. Através deste negócio a organização consegue contrabandear cigarros, e até gasolina, no mercado negro, garantindo maiores lucros devido à evasão fiscal (Billingslea, 2004).

O Movimento tem também uma forte presença na América do Sul, em concreto na zona da Tripla Fronteira. Neste local, a organização desenvolve uma série de negócios ilícitos, que incluem tráfico de droga, falsificação de produtos, roubo de carga, e contrabando de armas. Para confirmar a presença do Hamas nesta região, serve de exemplo Ali Nizar Dahroug, que em conjunto com o seu tio, Mohammad Dahroug, financiavam o Hamas através da contrafacção de produtos variados. Quando as autoridades paraguaias prenderam Ali Nizar na Ciudad del Este, em 2002, encontraram vários produtos e embalagens falsificados, e comprovativos de transferências bancárias para o seu tio. Segundo as autoridades, Ali Nizar terá transferido entre cinco e dez milhões de dólares para contas internacionais, entre 2000 e 2001 (Levitt, 2006, p. 71).

Após a análise da rede financeira do Movimento de Resistência Islâmica, verificamos que a organização, com um orçamento anual na ordem dos 50\$ milhões, segundo fontes norte-americanas (de 2006) – este valor é contraposto pelos serviços de informações israelitas, cujos cálculos apontam para um orçamento a rondar os 70\$ e os 90\$ milhões –, prova ser um actor extremamente capaz, no contexto do conflito israelo-palestiniano (Idem, p. 237). Entre o financiamento obtido de patrocinadores estatais, de organizações não-governamentais islâmicas radicais, de donativos solidários, e de negócios ilícitos, o Hamas possui competências efectivas para diminuir a desvantagem palestina face ao seu opressor



sionista. (Idem, p. 246) No próximo capítulo procedermos, finalmente, ao estudo comparativo entre o Hezbollah e o Hamas.

## VI. Hezbollah e Hamas: Um Paralelismo

### 6.1. Motivações e Objectivos

Tal como estudamos anteriormente, o Hezbollah encontrou as suas raízes ideológicas na visão revolucionária e maniqueísta de Ruhollah Khomeini, que defendia que a sociedade iraniana se dividia essencialmente em duas classes antagónicas (*tabaqat*): os oprimidos (*mostazafin*) contra os opressores (*mostakberin*); os pobres (*foqara*) contra os ricos (*sarvatmandan*). Este conceito, sobre o conflito entre tiranizados e tiranos, enquadra-se no “Paradigma de Karbala”<sup>40</sup> que invoca ideais como o martírio ou a devoção a uma causa, e, por isso, foi adoptado pelo Partido de Deus (Husseini, 2010, p. 805).

No caso libanês, o paradigma de Karbala referia-se à resistência contra os invasores/ocupadores, ou seja, a Israel e aos seus aliados (EUA e França), que conduziram o Terceiro Mundo, e em especial o Líbano, à opressão e à subjugação. Como tal, o objectivo do Partido de Deus era libertar o seu país do colonialismo imposto pelo Ocidente, através da instauração de um regime islâmico (Norton, 2014, p. 38). “*Only an Islamic regime can stop any further tentative attempts of imperialistic infiltration into our country.*” (Council on Foreign Relations, 1988)

No entanto, em 1989, com a conclusão da guerra civil, os líderes do Hezbollah deliberaram a favor da transformação da milícia em partido político (Husseini, 2010, p. 807). Ao iniciar o processo de “libanização” do Partido, o objectivo da islamização do Líbano tornou-se secundário. Pois, embora a purificação do Estado e a eliminação do secularismo fossem necessárias de acordo com os *mullahs* (líderes religiosos) do Hezbollah, a realidade estrutural do Líbano apresentava obstáculos difíceis de ultrapassar: a grande comunidade de cristãos, e a antipatia entre shiitas e sunitas impediam o cumprimento deste objectivo (Harik, 2005, p. 19).

Portanto, os líderes do Hezbollah tornaram a *jihad* contra os “usurpadores das terras muçulmanas” – os israelitas – a sua missão sagrada. A partir de então, a luta contra Israel torna-se o vector central da política interna e externa do Partido de Deus (Idem, p. 19). De facto, apesar da retórica islâmica ter sido moderada, no Manifesto de 2009 a organização

---

<sup>40</sup> Este termo, cunhado pelo antropólogo Michael Fisher, refere-se [ao] “*use of the Karbala narrative for revolutionary purposes. The Karbala paradigm is based on a narrative of the Third Imam, Hussein bin Ali’s martyrdom at the hands of the Umayyad army at Karbala in 680 CE. The myth of Karbala is one of the founding myths of Shi’ism.*” (Husseini, 2010, p. 805)

reiterou a sua percepção e postura face a Israel e aos EUA. No primeiro capítulo do manifesto, “Domínio e Hegemonia”, a organização sublinha a ameaça da hegemonia norte-americana: *“The central goal of the American hegemony resides in dominating the nations politically, economically, culturally and through all aspects. To achieve this goal, Washington resorted to different general policies and work strategies including providing the Zionist entity with stability guarantees, and to create sedition and divisions in the region.”* (Husseini, 2010, p. 806)

Neste sentido, o Hezbollah, hoje, apresenta-se como uma organização anti-imperialista, que se compromete a combater a influência sionista e norte-americana no Médio Oriente. Verificamos que o conceito de resistência do Partido adquiriu um sentido amplo, referente a todo o Médio Oriente e não está restrito ao Líbano (Idem, p. 808).

No âmbito desta visão de resistência regional, o Partido dá particular ênfase à libertação de Jerusalém. Já na Carta Aberta esta causa era mencionada: *“Israel’s final departure from Lebanon is a prelude to its final obliteration from existence and the liberation of venerable Jerusalem from the talons of occupation.”* (Idem, p. 811) No Manifesto (2009) o apoio à autodeterminação palestina foi, mais uma vez, reforçado: *“We hereby assure our prop up to the Palestinians and the Palestinian Case, along with its historical, geographical and political stands, and we reassure our support to these people and the Palestinian Resistance, and their struggle against the ‘Israel’.”* (Lebanon Renaissance Foundation, 2009)

Contrariamente ao Hezbollah, o Movimento de Resistência Islâmica é sunita, e por isso não reconhece qualquer autoridade religiosa máxima. Pelo contrário, os clérigos do Movimento têm autoridade para debater e decidir se as acções do mesmo vão de encontro aos preceitos islâmicos (Frankel, 2012, p. 58). À semelhança do Partido de Deus, a identidade ideológica do Hamas gira em torno do Islão e da ocupação israelita, apresentando-se como uma alternativa ao secularismo nacionalista palestino (Ayoob, 2011, p. 117).

Neste sentido, o Movimento utiliza a religião islâmica como um instrumento ideológico ao afirmar que o território da Palestina é sagrado para os muçulmanos, e, por isso mesmo, a sua libertação é um dever islâmico. Deste modo, o Hamas compatibiliza o nacionalismo e a resistência palestina (face ao sionismo) com a edificação de um Estado islâmico. De facto, o Movimento acredita, tal como muitos árabes e muçulmanos, que Israel é parte de um plano do Ocidente, desenhado para manter o mundo árabe-islâmico submisso

à hegemonia ocidental. No entanto, o Hamas não considera os EUA um alvo (Idem, pp. 117-118).

Relativamente à resistência violenta contra a ocupação israelita, a sua Carta fundadora ostenta um discurso inflamado e radical, afirmando que a *jihad* será o único meio para eliminar Israel e, em seu lugar, fundar o Estado islâmico da Palestina (Mishal & Sela, 2000, p. 85). Por outro lado, a disposição ideológica do Hamas pauta-se pela paciência, herdada da Irmandade Muçulmana, e pela flexibilidade, deixada por Ahmad Yassin (Frankel, 2012, p. 58). A disponibilidade para a assinatura de uma *hudna* com Israel, e a aceitação da formação de um governo palestino em Gaza e na Cisjordânia, secundarizando a ambição de um Estado palestino “do mar Mediterrâneo ao rio Jordão”, atestam isso mesmo (Mishal & Sela, 2000, p. 85). Segundo o Sheik Mahmoud Musleh, co-fundador do Hamas na Cisjordânia: “*Using force is not an end, it is a means, and therefore Hamas looks at it in such a way.*” (Frankel, 2012, p. 58)

A candidatura às eleições legislativas de 2006 confirma, uma vez mais, a postura pragmática do Movimento. No seu programa eleitoral, apesar de serem revisitados os tradicionais preceitos ideológicos – ainda que subtilmente –, a organização enfatizou a sua aspiração por uma sociedade mais democrática e mais justa: “*a mudança e a reforma contribuirão para a construção da sociedade civil palestiniana baseada no pluralismo político e na rotatividade do poder.*” (Silva, 2010, p. 265)

Verificamos que, ainda que o Hezbollah e o Hamas tenham raízes ideológicas substancialmente diferentes, ambos são produto do conflito (regional) contra uma força estrangeira ocupadora – Israel. Devido a este facto, a sua identidade ideológica e as suas ambições gravitam em torno da resistência à ocupação israelita, utilizando o Islão como um instrumento mobilizador das respectivas sociedades contra o ocupador não-islâmico (Ayoob, 2011, p. 112).

A retórica do Partido de Deus e do Movimento de Resistência Islâmica remetem-nos para os movimentos anticoloniais muçulmanos do século XIX e XX, que procuravam derrubar os regimes imperiais (da época) que os dominavam. Inspiradas pelo tradicionalismo dos movimentos ancestrais, e perante o fracasso de outros grupos ou movimentos nacionalistas seculares, estas duas organizações combinaram o nacionalismo com a fé islâmica. Em última análise, a religião é um meio para atingir fins políticos: a

autodeterminação e independência da Palestina; e o fim do Estado Sionista como agente desestabilizador no Médio Oriente (Idem, p. 113).

## 6.2. Actividades e Tácticas

O Hezbollah e o Hamas desenvolvem actividades muito semelhantes, e embora operem em planos de acção diferentes, ambos procuram demarcar a sua posição nos cenários onde respectivamente se inserem. Como vimos, o Partido de Deus está envolvido em acções terroristas e militares, políticas, e sociais, enquanto o Movimento de Resistência Islâmica se envolve em actividades terroristas, políticas, e sociais.

No âmbito das actividades terroristas, o Hezbollah e o Hamas têm empregado o conceito de *jihad* para justificar a resistência violenta contra o domínio israelita, e, desse modo, têm popularizado a interpretação moderna do termo como guerra defensiva contra a ocupação estrangeira, cujo objectivo é expulsar a força ocupadora. Ambas as organizações defendem a obrigatoriedade da *jihad* para resistir à ocupação israelita, sendo por isso um dever individual para cada muçulmano sob ocupação. Além de ser usada como uma ferramenta de recrutamento de membros, esta interpretação é responsável por ataques terroristas contra civis (Idem, pp. 113-114).

Sobre tácticas terroristas, as operações suicidas são indissociáveis das acções perpetradas por ambas organizações. Este tipo de operação personifica o *qital* (binómio matar-morrer), cujo objectivo é matar o maior número possível de pessoas ao morrer. Seguindo esta lógica, as duas organizações servem-se deste modelo de ataque para fazer face à superioridade bélica de Israel, e causar um sofrimento à sua sociedade. Aprimoradas pelo Hezbollah durante a década de 1980, o terrorismo suicida é especialmente útil ao Hamas, devido à sua óbvia inferioridade operacional (Silva, 2010, pp. 217-219). O falecido líder do Movimento, Abdel al-Rantisi, afirmou: “*Os palestinianos usam bombas porque não têm aviões, helicópteros ou tanques como Israel*”. E referente ao clássico prémio dos mártires muçulmanos (na vida após a morte), referiu: “*Não é só por causa das virgens. É porque estamos sobre ocupação e somos fracos*” (Costa, 2003, p. 144).

Todavia, enquanto a espiral de violência entre o Hamas e Israel parece não ter fim, o Hezbollah adoptou uma posição mais regrada face ao contendor judeu, particularmente após a retirada do último do Sul do Líbano, em 2000. Esta fase foi desafiante para o Partido, pois

a desocupação colocava em causa a justificação da existência do seu braço armado, legitimado pela ocupação judaica. Porém, o Hezbollah encontrou um inteligente pretexto para justificar a manutenção das suas actividades militares contra Israel, devido à permanência do último nas Sheeba Farms. Esta região, disputada pelo Líbano, pela Síria, e por Israel, situada nos Montes Golan, manteve aceso – ainda que num tom moderado comparativamente aos dois decénios anteriores – o conflito entre a organização e o Estado judeu (Norton, 2014, pp. 90-91).

Este período ficou marcado pela transformação ideológica do Partido, referente ao alargamento das suas actividades de resistência para uma esfera regional, conforme mencionamos anteriormente. O contexto regional demonstrou-se apropriado para consagrar a referida mudança com o desencadear da 2ª Intifada, alguns meses depois da desocupação israelita do Líbano. O Partido não só inspirou, com o seu sucesso, o levantamento popular palestino – em 2000 e 2001 eram visíveis várias bandeiras do Hezbollah, em campos palestinos, em Gaza e na Cisjordânia –, como forneceu apoio material ao mesmo (Idem, pp. 92-93). Actualmente, o Partido de Deus é um actor de peso no Médio Oriente, e como exemplo da influência da sua actuação na estabilidade da região temos a sua participação no conflito sírio, como iremos explorar mais adiante.

Quanto ao Hamas, a organização tem vivido períodos de coexistência com Israel. Ainda que temporários, ocorreram vários armistícios, normalmente apelidadas de *tahdi'ah* (acalmar do conflito), declarados unilateralmente pelo Movimento (Tamimi, 2011, p. 166). O mais recente foi declarado em Agosto de 2014, depois do conflito de 50 dias entre a organização e Israel, sem data de expiração (CNN, 2014). Apesar do reconhecimento do Estado Sionista constituir uma *hardline* para o Hamas, este e, especialmente, a população palestina beneficiariam de uma *hudna* de longo prazo com Telavive. “*The advantage of the hudna is that brings to an end the bloodshed and the suffering because of the commitment to maintain it for the specific time.*” (Tamimi, 2011, p. 169)

De facto, este ciclo vicioso na violência entre o Movimento e Israel tem dificultado a posição política do primeiro. O conflito contínuo entre o Hamas e o Estado judeu prejudica a acção da organização, tanto do ponto de vista externo, como interno. A nível internacional, a manutenção das Brigadas al-Qassam impedem o reconhecimento do Movimento como representante legítimo de, pelo menos, parte dos palestinos, pela comunidade internacional, nomeadamente dos EUA e da UE. O reconhecimento significaria a suspensão

das sanções aplicadas ao Movimento, que lesam a economia de Gaza (Idem, p. 215). Consequentemente, o plano interno é afectado pelas sanções internacionais, e pelo bloqueio (ou cerco) imposto por Israel em torno da Faixa de Gaza. O que impede o naufrágio de economia de Gaza são os túneis entre o Egipto e o território palestino<sup>41</sup>, pelos quais são importados bens civis, além de armamento militar (Shamir & Hecht, 2014, p. 82).

Esta situação contribui para o desgaste da legitimidade do Hamas aos olhos dos palestinianos. Sendo certo que, por um lado, o Movimento obteve um grande sucesso eleitoral, em 2006, devido à sua recusa em reconhecer a existência de Israel, por outro lado, as actividades sociais da organização também contribuíram para os resultados positivos. Contudo, o boicote internacional e o cerco israelita agravam a situação da população. Por isso mesmo, o Hamas não tem conseguido assinalar a sua posição política, vivendo constantemente entre conflitos.

O mesmo não ocorre com o Partido de Deus, que, por sua vez, provou a sua posição quer política, quer militar no Líbano. Quando no Verão de 2006 rebentou a Segunda Guerra do Líbano, entre o Hezbollah e Israel, devido ao rapto (por parte do Partido) de dois soldados israelitas.<sup>42</sup> Embora a organização tenha subestimado a resposta israelita, que retaliou em grande força contra o Líbano, causando a destruição de grande parte do país, o Partido acabou por sair vitorioso. Durante a contenda, os libaneses apoiaram a organização, cessando os pedidos de desarmamento que se acumulavam desde 2000. Apesar da destruição – avaliada em 12\$ biliões –, cerca de 87% dos libaneses – 89% dos sunitas e 80% dos cristãos – apoiaram a acção militar do Hezbollah contra Israel. Transpondo, uma vez mais, o Estado libanês, a vitória militar do Partido cimentou a sua posição política (Husseini, 2010, pp. 808-809).

Finalmente, ambas as organizações desenvolvem e exploram até ao limite das suas capacidades actividades sociais. A providência de bem-estar público permite: em primeiro lugar, a criação de uma infra-estrutura social realça a incapacidade estatal de cumprir a sua parte do contracto social e, por isso, desafia a legitimidade do mesmo; em segundo lugar, uma organização não-estatal que providencia serviços sociais apresenta-se como uma entidade alternativa onde a lealdade popular poderá ser depositada; por fim, um grupo que conquista a lealdade popular tem à sua disposição meios para desencadear um conflito contra

---

<sup>41</sup> Oficialmente, a fronteira entre Gaza e o Egipto está encerrada (Shamir & Hecht, 2014, p. 82).

<sup>42</sup> Ver Anexo 4.

o regime (Grynkewich, 2008, p. 353). Nesta senda, tanto o Hezbollah como o Hamas minam, através dos seus serviços sociais e humanitários, o papel das autoridades governativas dos respectivos territórios de actuação: Estado libanês e Autoridade Palestiniana. A incapacidade das referidas entidades estatais, aliada à pobreza da sociedade libanesa e da sociedade palestina, torna o Hezbollah e o Hamas organizações indispensáveis ao bem-estar destas populações. Através do fornecimento segurança, justiça e bem-estar – os fins basilares do Estado –, ambas garantem a sua legitimidade enquanto actores subversivos (Idem, pp. 360-363).

Verificamos que o bem-estar social é uma arma tão útil e subversiva como a resistência violenta. O Hezbollah e o Hamas são exemplo de como a junção destas duas esferas de actuação é extremamente proveitosa. Ambas (ainda que de forma diferente) contribuem para a legitimidade da sua actuação, particularmente na promoção do seu papel político. Não obstante, o Movimento de Resistência Islâmica, bem como o Partido de Deus são exemplo de movimentos islâmicos que encurtam o processo de islamização do seu Estado a favor da adopção de uma estratégia política, de forma a obter acesso ao poder. A sua disponibilidade para participar num ambiente controlado e limitado pelo sistema democrático, demonstra a sua vontade de promover os seus objectivos dentro *status-quo* (Mishal & Sela, 2000, p. 118).

### **6.3. Aliados e Inimigos**

#### **6.3.1. Aliados e Inimigos do Hezbollah**

A República Islâmica do Irão é, sem dúvida, o mais íntimo aliado do Partido de Deus. O regime iraniano, produto da crise do secularismo no Médio Oriente, dos anos 1970, e do consequente revivalismo islâmico, inspirou os fundamentos ideológicos do Hezbollah. A organização acolhe a versão fundamentalista islâmica iraniana, com especial ênfase na rejeição do secularismo, da injustiça, e, sobretudo, da opressão muçulmana pelo imperialismo estrangeiro, encabeçada pelos EUA e pelo seu representante regional israelita (Harik, 2005, pp. 15-16).

Ao partilharem a mesma causa, o Partido revelou-se particularmente útil ao governo de Teerão. O Hezbollah não só contribuiu para o triunfo da Revolução Islâmica, e para a sua posterior estabilização, como também se tornou o mandatário regional do Irão. Isto é, a



organização serviu, aquando da sua fundação no Líbano, as duas principais aspirações externas iranianas: em primeiro lugar, conferiu ao Irão a capacidade de confrontar Israel através de um procurador – o Partido de Deus –, influenciando, desta forma, a equação de guerra e paz do Médio Oriente; e em segundo lugar, o Hezbollah tornou-se no representante iraniano para a expansão shiita no Líbano, e subsequente exportação da revolução islâmica (Idem, p. 40).

Por servir os interesses iranianos, o Partido beneficia de apoio, quer monetário, quer material da República Islâmica. Porém, tal como vimos anteriormente, este patrocínio coloca em causa a independência e autonomia da organização face a Teerão. Esta questão põe-se, especialmente, pelo facto do Partido subscrever a autoridade do *velayat-e-faqih*, e por no seu Conselho Consultivo estarem presentes dois representantes iranianos. Embora o grau de influência do Irão sobre o Hezbollah não seja consensual, parece-nos óbvio que a organização tem uma agenda própria. Ainda que numa primeira fase, durante a sua consolidação como principal movimento de resistência contra a ocupação israelita, o Partido não fosse mais que um instrumento iraniano, pelo menos, desde o decénio de 1990 que a organização define e gere as suas estratégias conforme os objectivos dentro de contexto libanês. Não obstante, o Hezbollah consulta, quando necessário, o Líder Espiritual iraniano, tal como dita a sua Carta constitucional (Cohler, 2011).

Durante a Segunda Guerra Libanesa (2006), despoletada pelo rapto de dois soldados israelitas, o Hezbollah foi questionado se tal acto teria sido executado sob ordens iranianas. A acusação foi categoricamente rejeitada por Hassan Nasrallah, que “*declarou que nem o Irão, nem a Síria, e nem o próprio governo libanês, foram avisados ou consultados sobre o rapto dos soldados judeus.*” (Pinto & Ferreira da Silva, 2006) “*In that statement, surprising for its candor, Nasrallah tacitly admitted the dilemma in which Hezbollah finds itself: with the Party’s political ascendancy, the one-time Islamist guerilla fighters are now responsible for the welfare of the Lebanese people to a degree which they never were before.*” (Frankel, 2012, p. 56) É precisamente pelo compromisso social que o Partido carrega para com a sociedade libanesa, que confirmamos que o processo de tomada de decisão ocorre autonomamente das deliberações provenientes do Irão (Salamey & Othman, 2011, p. 209).

Neste âmbito, e dado o presente sectarismo, proveniente do emergente conflito shiita-sunita, que instabiliza o Médio Oriente, o governo de Teerão tem procurado explorar a oportunidade para projectar o seu poder na região. Como tal, através do Hezbollah, o Irão

tem trabalhado no sentido de garantir a sobrevivência do governo de Bashar al-Assad na Síria, e consequentemente a sobrevivência do Eixo de Resistência (*Jabhat al-Muqawama*)<sup>43</sup>. Ainda através da organização libanesa, Teerão procura assegurar a continuidade do executivo de Bagdade, dominado pela facção shiita, face à guerra civil sectária que o país enfrenta (Spyer, 2015). Esta é uma aliança que se baseia na íntima ligação ideológica e operacional, e serve, por isso, os interesses mútuos de ambas as partes.

O segundo maior aliado estatal do Hezbollah é, incontestavelmente, a Síria. A relação entre a comunidade shiita libanesa e Damasco data aos primórdios do decénio de 70 do século passado, quando o Imam Musa al-Sadr<sup>44</sup> reconheceu os Alauitas como um subgrupo do Shiismo, desta forma, conferindo legitimidade ao regime do presidente sírio, Hafez al-Assad. Ao longo dos anos 1980, a relação com os shiitas aprofundou-se com o apoio fornecido pela Síria a Teerão durante a guerra entre o Iraque e o Irão. Desde então, Teerão e Damasco mantêm uma relação sólida, e em conjunto com o Hezbollah formam o Eixo de Resistência. A nível religioso, os santuários sírios tornaram-se importantes locais de culto para a peregrinação shiita, o que contribui para a cimentação da aliança entre a Síria, o Irão e o Hezbollah, quer a nível simbólico, quer a nível económico (Husseini, 2010, p. 810).

De facto, a Síria, similarmente ao Irão, nutre hostilidade perante o Ocidente e perante Israel. Quanto ao primeiro, o seu ressentimento advém do pós-I Guerra Mundial, em que a Grã-Bretanha e França, com o aval da Liga das Nações, desmantelaram o território sírio que acabou por dar origem ao Líbano, à Jordânia, à Palestina, e, eventualmente, a Israel. A Síria despreza também os EUA pelo seu apoio inequívoco e constante ao Estado judeu. Relativamente ao último, sendo certo que a sua própria existência fosse razão para despertar a hostilidade síria, este sentimento acentuou-se com a Guerra dos Seis Dias, quando Damasco perdeu, mais uma vez, território para Israel. A anexação dos Montes Golan constituía, pelo menos até à guerra civil de 2011, um dos principais vectores da política externa síria (Harik, 2005, pp. 29-30).

---

<sup>43</sup> O termo “Eixo de Resistência” designa a aliança entre o Irão, a Síria, o Hezbollah e o Hamas. Não sendo uma parceria formal militar, deverá ser entendida como uma aliança política baseada em inimigos comuns. “These include a fundamental opposition to Israel, a rejection of Western (mainly U.S.) policies in the Middle East, and antagonism toward pro-Western Arab status quo powers, foremost Mubarak’s Egypt and the kingdoms of Saudi Arabia and Jordan.” (Mohns & Bank, 2012, p. 26)

<sup>44</sup> Al-Sadr foi o líder religioso da comunidade shiita no Líbano, até ao seu desaparecimento, em 1978, na Líbia (Harik, 2005, p. 22).

Sendo a recuperação dos Montes Golan uma questão de orgulho nacional, e tendo noção da inferioridade das forças convencionais sírias perante o exército israelita, torna-se óbvia a aliança entre o regime de Hafez al-Assad e o Partido de Deus. O Hezbollah preenchia, na época, dois requisitos para realizar as ambições do governo sírio: por um lado, a organização era uma força que mantinha acesa a fricção nos Montes Golan e, por isso, não deixava cair em esquecimento a sua anexação; por outro lado, o Partido era uma importante ajuda tanto em termos logísticos, como em termos estratégicos na região (Idem, p. 31).

Ainda como forma de garantir a concretização da sua política externa, a Síria procurou inserir-se na dinâmica interna da guerra (e pós-guerra) civil libanesa, algo que se revelou essencial na ascensão do Hezbollah no país. Em 1987, Damasco obteve uma grande conquista diplomática e táctica, quando o então primeiro-ministro libanês, Selim al-Hoss, requisitou a presença de tropas sírias em Beirute para manterem o controlo da situação com as milícias. Como tal, dois anos mais tarde, quando o Documento da Reconciliação Nacional (Acordo de Taif) foi assinado, este reconheceu autoridade à Síria para apoiar Beirute a recuperar a jurisdição sobre todo o território libanês. Devido à sua presença física no país, e dado o seu peso na esfera política libanesa, o governo de Assad impeliu a assinatura de um acordo entre o governo e o Hezbollah, mediado por Damasco, para que o Partido fosse reconhecido como uma força legítima de resistência. Tal como vimos, a vontade síria foi cumprida e o Hezbollah é, desde então, mandatário na *jihad* contra Israel (Idem, pp. 44-47).

Através do acordo mediado entre o Partido e o Estado libanês, a Síria procurou garantir o apoio e junção do Líbano à demanda síria e iraniana em combater hegemonia de Israel, no Médio Oriente. Não obstante, durante a estadia síria no Líbano, ocasionalmente surgiam incidentes entre os guerrilheiros do Partido e as tropas sírias. Apesar de a organização servir os interesses de Damasco, e dever, em grande parte, a este o seu estatuto híbrido de milícia de resistência e partido político, “*the tension at times between Hezbollah and Syria (...) illustrated the fact that the (...) relationship was obviously a marriage of convenience and only later became a closer one.*” (Idem, p. 40)

De facto, a relação entre estes dois actores melhorou com a ascensão de Bashar al-Assad à presidência síria. Como já referimos, desde então a Síria tem um papel fundamental em termos operacionais e estratégicos para o Hezbollah. Neste sentido, no rescaldo da Primavera Árabe, quando a guerra civil síria foi despoletada, torna-se natural o envolvimento do Partido de Deus (Norton, 2014, p. 193). Procurando evitar a queda do regime de Assad,

a campanha da organização na Síria iniciou-se ainda em 2011, cujo objectivo era dar, sobretudo, apoio consultivo e logístico (Levitt, 2013a, p. 370). Contudo, de acordo com o *think tank* norte-americano sobre defesa, Understanding War: *“the role of Hezbollah in Syria shifted dramatically in early 2013 from what was primarily an advisory mission to one in which Hezbollah forces assumed a direct combat role, operating in larger numbers alongside Syrian military and paramilitary forces. They also expanded their efforts to train a reorganised pro-Assad paramilitary force.”* (Al-Jazeera, 2015a)<sup>45</sup>

Embora a acção do Partido seja criticada internacionalmente pela Europa, pelos EUA e por grande parte do Médio Oriente<sup>46</sup>, e a nível doméstico, em especial pela comunidade sunita<sup>47</sup>, o secretário-geral da organização defende a necessidade e a importância da campanha militar na Síria, uma vez que a eventual tomada de poder pelos *takfiri*<sup>48</sup> (extremistas) apresenta uma séria ameaça à estabilidade e segurança do Líbano, e, claro, do Hezbollah (Norton, 2014, pp. 194-195). Sobre este assunto, Mohammed Afif, relações públicas do Partido, afirmou: *“In Syria (...) we are defending the resistance, our country Lebanon and all the people of the region, we are defending the Christians, the Druze, the Sunnis and the Shiites. There’s an existential threat not only on us, but on the whole region. It’s our war on terror, a genuine war on terror.”* (Al-Monitor, 2015b)

A guerra civil síria tem servido de plataforma para uma nova narrativa por parte do Hezbollah, que incontornavelmente se tem afirmado como um poder regional (Idem). Comprometido a impedir a disrupção da região, e em particular da Síria, o Partido tem sido fundamental a Damasco na recuperação de domínio territorial. Todavia, apesar dos esforços da organização para impedir que os confrontos se estendam ao Líbano, ao longo dos últimos anos têm ocorrido vários ataques contra o Partido, que acabam por atingir os cidadãos libaneses. Estes ataques põem em causa a popularidade da organização entre a sociedade libanesa, e consequentemente, a sua legitimidade (Norton, 2014, pp. 194-198). Por outro lado, a nível estratégico, a organização está neste momento mais vulnerável a hipotéticos

---

<sup>45</sup> Ver Anexo 5.

<sup>46</sup> A opção do Partido de Deus em apoiar activamente o governo de Bashar al-Assad ostracizou-o do mundo árabe-sunita, que outrora o aplaudiu pelos seus sucessos militares face a Israel (Norton, 2014, p. 184).

<sup>47</sup> Vozes críticas emergem da comunidade sunita libanesa, que acusam o Hezbollah de se ter esquecido do seu verdadeiro propósito – lutar contra Israel –, preferindo dedicar-se a matar muçulmanos correligionários (Al-Jazeera, 2015a).

<sup>48</sup> O termo “*takfiri*” é, normalmente, empregado em referência a sunitas salafistas, que defendem que os shiitas são apóstatas e, por esse motivo, merecem ser dizimados (Norton, 2014, p. 195).

ataques israelitas, uma vez que grande parte do seu corpo militar está destacado na Síria (Al-Jazeera, 2015a).

O terceiro maior aliado do Partido de Deus, desta vez não-estatal, é a organização shiita Amal, sua contrerrânea. Em 1974, devido à desordem política e social da comunidade shiita libanesa, o Imam Musa al-Sadr criou o Movimento dos Despojados como plataforma e veículo para mobilizar os shiitas e pressionar o governo do Líbano a realizar reformas socioeconómicas a favor desta comunidade. Em 1975, enquanto o país resvalava para uma guerra civil, al-Sadr fundou, como braço armado do Movimento, a milícia AMAL – que além de significar “esperança”, é um acrónimo para Batalhões de Resistência Libanesa (*Afwaj al-Muqawimah al-Lubnaniyah*) – para proteger os interesses e os direitos dos shiitas. A milícia acabou por absorver a estrutura organizacional do Movimento dos Despojados, tornando-se a maior força política e armada da comunidade shiita, no virar da década (Esposito, 1999, pp. 150-153).

Nabih Berri é, desde 1982, o líder da organização, conferindo-lhe um carácter predominantemente secular e nacionalista. Apesar das suas origens islâmicas, o Amal procura igualdade económica e política para a comunidade shiita dentro do sistema político confessional, ou seja, defende uma reforma e não uma revolta. Ao contrário do Hezbollah, o Amal não ambiciona a instauração de um Estado islâmico (Idem, p. 153). Como tal, a natureza moderada do Amal contrastava com o radicalismo do Partido de Deus, com o qual competia pelo apoio e lealdade da comunidade shiita. Ainda que criticasse a política-externa norte-americana, e a invasão israelita do Líbano, o Amal repudiava os atentados suicidas orquestrados pelo Partido – porém, não era adverso ao conflito armado –. Estas fricções culminaram num conflito armado entre as duas organizações, pelo controlo de Beirute Ocidental e pelo Sul do Líbano (Idem, pp. 158-159).

Com o término da guerra civil, também os confrontos entre as duas organizações cessaram. No pós-guerra, a sua disputa foi transferida para a esfera política, na qual o Hezbollah continuou a demonstrar a sua superioridade. No entanto, devido às particularidades do sistema político do Líbano, a nível parlamentar a distribuição de lugares entre as duas organizações era tendencialmente equitativa (Ayoob, 2011, p. 121).<sup>49</sup> Também

---

<sup>49</sup> Sobre as conquistas políticas do Amal, vale a pena referir que o seu líder, Nabih Berri, é, desde 1992, Presidente do Parlamento do Líbano (Parlamento Libanês, 2013).

nas eleições municipais, o Partido provou ser uma forte ameaça ao domínio do Amal no Sul do país (Harik, 2005, p. 107).

Por volta de 2005, aquando de novas eleições parlamentares, as duas forças shiitas optaram por se aliar, com o objectivo de maximizar a sua influência política. Juntamente com outras facções políticas, o Amal e o Hezbollah formaram a aliança “8 de Março”<sup>50</sup>, que conquistou (em 2005) 35 assentos parlamentares (Norton, 2014, p. 130). Tal como referido anteriormente, em 2009 obtiveram 57 lugares, apesar de terem recebido a maioria dos votos (54,7%), uma vez que a distribuição de deputados é feita proporcionalmente entre facções religiosas tal como dita o sistema confessional (CIA Factbook, 2014).

Independentemente das suas diferenças, o Hezbollah e o Amal conseguiram transitar de uma coexistência conflituosa para uma parceria de interesse mútuo. O processo de moderação pelo qual o Partido passou, em muito, contribuiu para a formação desta aliança, cuja principal finalidade é a melhoria das condições sociais, económicas, e política da comunidade shiita.

Concluímos, portanto, que os aliados do Partido de Deus são escolhidos tendo em conta os seus interesses e objectivos. A parceria com o Irão e com a Síria satisfazem os propósitos geopolíticos da organização, uma vez que, em conjunto com estes dois Estados, o Partido criou um eixo de resistência para contrariar a influência israelita e norte-americana na região. Já o Amal é um aliado que corresponde às pretensões nacionais do Partido, pois ambos procuram reformar o Estado libanês, tornando-o mais favorável à comunidade shiita. Em todo o caso, o Irão é incontornavelmente o maior parceiro do Hezbollah, não só pela sua afinidade ideológica, mas também pelo seu apoio financeiro, que é crucial para o funcionamento da organização.

No que diz respeito aos inimigos do Hezbollah, Israel é, indubitavelmente, o seu maior inimigo. A hostilidade por este Estado, percepcionado como sionista, é o alicerce da ideologia e da acção da organização. Como tal, a organização posicionou-se, desde logo, na vanguarda da resistência contra o poderio israelita. De facto, a sua Carta fundadora assume uma postura muito inflamada perante Israel, afirmando que qualquer tipo de negociação com o mesmo se traduz numa forma de validar a ocupação da Palestina. “*We condemn strongly*

---

<sup>50</sup> O nome da coligação remete para o dia 8 de Março de 2005, data em que o Hezbollah organizou uma manifestação, em Beirute, para exprimir agradecimento à Síria pelo seu papel no Líbano ao longo da guerra civil. Todos os membros desta coligação são, obviamente, pró-sírios (Norton, 2014, p. 128).

*all the plans for mediation between us and Israel and we consider the mediators a hostile party because their mediation will only serve to acknowledge the legitimacy of the Zionist occupation of Palestine.*” Neste sentido, a organização mantém o seu objectivo destruir de Israel, e por conseguinte libertar a Palestina (Norton, 2014, pp. 38-39).

Ainda que o Hezbollah se tenha vindo a moderar nos seus discursos, adoptando um tom mais contido, a abordagem a Israel pauta-se sempre pelo ódio e pelo apelo à militância. O Estado sionista continua a ser central à narrativa do Partido, devido à necessidade de justificar a manutenção do seu braço armado, tal como já foi repetido várias vezes. Cumprindo as suas palavras, a organização já confrontou por diversas ocasiões Israel: ao longo da Primeira Guerra Libanesa, durante a ocupação israelita do sul do Líbano, e, mais recentemente, em 2006, na Segunda Guerra Libanesa.

Embora o Partido reclame para si a vitória das referidas contendidas, desde de Agosto de 2006 até Janeiro de 2015, a organização não atacou militarmente Israel.<sup>51</sup> Esta postura deveu-se, por um lado, à já referida destruição causada no Líbano pelo conflito de 2006, que o Hezbollah tem evitado repetir (Frankel, 2012, p. 56). Por outro lado, dada a envolvimento da organização na guerra síria, a sua atitude perante Israel tem sido defensiva. Segundo Tannous Mouawad, um general-brigadeiro libanês reformado, o Partido terá capacidade para repelir um ataque israelita no Líbano, desde que este seja curto e de pequena escala; se o ataque for longo e de grande escala, a organização necessitará de apoio iraniano e sírio (Al-Jazeera, 2015a).

No entanto, em Janeiro de 2015, em retaliação a um ataque israelita contra altos-membros do Hezbollah, nos Montes Golan, a organização disparou um míssil contra um comboio militar israelita, localizado nas Sheeba Farms. Já em Dezembro de 2015, Israel assassinou Samir Kuntar, um líder do Hezbollah residente na Síria. No discurso fúnebre, Hassan Nasrallah declarou: *“There’s no doubt that Israel carried out the assassination. It was a roaring military operation. (...) I’ll repeat what I said in January 2015: Whenever any cadre from the Islamic resistance is killed, we will hold Israel responsible and we will*

---

<sup>51</sup> Em 2012, na Bulgária, um bombista-suicida atacou um autocarro que transportava turistas israelitas, que resultou na morte de cinco passageiros judeus. Embora o Hezbollah negue a autoria do ataque, o governo búlgaro reuniu provas que envolvem a organização no mesmo. O Partido também foi implicado noutros ataques na Índia, na Tailândia, no Azerbaijão, e em África, que se presumem como retaliações pelo assassinato de Imad Mugniyeh (chefe de segurança externa do Partido), em 2008, pelas autoridades israelitas (Norton, 2014, p. 202).

*respond.*” Estes ataques marcaram o reavivamento das tensões entre os dois actores (Al-Monitor, 2015j).

A sua postura não-ofensiva face ao Estado sionista não significa a secundarização do seu objectivo relativo à aniquilação do último. Muito pelo contrário, a aversão israelita enquadra-se na narrativa de resistência regional que o Hezbollah tem vindo a propagar. Provando a sua dimensão transnacional, actualmente assume-se como um líder regional na protecção dos povos de todos os credos (no Médio Oriente), perante a ameaça do terrorismo – e para o Hezbollah, Israel não é mais do que uma entidade terrorista (Samaha, 2015).

De facto, a ilegitimidade da existência do Estado de Israel é indissociável da ideologia e do discurso da organização libanesa. *“Paradoxically, there may have been no Hizbullah today had Israel not invaded Lebanon in 1982 and not occupied the predominantly Shia south for eighteen years: ‘Without the raison d’etre of opposing the occupation, Hizballah would not have been able to build a broad Shi’i constituency’.*” (Brumberg, 2001, citado em Ayoob, 2011, p. 119)

Além de lhe conferir razão de ser, o Hezbollah criou um simbolismo hostil em torno de Israel, apelidando-o de “Pequeno Satanás”, e explora a sua demonização como factor de mobilização social. Seja para recrutar novos membros, ou seja para apelar à simpatia da sociedade libanesa, a organização, ao criar a ideia de um “inimigo comum”, tornou o Estado sionista um agente de coesão e união nacional (Armstrong & Matusitz, 2013, p. 481).

Por fim, os EUA são considerados o segundo maior inimigo da organização. Inicialmente, o Partido considerava o Ocidente, encabeçado por Washington, como seu adversário. *“It is time to realize that all Western ideas concerning man’s origin and nature cannot respond to man’s aspirations or recue him from the darkness of misguidedness and ignorance”* (Norton, 2014, p. 36). Esta posição era fruto dos ensinamentos de Ruhollah Khomeini sobre o regresso aos fundamentos islâmicos como forma de purificar a sociedade corrompida pelos valores seculares ocidentais, nomeadamente os norte-americanos (Harik, 2005, p. 15).

Mais concretamente, durante a guerra civil libanesa, o Hezbollah considerava que o Ocidente era personificado pelos seus dois invasores – França e EUA, sendo o último o mais perigoso dos dois. Não só por ser uma força ocupadora do Líbano, Paris era, ainda, criticada pelo seu apoio de longa-data à comunidade Maronita libanesa, porém, a agressividade



perante a potência francesa acabou por dissipar com a retirada das forças francesas do Líbano, em 1983. Já com os EUA, a hostilidade permaneceu. Ao seguir a mesma linha ideológica do seu Líder Supremo, o Hezbollah atribuiu ao imperialismo de Washington a culpa por todos os infortúnios do mundo islâmico, e afirmou, na Carta Aberta, que através de Israel, a sua “ponta da lança”, os EUA exacerbaram sofrimento aos muçulmanos libaneses (Norton, 2014, p. 37).

Similarmente à sua atitude face a Telavive, a moderação do Partido surtiu pouco efeito na sua posição perante os EUA. A luta contra a influência do “Grande Satanás” continua a ser um importante vector no discurso e na actuação do Hezbollah, enquanto parte do Eixo de Resistência. A organização continua a afirmar-se uma força de resistência contra a hegemonia norte-americana. Ainda hoje, o Partido considera a política externa de Washington, no Médio Oriente, uma estratégia de expansão perigosa, que se agravou no pós-11 de Setembro: *“Terrorism has turned to be an American pretext for hegemony through many tools such as pursuit, arbitrary detention, unjust trials (...) as well as through direct meddling in the sovereignty of other countries and states”* (Husseini, 2010, p. 806).

Contudo, Ayoob (2011, p. 116) argumenta que, apesar do Hezbollah criticar duramente as posições norte-americanas, a organização tem demonstrando ao longo das últimas duas décadas que não deseja entrar em conflito directo com o seu “inimigo longínquo”. Realmente, quer durante a ocupação israelita do Sul do Líbano, quer durante a guerra de 2006, os EUA forneceram armamento sofisticado a Israel para este atacar a organização, que nunca retaliou contra Washington. Em contraste com Israel, os EUA são considerados um adversário, cujo apoio a Telavive é condenável, mas, segundo o secretário-geral do Partido, não são um alvo de ataque.

### **6.3.2. Aliados e Inimigos do Hamas**

A República Islâmica do Irão é o maior patrocinador do Hamas, porém isto não significa que seja o seu aliado mais chegado. Muito pelo contrário, a relação entre o Movimento de Resistência Islâmica e Teerão tem sido inconstante e pautada por um respeito cauteloso. Esta relação data ao decénio de 1990, e desde então o Hamas tem recebido apoio militar e financeiro da república islâmica. Por outro lado, a organização teme um

envolvimento profundo com o Irão, não só pelas suas divergências religiosas e ideológicas, mas também por reacear a perda da sua liberdade de acção (Ganor, 2012, p. 128).

O Movimento abriu, pela primeira vez, uma delegação, em Teerão, em 1991. Um ano mais tarde, Ibrahim Ghawsha, representante do Hamas, foi recebido pelo Ayatollah Ali Khamenei e pelo comandante do IRGC, Muhsin Radaï, para assinar um projecto de acordo, entre a organização e o Irão, que previa uma aliança a nível político, militar e logístico – sob estes termos, o Hamas recebeu instalações para o desenvolvimento de acções políticas no Irão, e uma estação de rádio no sul do Líbano –. O acordo foi firmado em Dezembro 1992, quando os líderes do Hamas visitaram Teerão. O objectivo deste pacto era promover a conflito entre Israel e a organização, boicotando, deste modo, os processos de paz da época (Mishal & Sela, 2000, p. 97).

Apesar da utilidade estratégica desta parceria, que se revelou especialmente proveitosa, para o Movimento, durante a paz de Oslo e durante a Intifada Al-Aqsa devido à intensificação do apoio militar iraniano, esta tem sido, sobretudo, um casamento de conveniência. Reconhecendo o simbolismo que envolveu a Revolução Islâmica de 1979, especificamente no que diz respeito à retórica anti-israelita e anti-norte-americana, que inspiraram o público palestino, e nomeadamente o Hamas, na perspectiva da organização não existe uma verdadeira convergência ideológica (Tamimi, 2011, pp. 41-42). O Movimento sente-se mais confortável ao cultivar relações com o mundo sunita e com o mundo árabe (Frankel, 2012, p. 59).

Aliás, a solidez desta comunhão de cariz ideológico e religioso verificou-se quando, em 2011, os diversos povos árabes se revoltaram contra os respectivos governos déspotas, e o Hamas se alinhou com os protestos em causa. Por exemplo, no caso egípcio a decisão de apoiar o levantamento popular era óbvia, uma vez que Hosni Mubarak era um adversário da organização. O mesmo não aconteceu com a guerra civil síria, tal como iremos ver mais adiante. Embora temesse, por motivos financeiros e logísticos, o corte de relações com Damasco, a organização acabou por abandonar a Síria, em 2012, e manifestou o seu apoio à causa subversiva (Idem, pp. 59-60).

Devido a tal iniciativa, o Hamas posicionou-se no lado oposto do Irão. Por este motivo, Teerão reduziu significativamente o patrocínio das actividades da organização, arrastando a última para uma crise financeira. No entanto, a deterioração da relação entre o Irão e o Hamas não significou o fim do seu pacto estratégico (Ganor, 2012, p. 129). Apesar

da redução do financiamento iraniano prejudicar a capacidade operacional da organização, o Irão, em conjunto com o Hezbollah, continua a favorecer a inclusão do Hamas no Eixo de Resistência. Independentemente das suas divergências, ambos partilham a mesma ambição: a contestação do poder israelita (Spyer, 2015).

Tal como foi referido previamente, o Hamas tem beneficiado do apoio Sírio ao longo de mais de duas décadas. Tendo sediado a sua liderança externa em Damasco, em 1998, a relação entre a organização e o governo sírio permitiu à primeira promover os seus próprios interesses no que se refere à arena palestina, e planejar ataques terroristas contra Israel (Ganor, 2012, p. 127). Embora pacífica, esta parceria, à semelhança da aliança com o Irão, revelou ser uma escolha puramente estratégica e não por paridade ideológica. Depois de ter sido expulso da Jordânia, o Movimento encontrou em Damasco apoio no regimes da família Assad (pai e filho), uma vez que aos últimos interessava um meio de pressionar Israel a devolver os Montes Golan e frustrar as ambições norte-americanas na região (Frankel, 2012, p. 59).

Contudo, a chegada da Primavera Árabe à Síria colocou o Hamas numa situação impossível. Por um lado, o Movimento tinha interesse em manter boas relações com a Síria e com os seus aliados Irão e Hezbollah, particularmente devido ao financiamento proveniente deste eixo. Para tal, era imperativo que a organização permanecesse ao lado do Presidente Bashar al-Assad na sua luta contra a oposição síria (Ganor, 2012, pp. 127-128). Por outro lado, o Hamas ambicionava juntar-se à ascendência dos movimentos sunitas islâmicos e recolher os frutos resultantes do advento da Primavera Árabe. Neste sentido, para a organização lutar ao lado de Assad significaria alienar-se de possíveis aliados árabes-sunitas, nomeadamente da sua organização mãe, a Irmandade Muçulmana egípcia (Milton-Edwards, 2013, p. 65).

Por fim, o Movimento de Resistência Islâmica preferiu afastar-se física e ideologicamente do governo de Damasco – e consequentemente do Irão e do Hezbollah –, e em 2012 fechou a sede na Síria. A organização atestou a sua posição quando em Fevereiro do mesmo ano, Ismail Haniyeh, um dos líderes da organização, discursou no Cairo sobre o apoio do Hamas ao povo sírio e aos objectivos amplos da Primavera Árabe. Em 2013, a sede externa do Movimento realizou-se para o Qatar, o que representa a vontade da organização em participar numa nova configuração regional, afastando-se do Eixo do Resistência (Idem, p. 65).

Aproveitando o ímpeto criado pela Primavera Árabe, o Hamas apropriou-se (selectivamente)<sup>52</sup> da narrativa criada pelos diversos levantamentos populares, e aplicou-a como um veículo de libertação da Palestina. Através deste discurso, o Movimento procurou cultivar, entre os palestinos, solidariedade perante as revoltas e pela consequente ascensão islâmica nos Estados afectados ao invocar valores nacionalistas. Esta foi uma opção que se coaduna com o pan-arabismo e pan-islamismo latentes na matriz ideológica da organização. Verificamos, então, a tentativa da organização de reavivar a relação com o mundo árabe-sunita, por meio da oportunidade criada pelas revoltas árabes (Idem, 2013, p. 61).

O Movimento realinou-se geopoliticamente de forma a quebrar o isolamento regional, decorrente da sua aliança com o Irão, e internacional, resultante do seu estatuto de organização terrorista. Como tal, os líderes do Hamas reaproximaram-se do Egipto, da Tunísia, de Marrocos, da Jordânia, da Líbia e do Qatar (Idem, 2013, p. 64). Sobre este aspecto, sublinhamos a importância da eleição do Presidente Mohamed Morsi no Egipto. De facto, a vitória da Morsi, um distinto membro da Irmandade Muçulmana egípcia, afigurava-se extremamente vantajosa para o Movimento. Com um novo regime no Cairo, o Hamas tinha esperança que o primeiro negociasse com Israel o alívio do cerco a Gaza, e a flexibilização da fronteira entre o Egipto e Gaza. Contudo, as expectativas do Movimento de Resistência Islâmica foram frustradas, devido ao colapso do governo de Morsi em Julho de 2013<sup>53</sup>, e à subsequente campanha contra a Irmandade Muçulmana (Idem, 2013, p. 66).

Em virtude da ruptura com o Cairo e com Teerão, era urgente para a organização repensar as suas posições regionais. Nesse sentido, o Movimento tem-se reposicionado a favor de um eixo sunita, liderado pela Arábia Saudita, que inclui a maioria dos Estados do Golfo, além do Egipto e da Turquia. Desde a morte do Rei Abdullah, em Janeiro de 2015, que o Hamas tem cortejado Riade para que o último assuma o papel de mediador no conflito israelo-palestino, e na conciliação do Movimento com a Fatah. Através do Reino Saudita,

---

<sup>52</sup> Ironicamente, enquanto o Hamas apoiava as populações árabes revoltosas pela falta de democracia e liberdade nos respectivos Estados, este tornou-se mais autoritário na governação de Gaza. *“Indeed, in the wake of the Arab Spring it can be argued that Hamas has in fact accelerated its authoritarian tendencies, particularly in the realm of social control. Hamas has effectively suppressed popular and factional opposition that might have arisen to mirror the claims of their Arab brethren elsewhere.”* (Milton-Edwards, 2013, p. 62)

<sup>53</sup> Vale a pena referir que durante o seu ano de governação, Morsi não cumpriu nenhuma das ambições do Hamas: *“Egypt has not rescinded its peace treaty with Israel; nor has it upgraded its border regime with Gaza at Rafah to the extent that Hamas would like, or secured an uninterrupted flow of goods. Moreover, the Morsi government restricted Hamas’s access, both in terms of tax revenues and goods, to the illegal tunnels from Gaza to Egypt (...). The Egyptian state has also maintained its security dialogue with Israel (...).”* (Milton-Edwards, 2013, p. 66)

a organização procura ainda reaproximar-se do Egipto. Por isto mesmo, quando Riade iniciou a campanha militar contra os houthis no Iémen, o Hamas não condenou a operação e assumiu uma postura cautelosa, manifestando a sua preocupação com estabilidade e segurança da região (Al-Monitor, 2015c).

Na procura de aliados árabes sunitas, o Movimento de Resistência Islâmica tem cultivado uma parceria com o Qatar. O florescimento desta aliança foi comprovado em Outubro de 2012, quando o Emir do Qatar, Sheik Al Thani, foi o primeiro chefe de Estado a visitar oficialmente a Faixa de Gaza, em 2007 – após esta ser integralmente dominada pelo Hamas –. Esta visita foi bastante importante para a organização, não só em termos simbólicos, pois confirmou a legitimidade da liderança do Movimento, mas também em termos económicos, uma vez que Doha ofereceu um considerável pacote de ajuda ao governo de Gaza (e não à Autoridade Palestiniana, na Cisjordânia). Ao tornar-se num dos maiores investidores<sup>54</sup> em Gaza, o Qatar tem atenuado o impacto da crise económica dos palestinianos aí residentes, subsequentemente proporcionado maior legitimidade ao Hamas. Acrescenta-se ainda o facto da sede da liderança externa da organização estar, actualmente, localizada em Doha (Milton-Edwards, 2013, p. 66).

Em suma, no que diz respeito a parceiros estatais, o Movimento de Resistência encontra-se preso entre dois grandes blocos: de um lado, o eixo sunita, liderado pela Arábia Saudita; do outro lado, o Eixo de Resistência (de pendor maioritariamente shiita), liderado pelo Irão. Ambos, com ambições muito diferentes sobre aquela que deverá ser a composição política do Médio Oriente, posicionam-se em extremos opostos na guerra síria e na guerra iemenita. Neste âmbito, o Hamas, desde da Primavera Árabe, tem-se afastado do Eixo de Resistência em direcção ao eixo sunita. Porém, continua a declarar a sua amizade pela República Islâmica, sublinhando o esforço que tem erguido na normalização das suas relações (Al-Monitor, 2015d).

Dada a sua dependência face ao financiamento iraniano, o Hamas terá de ser ardiloso na gestão das suas relações externas. O Movimento atravessou um período difícil nos últimos quatro anos, com a alienação do Eixo de Resistência, que agravou a situação económica de Gaza. Neste sentido, se a organização deseja reafirmar a parceria com Teerão, deverá ser cauteloso na sua integração no eixo sunita, que segundo a visão saudita, visa a unificação

---

<sup>54</sup> “In September 2012, Qatar announced \$254 million as the first tranche of a \$500 million investment to rehabilitate Gaza’s infrastructure and agriculture.” (Milton-Edwards, 2013, p. 68)

dos Estados sunitas para combater o crescimento do shiismo, e para contrariar o alargamento da esfera de influência iraniana no mundo árabe. Embora pese a conformidade étnico-religiosa do eixo sunita, o Hamas não deverá subestimar a importância de uma parceria com o Irão. Não obstante, também a Arábia Saudita é crucial para a mediação do conflito com Israel e com a Fatah (Al-Monitor, 2015e).

Por fim, destacamos a Irmandade Muçulmana egípcia como uma importante aliada do Hamas. Tal como averiguamos anteriormente, sendo descendente da IM, as posições ideológicas do Movimento de Resistência Islâmica são semelhantes às da sua organização-mãe; de facto, no 2º artigo da sua Carta, o Hamas apresenta-se como uma ramificação da Irmandade. Todavia, enquanto o Movimento dá prioridade à libertação da Palestina através da *jihad*, a IM foca-se na transformação da sociedade, previamente preparando-a para a instituição de um Estado islâmico (Abu-Amr, 1993, p. 12).

Não obstante, o laço histórico entre as duas organizações atingiu o seu apogeu após a Primavera Árabe no Egipto, quando Mohammed Morsi foi eleito presidente. A emergência política de Morsi (aparentemente) garantia ao Hamas uma vantagem estratégica crucial, devido ao facto do Egipto se tornar a única fronteira amigável para o governo de Gaza (Ganor, 2012, p. 129). O vice-primeiro-ministro do Movimento, Mohammed Awad, chegou a declarar: “*Any victory in Egypt for the Ikhwan equals a victory for Hamas here in Gaza.*” (Milton-Edwards, 2013, p. 61) Durante o mandato de Morsi, as autoridades egípcias facilitaram o contrabando de bens para Gaza, através dos túneis ilegais ao longo da fronteira que separa os dois territórios, em quantidades sem precedentes (Al-Monitor, 2015f).

Porém, a queda do governo de Morsi, que foi derrubado por uma revolta militar liderada pelo actual presidente egípcio, Abdel Fattah al-Sisi, tornou o Cairo hostil à Irmandade Muçulmana e, por conseguinte, ao Hamas. Ambas as organizações foram proibidas de realizar qualquer tipo de actividades no Egipto, e muitos dos seus membros foram perseguidos e executados (Idem).

Devido à repressão exercida pelo governo de al-Sisi, o Movimento tem procurado atenuar as suas ligações à Irmandade, dando ênfase à sua faceta nacionalista enquanto movimento palestino, contrariando a sua Carta fundadora. Nesta senda, as comunicações entre o Hamas e a IM saíram prejudicadas desde o derrube de Morsi, em 2013. Desde então, não tem havido contacto significativo entre as duas organizações, devido à situação securitária egípcia (Al-Monitor, 2015g). Realmente, devido ao crescimento de movimentos

*jihadistas* no país, nomeadamente o Daesh e a al-Qaeda, as autoridades egípcias têm moderado a sua postura repressiva face ao Hamas. Em Junho de 2015, o Cairo expressou a satisfação à abordagem do Hamas relativamente à segurança da fronteira Egipto-Gaza, em especial pelo seu policiamento dos túneis de contrabando, que evitam a infiltração de terroristas no Sinai (Al-Monitor, 2015h).

Quanto aos inimigos, o maior rival do Movimento de Resistência Islâmica, na arena nacional palestina, é, incontestavelmente, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), fundada em Jerusalém, em 1964, como resposta ao estabelecimento de Israel em território árabe, aguçando o sentimento nacionalista e independentista palestino. A OLP rejeitava inequivocamente o projecto sionista, e como tal defendia a luta armada como o único meio para a libertação de toda a Palestina, como, aliás, definiu na sua Carta Nacional, publicada em 1968. A OLP é composta por várias facções, das quais destacamos a al-Fatah<sup>55</sup>, que desde 1968 é a facção dominante. Sendo a facção dirigente, a agenda política da OLP rege-se pelas ambições da Fatah (Mishal & Sela, 2000, p. 14).

Apesar de, inicialmente, ter assumido uma postura radical, após anos de esperança frustrada pela mobilização dos Estado árabes a favor da Palestina, de fracassos militares sofridos às mãos de Israel, constrangimentos políticos, e o crescente envolvimento na diplomacia internacional conduziram a OLP a reverter o seu objectivo sobre a edificação de um Estado palestino em toda a Palestina. A Organização foi obrigada a aceitar a realidade política e a adoptar a solução dos dois Estados – Israel limitado às fronteiras de 1967 e um Estado palestino na Cisjordânia e em Gaza – (Idem, p. 14).

Contudo, um sentimento de desespero apoderou-se dos palestinos face a manutenção do *status-quo* nos territórios ocupados, e à ineficácia da OLP. Neste sentido, surgiu uma corrente alternativa, que oferecia uma perspectiva islamizada sobre o conflito israelo-palestino, e sobre a solução para o mesmo. No topo do mesmo surgiu o Hamas, cujo conceito de nacionalismo-islâmico confrontaram o nacionalismo-secular da OLP. De facto, os objectivos e as estratégias apresentados pelo Movimento eram iguais aos da OLP, sendo a sua islamização a única característica distintiva. O Hamas veio, então, desafiar a reivindicação da OLP enquanto representante legítimo e exclusivo do povo palestino. A

---

<sup>55</sup> O Movimento de Libertação Nacional da Palestina, ou Fatah, foi fundado por Yasser Arafat e por Khalil al-Wazir, no final da década de 1950, com o objectivo de libertar a Palestina do controlo israelita através do combate armado (Encyclopædia Britannica, 2014).

rivalidade entre o Movimento e a OLP advém, precisamente, da disputa pela hegemonia político-social da arena palestina (Idem, pp. 14-15).

Além de criticar o carácter secular da OLP, a hostilidade do Hamas pela organização reforçou-se com a assinatura dos Acordos de Oslo, nos quais a OLP concordou com a sua desmilitarização e reconheceu a legitimidade de existência do Estado de Israel (Idem, pp. 36-37). Ainda que rejeite o enquadramento legal de Oslo, nomeadamente no que diz respeito à Autoridade Palestina, o Movimento coexistiu pacífica e calculadamente com a Fatah – que é a força dominante da AP –, até 2007 (Idem, p. 167).

Quando o Hamas participou e ganhou as eleições parlamentares em 2006, procurou seguir um caminho diferente da Fatah, e, nesse sentido, trabalhou na formação de um governo de união nacional. O Movimento queria, ainda, demonstrar que não iria cometer os mesmos erros da Fatah, e portanto não iria fundir-se com AP. Na perspectiva da organização, os erros da Fatah não só a tinham corrompido enquanto movimento, mas tinham também corrompido a própria AP, ao tornarem o projecto estatal palestino num instrumento sujeito ao clientelismo partidário (Brown, 2010, p. 42).

Tal como vimos anteriormente, o Hamas foi mal-sucedido na formação de um governo de união nacional, e a rivalidade com a Fatah culminou numa curta, mas violenta, guerra civil que resultou na expulsão da última, bem como de toda a estrutura da AP, da Faixa de Gaza. Como tal, Gaza é, desde Junho de 2007, dominada exclusivamente pelo Hamas, enquanto a Cisjordânia é dominada pela Fatah, através AP (Idem, p. 43).

Esta separação transferiu o confronto entre as duas organizações para o plano institucional. O Hamas conseguiu submeter à sua ordem todas as infra-estruturas da AP em Gaza, ao substituir os trabalhadores que preferiam seguir as ordens provenientes de Ramallah, por trabalhadores fieis à organização. O Movimento de Resistência Islâmica está, por isso, presente em todos os aspectos sociais, políticos e económicos da vida em Gaza. Actualmente, a maioria das escolas, das ONGs, das associações de estudantes, dos meios de comunicação social, entre outros, são constituídos por membros pró-Hamas. Em retaliação, a AP na Cisjordânia lançou uma campanha repressiva contra o Movimento, cujos associados foram presos e as instituições afiliadas foram encerradas (Idem, pp. 40 e 44).

Passado quase um decénio, os territórios palestinianos mantêm-se divididos, após várias tentativas de reconciliação fracassadas. Embora pese a discordância ideológica entre



as duas organizações, é certo que o seu ponto fulcral de discórdia se encerra no direito à resistência armada contra Israel. Porém, o verdadeiro problema passa pelo facto de nem o Hamas, nem a Fatah utilizarem os canais democráticos disponíveis para resolverem efectivamente as suas diferenças, preferindo antes impor a sua vontade em Gaza e na Cisjordânia, respectivamente (Idem, p. 48).

No entanto, uma nova Intifada começou no dia 1 de Outubro de 2015, e a necessidade de união nacional é mais urgente que nunca. A Intifada Jerusalém oferece uma oportunidade ao Hamas e à Fatah de ultrapassarem as suas divergências organizacionais, focando-se, antes, num esforço conjunto para eliminar a legitimidade da ocupação israelita e pôr fim aos colonatos na Cisjordânia. Em última análise, o verdadeiro beneficiado da fragmentação palestiniana é Israel, enquanto o povo palestino continua a sofrer as consequências da política colonizadora israelita (Al-Monitor, 2015i).

Para o Movimento de Resistência Islâmica, Israel é o seu maior inimigo. À semelhança do Hezbollah, a ideologia do Hamas orbita em torno da criação do Estado sionista e da subsequente ocupação da Palestina. Neste sentido, a matriz ideológica do Movimento, bem como as suas acções, alimentam-se do desespero dos palestinos que se viram despojados da sua terra-natal, devido à criação do Estado judeu, em 1948, evento que apelidam de *Nakba* (a catástrofe) (Tamimi, 2011, p. 53).

Desde o seu nascimento, o Hamas tem utilizado um discurso violento e islamizado contra Israel, defendendo a legitimidade do uso da *jihad* contra o sionismo, e como um meio de atingir a autodeterminação palestiniana (Mishal & Sela, 2000, p. 50). Como tal, as suas acções têm sido reflectoras do seu discurso, e a relação entre o Movimento e o Estado judeu tem-se caracterizado pelo constante confronto violento. Não obstante, apesar de ambos ambicionarem aniquilarem-se mutuamente a longo prazo, a curto/médio prazo Telavive e o Movimento têm pretensões políticas diferentes (Shamir & Hecht, 2014, p. 83).

Telavive adoptou uma estratégia que tem como finalidade conter os ataques provenientes de Gaza. Para Israel, a curto prazo, destruir o Hamas é contraproducente, pois deixaria a Faixa de Gaza sem qualquer tipo de autoridade. Telavive tem tido dificuldade encontrar um substituto que lhe seja favorável para assumir o controlo do território após a (eventual) queda do Movimento (Idem, p. 83). Dada a actual realidade securitária regional, com a ascensão de grupos *jihadistas*, nomeadamente na fronteira egípcia, Telavive encontra utilidade na manutenção do Hamas em Gaza, uma vez que o último garante a segurança das

fronteiras (Byman, 2013, p. 67). Nesta senda, Israel tem enveredado por uma estratégia, a curto prazo, que procura a corrosão da capacidade operacional da organização, através de pontuais escaladas das tensões (Shamir & Hecht, 2014, p. 89).<sup>56</sup>

Por seu lado, o Hamas, através da resistência armada contra Israel, visa derrotar as facções palestinas rivais – especialmente a Fatah –, e tornar-se o representante exclusivo do povo palestino (Idem, p. 82). O Movimento garante uma constante tensão entre Gaza e Israel, com o disparo ocasional de rockets e morteiros, permitindo pontualmente a escalada dos confrontos (Idem, p. 84). A escolha desta estratégia deve-se, por um lado, à responsabilidade que o Hamas tem para com a população palestina, em particular com a residente em Gaza. O Movimento evita o confronto com Israel que, inevitavelmente, agrava as condições de vida dos palestinos, e coloca em risco o apoio dos últimos à organização (Ganor, 2012, p. 131). Por outro lado, a organização mantém a luta activa contra Israel para provar a utilidade da beligerância, desta forma minando a posição da Autoridade Palestiniana, que defende a diplomacia em detrimento da violência.

Verificamos que no que diz respeito a Israel, o Hamas é simultaneamente moderado e radical na sua postura. É moderado pois evita escalar o conflito com o seu inimigo, devido à sua sensibilidade à opinião pública palestina, sendo por isso constrangido pela mesma. Sob este ponto de vista, admite a assinatura de uma *hudna* com Telavive para impedir o agravamento do sofrimento suportado pelos palestinos. Por outro lado, é radical no seu discurso, que se pauta pelo ódio e repúdio, face a Israel. Ao rejeitar a existência do Estado sionista, o Movimento de Resistência Islâmica atesta que dificilmente abandonará a resistência armada enquanto a ocupação israelita se mantiver, uma vez que é a última que lhe confere *raison d'être*. O desarmamento da organização só será uma opção para os seus líderes, se Israel recuar para as fronteiras de 1967 e reconhecer a soberania do Estado palestino.

Finalmente, os EUA são considerados inimigos do Hamas. Na versão mais fundamentalista da ideologia da organização, o Estado norte-americano personifica os valores ocidentais, e é responsável pelos infortúnios do mundo árabe, nomeadamente pela situação palestina. Neste sentido, a sua retórica varia entre o anti-norte-americanismo e o anti-ocidentalismo. A sua Carta está saturada por exemplos históricos do contínuo confronto

---

<sup>56</sup> Ver Anexo 6.

entre as civilizações ocidentais e islâmicas, bem como pelo papel do judaísmo e do sionismo na ofensiva Ocidental contra o mundo islâmico, nos tempos modernos (Mishal & Sela, 2000, p. 45). *“The current Zionist invasion was preceded by Crusader invasions from the West (...). Just as the Muslims faced those invasions and planned how to fight and defeat them, they [now] can confront the Zionist invasion and defeat it. This is not difficult for Allah if [our] intentions are pure, if our determination is sincere, if the Muslims draw useful lessons from past experiences, if they get rid of the vestiges of the ideological invasion [of the West], and if they follow the traditions of Islam. (Article 35)”* (Idem, pp. 198-199)

Contudo, apesar dos discursos inflamados contra os EUA, os objectivos do Movimento são locais, portanto as suas actividades de resistência armada concentram-se no interior de Israel, de Gaza e da Cisjordânia, tal como já foi referido. Por este motivo, as autoridades norte-americanas acreditam que as ameaças contra os EUA, e ocasionalmente contra o Ocidente, são vazias, e têm apenas o objectivo de radicalizar novos recrutas. De facto, é improvável que o Movimento orquestre ataques em território norte-americano, uma vez que uma parte significativa da sua infra-estrutura financeira está sediada nos EUA. Como tal, de acordo com o FBI, realizar um atentado no país seria contraproducente, já que colocaria em risco uma porção considerável das suas fontes de financiamento (Levitt, 2006, p. 207).

A aversão que a organização nutre pelos EUA encerra-se no seu apoio político e financeiro a Israel. *“Israel and America share the same face”*. Os líderes do Hamas culpam Washington por muitas das operações militares israelitas, uma vez que Israel adquire a maioria do seu armamento junto dos EUA. Aliás, o agravamento da narrativa contra Washington é influenciado pelas acções do último no Médio Oriente, variando, por isso, conforme a conjuntura regional. Por exemplo, durante a incursão norte-americana no Iraque, o falecido líder do Hamas, al-Rantisi, declarou, em 2004: *“We say to the Muslim people of Iraq, we are with you in your struggle against American terror and destruction, (...)”* (Idem, pp. 205-206)

Por outro lado, a postura anti-norte-americana foi moderada aquando da participação do Movimento nas eleições legislativas palestinianas de 2006, uma vez que a organização esperava angariar apoio e reconhecimento internacional, caso os resultados eleitorais fossem favoráveis. Todavia, apesar de ter ganhado as eleições com maioria absoluta, o Hamas não conseguiu mobilizar o apoio internacional (Tamimi, 2011, pp. 215-217). Sobre a posição dos EUA, *“A administração americana que tem pregado a democracia e o respeito pelas escolhas populares ao longo do mundo, deve apoiar, antes de qualquer outro país, o desejo e a escolha do povo palestiniano. Em*

*vez de ameaçar os palestinianos com um boicote e o corte nas ajudas, deveria cumprir as garantias fez no sentido do estabelecimento de um Estado palestino independente com Jerusalém como sua capital.”* (Hroub, 2006, p. 147, citado em Silva, 2010, p. 266)

Embora Washington não tenha reconhecido a vitória eleitoral do Movimento por o considerar uma organização terrorista, e tenha imposto penosas sanções económicas à Faixa de Gaza, o Hamas mantém a sua posição não-ofensiva face ao Ocidente, reiterando o localismo dos seus objectivos (Ayoob, 2011, p. 118). *“Hamas considers its battle to be with Israel and Zionism and has declared its policy of not picking fights with regional and international powers.”* (Hroub, 2005, pp. 45-48 citado em Ayoob, 2011, p. 118)

De facto, a postura anti-norte-americana, e por vezes antiocidental, do Hamas deve-se ao permanente servilismo internacional face às políticas de Telavive. Esta narrativa, que ocasionalmente abraça uma retórica de islamismo universal, refere-se à frustração da organização em não conseguir mobilizar o reconhecimento internacional da sua legitimidade, bem como à inércia do Ocidente perante o sofrimento palestiniano, e portanto não deverá ser confundida com o *jihadismo* global adoptado por outras organizações terroristas, como a al-Qaeda (Ayoob, 2011, p. 116).

#### **6.4. Relação entre o Hezbollah e o Hamas**

A relação entre as duas organizações data ao final de 1992, quando Israel deportou 415 activistas do Hamas e da Jihad Islâmica para o sul do Líbano. Esta foi a maior expatriação de palestinianos, ordenada por Telavive, desde 1967, cuja motivação se prendia com o sequestro e assassinato de um guarda fronteiriço israelita. Entre os deportados estavam líderes seniores do Movimento de Resistência Islâmica, incluindo al-Aziz al-Rantisi, um dos líderes mais proeminentes nos territórios ocupados, bem como inúmeros activistas ligados à religião, à educação, e à política, aparentemente sem qualquer cadastro militar (Mishal & Sela, 2000, p. 96).

No entanto, a tentativa de eliminar um movimento civil com fins políticos através da inédita deportação de activistas revelou ter um efeito bumerangue: o exílio em massa foi percebido como uma aguda violação dos direitos humanos dos palestinianos, provocando uma veemente desaprovação internacional contra Israel. Por outro lado, a deportação, embora tenha paralisado temporariamente o Hamas, foi-lhe benéfico na medida

em que animou o espírito solidário pelos exilados, pelas respectivas organizações e pelo nacionalismo palestino, e permitiu ainda que o Hezbollah iniciasse uma cooperação militar directa com o Movimento (Idem, p. 97).

Acredita-se que o Partido de Deus e o Hamas já tivessem estabelecido relações, através do Irão, em 1991. Todavia, a cooperação militar entre as organizações só foi comprovada em 1994, quando o Movimento de Resistência Islâmica cometeu, pela primeira vez, um ataque-suicida contra as forças israelitas. A escalada militar do Hamas foi uma consequência indirecta do ano de estadia dos seus deportados no sul do Líbano, que providenciou, aos activistas do Movimento, a oportunidade de absorverem a experiências e as técnicas de guerrilha empregadas pelo Hezbollah contra Israel. Não será, por isso, coincidência que o primeiro atentado-suicida perpetrado pelo Hamas tenha ocorrido pouco depois do regresso dos expatriados aos territórios palestinos (Idem, p. 66).

Como observamos anteriormente, a autodeterminação da Palestina está, desde o seu nascimento, presente na retórica do Partido de Deus. O Hezbollah apoia totalmente o conflito armado envergado pelo Movimento contra o Estado sionista, subscrevendo a necessidade da sua aniquilação (Harik, 2005, p. 27). Nesta senda, o Partido coopera militarmente com o Hamas, fornecendo-lhe armamento, instrução técnica e militar, bem como cobertura política. A partilha de *know-how* entre as duas organizações contribuiu muito positivamente para o aumento da capacidade operacional do Movimento: à semelhança da experiência do Hezbollah no Líbano, o Hamas construiu, em Gaza, um sistema de *bunkers*, que funcionam como esconderijos, depósitos de armas, postos de comando, e estão conectados a uma vasta rede de túneis com acessos a mesquitas, a campos de treino, e a localizações estratégicas para o lançamento de rockets. Ao nível terrestre, o Movimento também reproduziu a experiência do Partido de Deus e criou um extenso sistema de “reservas naturais”, cujo objectivo é ocultar rockets e explosivos por baixo de densas folhagens (Ganor, 2012, p. 122). “(...) *The Washington Institute for Near East Policy claims that 80% of attacks from the West Bank involve some form of Hezbollah support.*” (Husseini, 2010, pp. 811-812)

Sendo certo que a parceria entre as duas organizações foi fundamental para o fortalecimento bélico do Hamas, o Hezbollah nunca interferiu realmente no conflito israelo-palestino. Embora o Hassan Nasrallah tenha, por diversas vezes, sugerido a disponibilidade do Partido para “interferir directamente” a favor dos palestinos, nunca foi materializada nenhuma acção, além patrocínio militar já referido. Dada a transferência

estratégica da resistência para o plano regional, o Hezbollah tem vindo a limitar o seu envolvimento contra Israel, suficiente para manter o conflito aceso, mas sem ultrapassar os limites (Idem, pp. 811-812).

Não obstante, é inédita a relação íntima partilhada pelas duas organizações que, apesar do cisma sunita-shiita que as divide, encontram afinidade ideológica entre si. Esta prende-se quase exclusivamente na rejeição da hegemonia e israelita e norte-americana no Médio Oriente, e na tentativa dos últimos subjugar a região aos seus interesses (Idem, p. 812). Porém, a parceria entre o Hezbollah e o Hamas foi abalada pelos eventos Primavera Árabe e, tal como já estudamos, posicionou as organizações em lados opostos das revoluções (Frankel, 2012, p. 59).

A decisão do Movimento de Resistência Islâmica de se afastar do regime sírio, e por conseguinte do Eixo de Resistência, evidenciou a preferência da organização por relações com o mundo árabe-sunita. Frankel (2012, p. 59) argumenta que a opção tomada pelo Movimento expõe a fragilidade da sua relação com o Partido de Deus (e com o Irão), demonstrando que esta era uma parceria se baseava primordialmente em interesses, em detrimento da correlação ideológica. Em todo o caso, tal como o Irão mantém, ainda que num nível menor, a relação com o Hamas, o mesmo acontece com o Hezbollah (Al-Monitor, 2014c).

É inegável a utilidade que esta cooperação prestou a ambas organizações: para o Partido de Deus foi um meio de manter o conflito aceso com Israel, além de aplicar pressão constante sobre o último; para o Movimento de Resistência Islâmica o conhecimento e o material fornecido pelo Partido foram essenciais para o seu crescimento enquanto movimento militar e político. O Hamas aplicou à realidade palestiniana o “modelo Hezbollah”, e nesse sentido, similarmente à organização libanesa, o Movimento navega entre a militância, a política, e o humanitarismo de forma muito pragmática e inteligente.

Independentemente das suas diferenças, o Hezbollah e o Hamas poderão tirar partido da missão de resistência que partilham e do inimigo que têm em comum. Apesar da conjuntura regional, nomeadamente a crescente tensão sectária shiita-sunita, as colocar em oposição, a actual instabilidade e insegurança causada pela ascensão do *jihadismo*, apresenta-se como uma oportunidade de reconcílio, e um pretexto para se reunirem pela causa conjunta de combaterem o terrorismo. Esta é uma causa de bastante interesse para as

duas organizações, pois contribui para o melhoramento da sua imagem junto do Ocidente, e aproxima-as do reconhecimento da sua legitimidade.

## 6.5. Financiamento

A gestão de organizações como o Hezbollah e o Hamas tem custos elevados associados, relativos a actividades operacionais, políticas e sociais. Os custos operacionais incluem gastos com armas e munições, detonadores de explosivos, químicos para a produção de bombas, esconderijos, túneis, meios de comunicação, viagens, meios de transporte, campos de treino, suborno de agentes de autoridade, entre outros. As despesas com actividades políticas referem-se a propaganda (quer através de meios tecnológicos, quer através de impressão de folhetos, posters, etc.), a campanhas políticas, e outros gastos gerais. Já as acções sociais implicam custos com pagamento de pensões a órfãos e a viúvas de mártires ou de guerrilheiros, com infra-estruturas de educação, saúde e alimentação, e com outros serviços do domínio humanitário. Em todas os sectores de actividades incluem-se gastos referentes ao pagamento de salários (Levitt, 2006, pp. 52-53).

Em termos de distribuição de despesas, a manutenção da *dawa* é muito mais cara do que os custos associados a acções puramente operacionais, uma vez que os serviços sociais requerem investimentos estruturais de larga escala e de longo prazo. No entanto, é basilar o investimento neste tipo de infra-estrutura, pois estas compõem o alicerce não só das actividades sociais e humanitárias do Hezbollah e do Hamas, mas também das suas acções políticas e de resistência (Idem, p. 53).

Como tal, para garantir o funcionamento eficiente da vasta panóplia de actividades desenvolvidas, o Partido de Deus e o Movimento de Resistência Islâmica recorrem a quatro tipos de fontes de financiamento: patrocínio estatal; remessas de individuais; organizações de fachada; e empreendimentos criminosos. Neste ponto exploraremos as razões de escolha das fontes financeiras do Hezbollah e do Hamas, tendo como base o estudo elaborado por Michael Freeman, *The Sources of Terrorist Financing: Theory and Typology*, publicado em 2011.

Segundo Freeman (2011, pp. 463-465), as organizações terroristas escolhem as suas fontes financeiras tendo em conta seis critérios: quantidade, legitimidade, segurança, fiabilidade, controlo, e simplicidade. Portanto, os grupos terroristas preferem fontes: que

lhes garantam maior quantidade de fundos; que demonstrem a sua legitimidade, isto é, a escolha de uma fonte financeira considerada pela opinião pública ilegítima (por exemplo, tráfico de droga) poderá ser contraproducente; que sejam seguras na medida em que impenetráveis por autoridades estatais; cujos retornos sejam previsíveis e consistentes; que sejam facilmente influenciáveis e domináveis; e finalmente, que requeiram um nível mínimo de esforço, de conhecimento especializado, e cujos custos inerentes sejam baixos. Não havendo nenhuma fonte financeira perfeita e capaz de preencher estes seis requisitos, a escolha das mesmas é feita tendo em conta as prioridades da organização terrorista.

O patrocínio estatal representa uma porção considerável do orçamento do Hezbollah e do Hamas. O Partido recebe do Irão, o seu principal patrocinador, cerca de 100 milhões de dólares – aproximadamente metade do seu orçamento, se considerarmos que este varia entre os 100 e os 200\$ milhões anuais –, e da Síria apoio logístico e material (Freeman, 2011, p. 465). Já o Hamas auferia cerca de 3\$ milhões (segundo dados de 2005) de Teerão (Levitt, 2006, p. 172), e obtém donativos esporádicos de determinados Estados árabes, como a Arábia Saudita ou o Qatar (Ganor, 2012, p. 130), (Milton-Edwards, 2013, p. 68).

Do ponto de vista do Partido e do Movimento, o patrocínio estatal traz vantagens relativamente à quantidade de fundos que faculta. No caso do Hezbollah, dificilmente haverá outra fonte que se equipare, em termos quantitativos, ao montante oferecido pelo Irão. O mesmo ocorre com o Hamas, ainda que os donativos estatais se tenham tornado incertos nos últimos anos, a organização também está dependente deste tipo de recurso financeiro. Em termos de vantagens, acrescenta-se o facto de esta ser uma forma simples de obter alto financiamento sem grande esforço para as organizações (Freeman, 2011, p. 465).

Contudo, o patrocínio estatal apresenta desvantagens relativamente ao controlo e à fiabilidade. Por um lado, ao prestar apoio financeiro, o Estado poderá influenciar as actividades desenvolvidas pela organização, de forma a satisfazer os seus próprios interesses. Esta situação verificou-se com o patrocínio iraniano doado ao Hezbollah e o Hamas (Idem, p. 466). Durante o decénio de 1980, o Partido funcionou como um verdadeiro procurador de Teerão, cumprindo as suas ordens. Actualmente, devido à quantidade de fundos enviados pela República Islâmica iraniana, é posta em causa a independência da organização face ao seu patrono (Levitt, 2013a, p. 35). Quanto ao Movimento, este sempre evitou desenvolver uma relação demasiado íntima com Teerão, receando que lhe fossem colocados constrangimentos pelo governo iraniano (Ganor, 2012, p. 128). Não obstante, durante a



década de 1990, o financiamento iraniano intensificou-se com a finalidade de perturbar a paz de Oslo (Levitt, 2006, p. 172).

Por outro lado, o patrocínio estatal é pouco fiável, na medida em que as políticas estatais poderão ser alteradas e, por isso, o financiamento poderá ser retirado (Freeman, 2011, p. 466). O financiamento saudita do Hamas ilustra esta situação. Embora não tenha cessado completamente, o financiamento prestado pela Arábia Saudita abrandou a partir de 2003 (Levitt, 2006, pp. 193-194).

No que diz respeito às remessas de individuais, estas são um tipo de financiamento muito popular entre as organizações terroristas islâmicas e, como tal, têm um peso considerável no orçamento das mesmas. O Partido de Deus e o Movimento de Resistência Islâmica recebem altas quantias de dinheiro doadas pela diáspora libanesa e palestina, respectivamente. Estas contribuições são, normalmente, colectadas através de organizações solidárias, e são, muitas vezes, aplicadas no desenvolvimento de actividades de bem-estar social. Este tipo de receita traz benefícios em termos de legitimidade, fiabilidade, e simplicidade (Freeman, 2011, pp. 466-467).

Em primeiro lugar, este tipo de financiamento demonstra a popularidade das organizações, provando a sua legitimidade. Além disso, o facto de as doações serem utilizadas em acções sociais reforça a sua imagem positiva junto da população, e corrói a credibilidade do Estado local. Em segundo lugar, as remessas de individuais são uma fonte fiável, pois proporcionam às organizações flexibilidade geográfica, o que significa que as organizações podem operar em qualquer continente. Por fim, à semelhança do patrocínio estatal, as doações são uma fonte simples pois não exigem nenhum esforço por parte da organização (Idem, p. 467).

Estas três vantagens verificam-se tanto com o Hezbollah como com o Hamas. Devido ao financiamento proveniente das remessas individuais, o Partido vê a sua legitimidade consagrada ao funcionar como um Estado dentro do próprio Estado. Apesar das oferendas serem, na sua maioria, provenientes de África e da América do Sul, a organização também tem instituições de solidariedade na América do Norte e na Europa (Levitt, 2005). Quanto ao Movimento, a organização tornou-se o patrono da população palestina, sobrepondo-se, em termos solidários, à Autoridade Palestina. Em termos geográficos, o Hamas recolhe donativos no Golfo Pérsico, em África, na Europa, e na América do Norte (Levitt, 2006, pp. 143-144).

Todavia, as remessas de individuais são desvantajosas em termos de controlo e quantidade. Ou seja, este tipo de fonte financeira poderá ter um efeito coercivo no comportamento da organização. No caso do Hezbollah e do Hamas, as receitas auferidas flutuam (negativamente) conforme a violência, ou a passividade, das suas acções. Relativamente à quantidade, esta é afectada pelo estado da economia, isto é, havendo dificuldades financeiras, é menos provável que sejam feitas oferendas (Freeman, 2011, p. 467).

Em relação às *cover companies*, este tipo de fonte de financiamento, que normalmente se refere a um negócio totalmente legal, proporciona segurança económica. Quer isto dizer que, uma vez que se trata de uma actividade lícita, as autoridades estatais têm maior dificuldade em eliminar este recurso financeiro (Idem, p. 469). Apesar de não constituírem uma fonte preponderante de financiamento para o Partido, este possui empresas ligadas à exportação-importação de produtos, à construção civil, e ao comércio de diamantes, além das já mencionadas instituições de caridade. Estes negócios estão localizados em África, nas Américas, na Europa, e no Líbano (Levitt, 2005). Já para o Movimento, as empresas de fachada representam uma larga fatia do seu orçamento. Estas empresas operam em sectores de actividade ligados à solidariedade, a negócios de investimento, e a telecomunicações, e localizam-se, maioritariamente, nos EUA, na Europa, e no Médio Oriente. (Levitt, 2006, pp. 160-165)

Porém, as *cover companies* não produzem vantagens em relação à segurança, à simplicidade, e à quantidade. Pelo facto de serem actividades legais estão sujeitas ao escrutínio estatal, por meio de auditorias, facilitando por isso a recolha de informações sobre a organização terrorista. Acrescenta-se ainda que requerem uma boa gestão e competitividade para gerarem lucros altos (Freeman, 2011, pp. 469-470).

Por fim, as organizações terroristas recorrem a empreendimentos criminosos como fonte de financiamento. O Partido de Deus e o Movimento de Resistência Islâmica estão implicados em esquemas de fraude bancária, lavagens de dinheiro, falsificação de documentos, fraude com subsídios estatais, contrafacção de produtos diversos, contrabando de cigarros, tráfico de armas, de diamantes, de droga e de humanos, pirataria de multimédia, extorsão e roubo. A escolha deste tipo de financiamento deve-se ao facto de serem, por norma, fontes fiáveis, pois podem ser utilizadas repetidamente e expandidas geograficamente conforme as necessidades. A extorsão, o tráfico, o contrabando e a

contrafacção confirmam esta vantagem. Além disto, os empreendimentos ilegais também são simples, ou seja, requerem esforços técnicos mínimos, e são controláveis, o que permite ao Hezbollah e ao Hamas conquistar a sua independência face aos patrocinadores estatais (Idem, p. 468).

No entanto, as actividades ilícitas não são benéficas relativamente à quantidade, pois, por exemplo, a extorsão é um tipo de acção que não pode ser constantemente repetida sobre a mesma população. Os empreendimentos ilegais também corroem a legitimidade das organizações terroristas, alienando-as da população (Idem, p. 468). Por este motivo o Hezbollah e o Hamas mantêm, a nível internacional, células autónomas para gerirem este tipo de actividades, para não serem associadas a tipo de financiamento (Levitt, 2003c, p. 5), (Levitt, 2006, p. 69). Por último, as actividades ilícitas são inseguras, devido ao escrutínio das forças de segurança estatais (Freeman, 2011, p. 469).

Concluimos que não existindo fontes de financiamento perfeitas, o Hezbollah e o Hamas, cientes das vulnerabilidades de cada uma, procuram colmata-las através da sua diversificação. Ao recorrerem a uma vasta e complexa lista de recursos financeiros, o Partido de Deus e o Movimento de Resistência Islâmica garantem robustez económica e, sobretudo, asseguram a operacionalidade das suas organizações. A solidez e a diversidade da rede de financiamento dificultam, por isso, a sua disrupção.

## VII. Conclusão

O Hezbollah e o Hamas são duas organizações que, apesar de se inserirem em realidades geopolíticas diferentes, encontram semelhanças nas suas origens, no seu enquadramento ideológico, nas actividades que desenvolvem, bem como nos seus aliados e inimigos. Ambas se definem pelo facto de serem um produto decorrente da ocupação estrangeira do território onde estão fixadas e, como tal, o seu percurso foi moldado pelo sentido de resistência nacional à ocupação.

O Partido de Deus e o Movimento de Resistência Islâmica encontraram na desordem civil e na degradação social que caracterizava o Líbano e os territórios palestinianos, respectivamente, no decénio de 80, um campo fértil para a sua ascensão enquanto movimentos nacionalistas de resistência. Ambos se apresentaram como uma alternativa ao secularismo vigente, incorrendo, por isso, numa retórica islâmica radical que rejeita violentamente o sionismo e o imperialismo ocidental no Médio Oriente. Ambas instrumentalizaram a resistência face a Israel, e face aos EUA, como uma ferramenta de mobilização social e política. De facto, é a sua postura de rejeição que, por um lado, as torna atractivas para a opinião pública libanesa e palestiniana, e que, por outro lado, as condiciona na firmação de parcerias com os seus aliados.

Neste sentido, tanto o Hezbollah como Hamas justificam o recurso à violência, no qual se inclui o recurso ao martírio, como meio de expulsão das potências ocupadoras. Por outro lado, além da resistência armada, utilizam acções humanitárias e de bem-estar social como uma arma subversiva contra a entidade estatal responsável pelo território onde se inserem. No Líbano, o Hezbollah funciona como um Estado dentro do próprio Estado, sobrepondo-se não só em termos militares, mas também em termos sociais aos serviços estatais. Já o Hamas é responsável pelo fornecimento de todos os serviços sociais e militares em Gaza, desde a expulsão da Autoridade Palestiniana do território.

Em virtude do bem-estar social e da segurança que produzem, que em última análise são a verdadeira fonte da sua popularidade, o Partido de Deus e o Movimento de Resistência Islâmica optaram pelo encurtamento do processo de islamização que propunham para o Líbano e para os territórios palestinianos, a favor da participação no *status-quo* político. Demonstrando o seu pragmatismo, ambas organizações propuseram-se a participar activamente no processo político nacional com o objectivo de ser reconhecida a sua

legitimidade. É, precisamente, a partir deste ponto que encontramos divergências no percurso das duas organizações. Enquanto o Hezbollah conseguiu vincar a sua posição política, ao receber apoio estatal na manutenção do seu braço armado, o Hamas tem enfrentado grandes dificuldades em demarcar a sua posição política, uma vez que não recebe qualquer apoio da Autoridade Palestiniana, nem da comunidade internacional, além de estar sob constante pressão de Israel.

Tendo a sua posição, a nível nacional, definida e estabilizada, o Partido de Deus, cresceu enquanto actor político, o que lhe permitiu avançar para esfera regional. A actual participação da organização libanesa nos conflitos regionais coloca-a numa posição decisiva para o desfecho dos mesmos, sendo por isso um *player* de peso no Médio Oriente. Por esse motivo, a inclusão da organização é imprescindível na definição de uma solução para a actual instabilidade e insegurança regional, deste modo, aproximando-a do reconhecimento internacional da sua legitimidade.

Por sua vez, o Hamas tem tido dificuldade em posicionar-se quer a nível doméstico, quer a nível regional. Porém, a estabilização da situação nacional não depende inteiramente da organização, cabendo à Autoridade Palestiniana, a Israel, e à comunidade internacional reconhecer a impossibilidade de solucionar o conflito israelo-palestiniano com a exclusão do Movimento de Resistência Islâmica. A eclosão de uma nova Intifada comprova esta questão, e demonstra que a Fatah, embora domine a AP, não é uma força abrangente o suficiente para representar toda a sociedade palestiniana. Como tal, só um entendimento alargado, que inclua o Hamas, abrirá o caminho para a paz entre Israel e os territórios palestinianos. No que diz respeito ao plano regional, o Movimento de Resistência Islâmica tem, também, sérios obstáculos para ultrapassar, causados pela sua reacção aos eventos da Primavera Árabe, e pelo subsequente afastamento do Eixo de Resistência. Não obstante, embora a organização palestiniana ambicione realinhar-se com os Estados árabes-sunitas, não parece querer quebrar relações com o Irão e com o Hezbollah, uma vez que estes são os seus principais patrocinadores. No entanto, dada a presente tensão sectária que caracteriza o Médio Oriente, o Hamas enfrenta um difícil desafio ao querer manter relações tanto com o bloco sunita, como com o bloco shiita.

Em suma, o Hezbollah e o Hamas são organizações muito semelhantes em termos ideológicos e operacionais. Ambas instrumentalizam o Islão – ainda que se posicionem em espectros opostos do mesmo – de forma a atingir fins políticos, servindo-se de uma

interpretação radical da religião para justificar o recurso à violência. Acrescenta-se ainda o facto das duas organizações terem uma rede financeira semelhante e, nesse sentido, dependem de fontes de financiamento semelhantes.

Todavia, o Partido de Deus e o Movimento de Resistência Islâmica, além de divergirem no seu percurso político, distinguem-se em termos estruturais: embora ambas possuam uma infra-estrutura institucional vertical e hierarquizada, têm uma lógica de liderança diferente. O Hezbollah, fruto do seu credo shiita, submete-se à autoridade do Ayatollah do Irão. Já o Hamas, sendo uma organização sunita, não reconhece autoridade máxima além dos próprios líderes. Sobre este aspecto, o Movimento tem a particularidade de ter uma liderança bifurcada, em que os líderes “externos” são hierarquicamente superiores aos “internos”.

Concluimos, por fim, que o Hezbollah e o Hamas desafiam a concepção tradicional de terrorismo ao navegarem astutamente entre a militância e a legitimidade política. Por esse motivo são consideradas duas maiores organizações do Médio Oriente.

## VIII. Bibliografia

### Livros:

Costa, H. S., 2003. *O Martírio no Islão*. Lisboa: ISCSP.

Esposito, J. L., 1999. *The Islamic Threat*. 3ª ed. Nova Iorque: Oxford University Press.

Harik, J. P., 2005. *Hezbollah: The Changing Face of Terrorism*. 2ª ed. Nova Iorque: I. B. Tauris.

Lara, A. d. S., 2015. *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*. 8ª ed. Lisboa: ISCSP.

Levitt, M., 2006. *Hamas: Politics, Charity, and Terrorism in the Service of Jihad*. 2 ed. Virginia: Yale University Press.

Levitt, M., 2013a. *Hezbollah: The Global Footprint of Lebanon's Party of God*. Washington, DC: Georgetown University Press.

Maltez, J. A., 1996. *Princípios de Ciência Política*. 2ª ed. Lisboa: ISCSP.

Mishal, S. & Sela, A., 2000. *The Palestinian Hamas*. 10 ed. Nova Iorque: Columbia University Press.

Norton, A. R., 2014. *Hezbollah: A Short History*. 3ª ed. Nova Jersey: Princeton University Press.

Silva, T. d. A. e., 2010. *Sociedade e Cultura na Área Islâmica*. Lisboa: ISCSP.

Tamimi, A., 2011. *Hamas: A History From Within*. Northampton: Olive Branch Press.

### Secções de Livros:

Ayoob, M., 2011. Islamist National Resistance. Em: *The Many Faces of Political Islam*. 4ª ed. Michigan: The University of Michigan Press, pp. 112-130.

Dougherty, J. & Pfaltzgraff, R., 2003. Teorias da dissuasão: controlo do armamento e estabilidade estratégica - Terrorismo Internacional. Em: *Relações Internacionais - As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva, pp. 494-500.

Lara, A. d. S., 2002. A Colonização, a Descolonização e as Ideologias de Ressentimento. Em: *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa: ISCSP, pp. 118-172.

Martin, R., 2004. Hojjat al-Islam. Em: *Encyclopedia of Islam and the Muslim World*. Nova Iorque: Thomson Gale, p. 310.

Moreira, C. D., 2007. A Distinção Quantitativo-Qualitativo: Identificação de Posições e Propostas. Em: *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: ISCSP, pp. 47-56.

Ribeiro, A. S., 2009. Estratégia como Processo. Em: *Teoria Geral da Estratégia*. Coimbra: Almedina, pp. 21-98.

### **Artigos:**

Abu-Amr, Z., 1993. Hamas: A Historical and Political Background. *Journal of Palestine Studies*, pp. 5-19.

Armstrong, T. & Matusitz, J., 2013. Hezbollah as a Group Phenomenon: Differential Association Theory. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 20 Abril, pp. 475-484.

Azani, E., 2012. Hezbollah's Strategy of "Walking on the Edge": Between Political Game and Political Violence. *Studies in Conflict & Terrorism*, Outubro, pp. 741-759.

Azani, E., 2013. The Hybrid Terrorist Organization: Hezbollah as a Case Study. *Studies in Conflict & Terrorism*, 11 Outubro, pp. 899-916.

Berti, B., 2015. Non-State Actors as Providers of Governance: The Hamas Government in Gaza between Effective Sovereignty, Centralized Authority, and Resistance. *Middle East Journal*, pp. 9-31.

Bhasin, T. & Hallward, M. C., 2012. Hamas as a Political Party: Democratization in the Palestinian Territories. *Terrorism and Political Violence*, 7 Dezembro, pp. 75-93.

Brown, N., 2010. The Hamas–Fatah Conflict: Shallow but Wide. *The Fletcher Forum of World Affairs*, pp. 37-51.

Brown, N., 2006. Jordan and Its Islamic Movement: The Limits of Inclusion. *Carnegie Papers*, Novembro, pp. 3-26.

Byman, D., 2013. Is Hamas Winning?. *The Washington Quarterly*, 28 Outubro, pp. 63-76.

Childs, S., 2011. From Identity to Militancy: The Shi'a of Hezbollah. *Comparative Strategy*, 26 Setembro, pp. 363-372.

DeVore, M. & Stähli, A., 2014. Explaining Hezbollah's Effectiveness: Internal and External Determinants of the Rise of Violent Non-State Actors. *Terrorism and Political Violence*, 4 Abril, pp. 1-27.

Flanigan, S. T., 2012. Terrorists Next Door? A Comparison of Mexican Drug Cartels and Middle Eastern Terrorist Organizations. *Terrorism and Political Violence*, 14 Março, pp. 279-294.

Frankel, R. D., 2012. Keeping Hamas and Hezbollah Out of a War with Iran. *The Washington Quarterly*, 9 Outubro, pp. 53-65.



- Freeman, M., 2011. The Sources of Terrorist Financing: Theory and Typology. *Studies in Conflict & Terrorism*, 20 Maio, pp. 461-475.
- Ganor, B., 2012. Israel and Hamas. *Orbis*, Outubro, pp. 120-134.
- Gorden, N. & Filc, D., 2005. Hamas and the Destruction of Risk Society. *Constellations*, pp. 542-560.
- Grynkeiwich, A., 2008. Welfare as Warfare: How Violent Non-State Groups Use Social Services to Attack the State. *Studies in Conflict & Terrorism*, 10 Abril, pp. 350-370.
- Gunning, J., 2004. Peace with Hamas? The transforming potential of political participation. *International Affairs*, pp. 233-255.
- Hroub, K., 2004. Hamas after Shaykh Yasin and Rantisi. *Journal of Palestine Studies*, pp. 21-38.
- Hroub, K., 2006. A "New Hamas" through Its New Documents. *Journal of Palestine Studies*, pp. 6-27.
- Husseini, R. E., 2010. Hezbollah and the Axis of Refusal: Hamas, Iran and Syria. *Third World Quarterly*, pp. 803-815.
- Levitt, M., 2013b. Hezbollah's Organized Criminal Enterprises in Europe. *Perspectives on Terrorism*, Agosto, pp. 27-40.
- Lindenstrauss, G. & Kivam, S., 2014. Turkish-Hamas Relations: Between Strategic Calculations and Natural Affinity. *Strategic Assessment*, Julho, pp. 7-16.
- Long, B., 2010. The Hamas Agenda: How Has It Changed?. *Middle East Policy*, pp. 131-143.
- Mellon, J., 2002. Pan-Arabism, pan-Islamism and inter-state relations in the Arab World. *Nationalism and Ethnic Politics*, Dezembro, pp. 1-15.
- Milton-Edwards, B., 2013. Hamas and the Arab Spring: Strategic Shifts?. *Middle East Policy*, pp. 60-72.
- Mohns, E. & Bank, A., 2012. Syrian Revolt Fallout: End of the Resistance Axis?. *Middle East Policy*, pp. 25-35.
- Moreira, A., 1980. Poder Funcional - Poder Errático. *Nação e Defesa*, pp. 14-27.
- Noriega, R. & Cárdena, J., 2011. The Mounting Hezbollah Threat in Latin America. *Latin American Outlook*, Outubro, pp. 301-306.
- Phillips, J., 2007. Hezbollah's Terrorist Threat to the European Union. *Heritage Lectures*, 28 Agosto, pp. 1-7.

Rabil, R. G., 2008. Hezbollah: Lebanon's Power Broker. *Journal of International Security Affairs*, pp. 45-57.

Rudner, M., 2010. Hizbullah: An Organizational and Operational Profile. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, 25 Fevereiro, pp. 226-246.

Salamey, I. & Othman, Z., 2011. Shia Revival and Welayat Al-Faqih in the Making of Iranian Foreign Policy. *Politics, Religion & Ideology*, 11 Julho, pp. 197-212.

Santos, J., 2008. O Paradoxo do Hamas: Democracia vs Terrorismo?. *Nação e Defesa*, pp. 103-126.

Schulze, K., 2010. Camp David and the Al-Aqsa Intifada: An Assessment of the State of the Israeli-Palestinian Peace Process. *Studies in Conflict & Terrorism*, 6 Agosto, pp. 215-233.

Sen, S., 2015. Bringing Back the Palestinian State: Hamas between Government and Resistance. *Middle East Critique*, 16 Março, pp. 211-225.

Shamir, E. & Hecht, E., 2014. Gaza 2014: Israel's Attrition vs Hamas' Exhaustion. *Parameters* 44, pp. 81-90.

Wiegand, K. E., 2009. Reformation of a Terrorist Group: Hezbollah as a Lebanese Political Party. *Studies in Conflict & Terrorism*, 23 Julho, pp. 669-680.

Winer, J. M. & Roule, T. J., 2002. Fighting Terrorist Finance. *Survival*, pp. 87-104.

### **Webgrafia:**

ABC, 2015. *Nicolás Maduro negoció con Hizbolá la presencia de sus milicianos en Venezuela*. [Online]  
Available at: <http://www.abc.es/internacional/20150421/abci-maduro-negocio-hizbola-201504202119.html>  
[Acedido em 11 Maio 2015].

Al-Jazeera, 2015a. *Can Hezbollah fight two wars at the same time?*. [Online]  
Available at: <http://www.aljazeera.com/blogs/middleeast/2015/03/hezbollah-fight-wars-time-150306085325512.html>  
[Acedido em 23 Outubro 2015].

Al-Monitor, 2014a. *Palestinian elections on hold until further notice*. [Online]  
Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2014/10/palestine-presidential-parliamentary-elections-on-hold.html>  
[Acedido em 13 Agosto 2015].

Al-Monitor, 2014b. *Hamas summer camps for kids include military training*. [Online]  
Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2014/06/palestine-hamas-summer-camps-ideology.html>  
[Acedido em 22 Agosto 2015].

Al-Monitor, 2014c. *With little help from Iran, Hamas fights Israel with homemade rockets*. [Online]

Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2014/07/hamas-war-israel-without-iran-support.html>

[Acedido em 4 Novembro 2015].

Al-Monitor, 2015a. *The deepening rift between Fatah, Hamas*. [Online]

Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/03/palestine-hamas-fatah-plo-accusations.html>

[Acedido em 13 Agosto 2015].

Al-Monitor, 2015b. *Hezbollah's media machine changes gears*. [Online]

Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/06/hezbollah-media-manar-changing-syria-israel-message.html#>

[Acedido em 23 Outubro 2015].

Al-Monitor, 2015c. *Hamas courts Saudis*. [Online]

Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/05/hamas-rapprochement-saudi-arabia-egypt-relations.html>

[Acedido em 9 Novembro 2015].

Al-Monitor, 2015d. *Hamas caught between Tehran and Riyadh*. [Online]

Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/08/iran-hamas-ties-saudi-arabia.html>

[Acedido em 9 Novembro 2015].

Al-Monitor, 2015e. *Hamas treads carefully with support for Yemen war*. [Online]

Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/04/hamas-position-yemen-war-region-alliances.html>

[Acedido em 9 Novembro 2015].

Al-Monitor, 2015f. *Gaza tunnels, how did it all start?*. [Online]

Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/10/egypt-gaza-rafah-tunnels-smuggling.html>

[Acedido em 10 Novembro 2015].

Al-Monitor, 2015g. *Hamas tones down Brotherhood links to improve Egypt ties*. [Online]

Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2014/05/gaza-egypt-hamas-brotherhood-elections.html>

[Acedido em 10 Novembro 2015].

Al-Monitor, 2015h. *Fight against IS draws Hamas, Egypt closer*. [Online]

Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/06/egypt-gaza-hamas-rapprochement.html>

[Acedido em 10 Novembro 2015].

Al-Monitor, 2015i. *Will uprising bring Hamas, Fatah closer?*. [Online]

Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/10/jerusalem-intifada-unity-palestinians-hamas-fatah-division.html>

[Acedido em 13 Novembro 2015].

Al-Monitor, 2015j. *How will Nasrallah retaliate for death of Hezbollah leader in Syria?*. [Online]

Available at: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/12/syria-samir-kuntar-israel-hezbollah.html>

[Acedido em 6 Janeiro 2016].

BBC, 2014. *Profile: Hamas Palestinian movement*. [Online]

Available at: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-13331522>

[Acedido em 9 Setembro 2015].

BBC, 2015. *Lebanon profile - Timeline*. [Online]

Available at: <http://m.bbc.com/news/world-middle-east-14649284>

[Acedido em 19 Março 2015].

Billingslea, W., 2004. *Illicit Cigarette Trafficking and the Funding of Terrorism*. [Online]

Available at:

[http://www.policechiefmagazine.org/magazine/index.cfm?fuseaction=display&article\\_id=226&issue\\_id=22004](http://www.policechiefmagazine.org/magazine/index.cfm?fuseaction=display&article_id=226&issue_id=22004)

[Acedido em 15 Setembro 2015].

Cammett, M., 2006. *Foreign Policy - Habitat for Hezbollah*. [Online]

Available at: [http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story\\_id=3572&print=1](http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3572&print=1)

[Acedido em 30 Março 2015].

CIA Factbook, 2014. *Government of Lebanon*. [Online]

Available at: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/le.html>

[Acedido em 15 Abril 2014].

CNN, 2014. *Israel-Gaza truce reached, this time with no expiration date*. [Online]

Available at: <http://edition.cnn.com/2014/08/26/world/meast/mideast-crisis/>

[Acedido em 7 Outubro 2015].

Cohler, S., 2011. *Hezbollah: Analysis of Violence - American Diplomacy*. [Online]

Available at:

[http://www.unc.edu/depts/diplomat/item/2011/0104/comm/cohler\\_hezbollah.html](http://www.unc.edu/depts/diplomat/item/2011/0104/comm/cohler_hezbollah.html)

[Acedido em 10 Abril 2015].

Council on Foreign Relations, 1988. *An Open Letter: The Hizballah Program*. [Online]

Available at: <http://www.cfr.org/terrorist-organizations-and-networks/open-letter-hizballah-program/p30967>

[Acedido em 28 Setembro 2015].

Encyclopædia Britannica, 2014. *Fatah*. [Online]

Available at: <http://www.britannica.com/topic/Fatah>

[Acedido em 11 Novembro 2015].

Gambill, G. C., 2002. *The Middle East Forum - Sponsoring Terrorism: Syria and Hamas*. [Online]

Available at: [http://www.meforum.org/meib/articles/0210\\_s1.htm](http://www.meforum.org/meib/articles/0210_s1.htm)

[Acedido em 28 Agosto 2015].

Hamas, 2015. *Myths and facts*. [Online]  
Available at: <http://hamas.ps/en/page/5>  
[Acedido em 14 Agosto 2015].

IDEA, 2009. *Voter turnout data for Palestinian Territory, Occupied*. [Online]  
Available at: <http://www.idea.int/vt/countryview.cfm?CountryCode=PS>  
[Acedido em 5 Setembro 2015].

IDEA, 2011. *Voter turnout data for Lebanon*. [Online]  
Available at: <http://www.idea.int/vt/countryview.cfm?id=128>  
[Acedido em 5 Setembro 2015].

International Institute for Counter-Terrorism, 2006. *Hezbollah, a Global Terrorist Organization*. [Online]  
Available at: <http://www.ict.org.il/Articles/tabid/66/Articlsid/231/Default.aspx>  
[Acedido em 13 Abril 2014].

Lebanon Renaissance Foundation, 2009. *The New Hezbollah Manifesto*. [Online]  
Available at: <http://www.lebanonrenaissance.org/assets/Uploads/15-The-New-Hezbollah-Manifesto-Nov09.pdf>  
[Acedido em 29 Setembro 2015].

Levitt, M., 2005. *Hezbollah Finances: Funding the Party of God - The Washington Institute*. [Online]  
Available at: <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/hezbollah-finances-funding-the-party-of-god>  
[Acedido em 7 Abril 2015].

Luft, G., 2002. *Foreign Policy - The Palestinian H-Bomb: Terror's Winning Strategy*. [Online]  
Available at: <https://www.foreignaffairs.com/articles/palestinian-authority/2002-07-01/palestinian-h-bomb-terrors-winning-strategy>  
[Acedido em 5 Agosto 2015].

Middle East Monitor, 2015. *US removes Iran and Hezbollah from list of terror threats*. [Online]  
Available at: <https://www.middleeastmonitor.com/news/americas/17579-us-removes-iran-and-hezbollah-from-list-of-terror-threats>  
[Acedido em 12 Maio 2015].

ONU, s.d. *United Nations Action to Counter Terrorism*. [Online]  
Available at: <http://www.un.org/en/terrorism/>  
[Acedido em 14 Janeiro 2016].

Parlamento Libanês, 2013. *Presidente do Parlamento*. [Online]  
Available at: <https://www.lp.gov.lb/CustomPage.aspx?id=29&masterId=1>  
[Acedido em 24 Outubro 2015].

Pinto, M. d. C. & Ferreira da Silva, V., 2006. *IPRI - Jogam-se várias partidas no xadrez do Médio Oriente: a crise no Líbano*. [Online]  
Available at: [http://www.ipri.pt/publicacoes/working\\_paper/working\\_paper.php?idp=32](http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=32)  
[Acedido em 9 Outubro 2015].

Reuters, 2013. *Lebanon's deadlocked parliament postpones June election*. [Online]  
Available at: <http://www.reuters.com/article/2013/05/31/us-lebanon-parliament-election-idUSBRE94U0N420130531>  
[Acedido em 15 Abril 2014].

Romana, H. B., 2005. *Janus Online - Terrorismo e "Intelligence": um novo quadro analítico*. [Online]  
Available at: [http://janusonline.pt/conjuntura/conj\\_2005\\_4\\_1\\_11\\_b.html#topo](http://janusonline.pt/conjuntura/conj_2005_4_1_11_b.html#topo)  
[Acedido em 26 Novembro 2015].

Samaha, N., 2015. *Foreign Policy - Hezbollah is 'Stronger than Ever'*. [Online]  
Available at: <http://foreignpolicy.com/2015/06/01/hezbollah-is-stronger-than-ever-isis-syria/>  
[Acedido em 21 Novembro 2015].

Spyer, J., 2015. *Is it Iran's Middle East Now?*. [Online]  
Available at: <http://www.meforum.org/5622/iran-middle-east>  
[Acedido em 21 Novembro 2015].

The Guardian, 2007. *Rival Palestinian factions agree to form coalition government*. [Online]  
Available at: <http://www.theguardian.com/world/2007/feb/09/israel>  
[Acedido em 13 Agosto 2015].

The New York Times, 2007. *Hamas Seizes Broad Control in Gaza Strip*. [Online]  
Available at: <http://www.nytimes.com/2007/06/14/world/middleeast/14mideast.html>  
[Acedido em 13 Agosto 2015].

The New York Times, 2008. *Deal for Lebanese Factions Leaves Hezbollah Stronger*. [Online]  
Available at: [http://www.nytimes.com/2008/05/22/world/middleeast/22lebanon.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2008/05/22/world/middleeast/22lebanon.html?_r=0)  
[Acedido em 19 Março 2015].

The New York Times, 2009. *A Gaza War Full of Traps and Trickery*. [Online]  
Available at: <http://www.nytimes.com/2009/01/11/world/middleeast/11hamas.html?pagewanted=1>  
[Acedido em 5 Agosto 2015].

The New York Times, 2012. *Hamas Leader Abandons Longtime Base in Damascus*. [Online]  
Available at: [http://www.nytimes.com/2012/01/28/world/middleeast/khaled-meshal-the-leader-of-hamas-vacates-damascus.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2012/01/28/world/middleeast/khaled-meshal-the-leader-of-hamas-vacates-damascus.html?_r=0)  
[Acedido em 28 Agosto 2015].

Walt, S., 2015. *Foreign Policy - What Should We Do if the Islamic State*. [Online]

Available at: <http://foreignpolicy.com/2015/06/10/what-should-we-do-if-isis-islamic-state-wins-containment/>  
[Acedido em 13 Janeiro 2016].

**Outras Fontes:**

Berman, I., 2011. *Hezbollah in the Western Hemisphere*. Washington, DC: Statement before the U.S. House of Representatives Committee on Homeland Security Subcommittee on Counterterrorism and Intelligence.

Emerson, S., 2002. *Fund-Raising Methods and Procedures for International*, Washington, DC: House Committee on Financial Services.

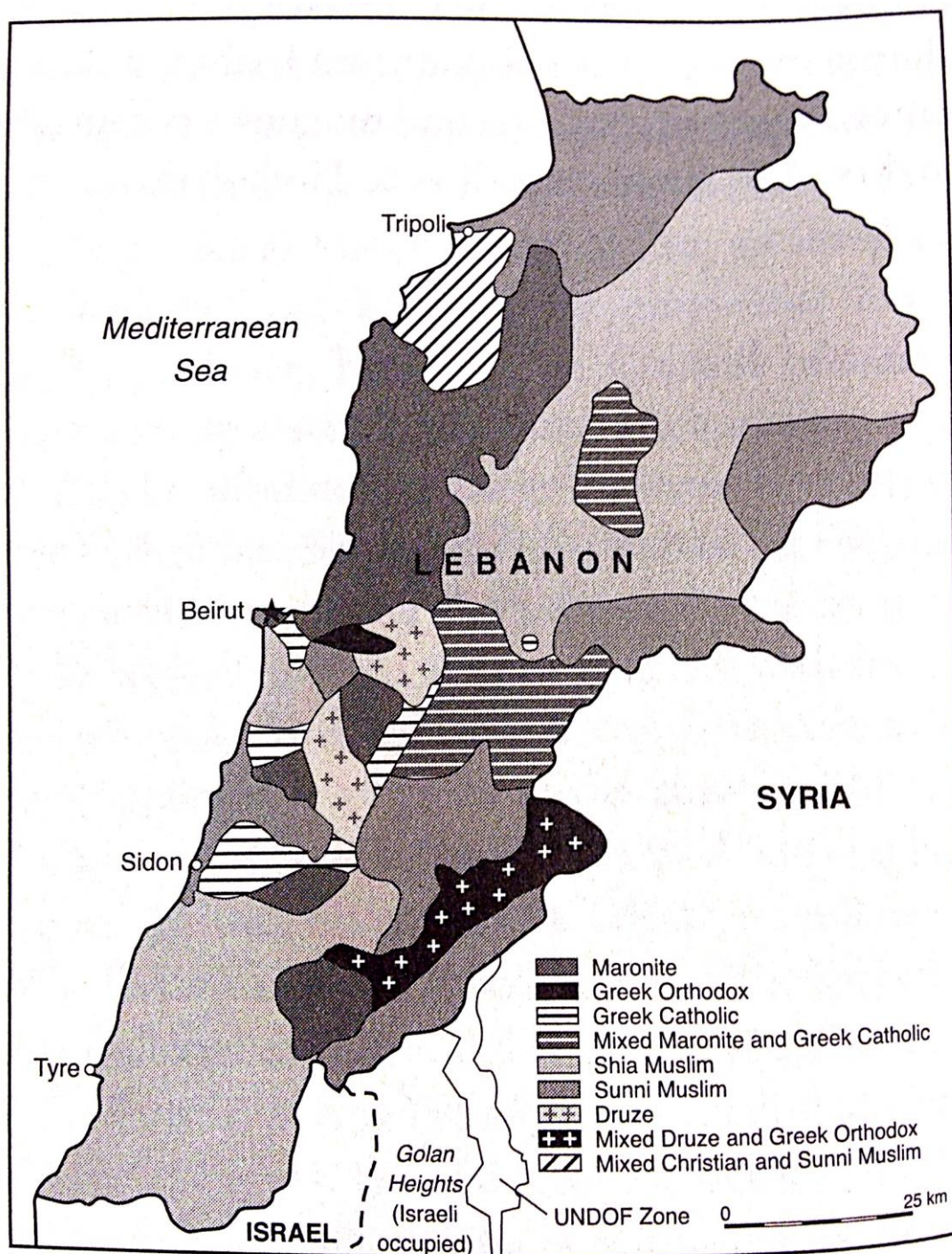
International Crisis Group, 2003. *Islamic Social Welfare Activism in the Occupied Palestinian Territories: A Legitimate Target?*, Amman/Bruxelas: ICG.

Levitt, M., 2003c. *Hezbollah: A Case Study of Global Reach*. Herzliya (Israel), International Policy Institute for Counter-Terrorism.

U.S. Department of the Treasury, 2009. *Treasury Targets Hizballah Network in Africa*. [Online]

Available at: <http://www.treasury.gov/press-center/press-releases/Pages/tg149.aspx>  
[Acedido em 6 Maio 2015].

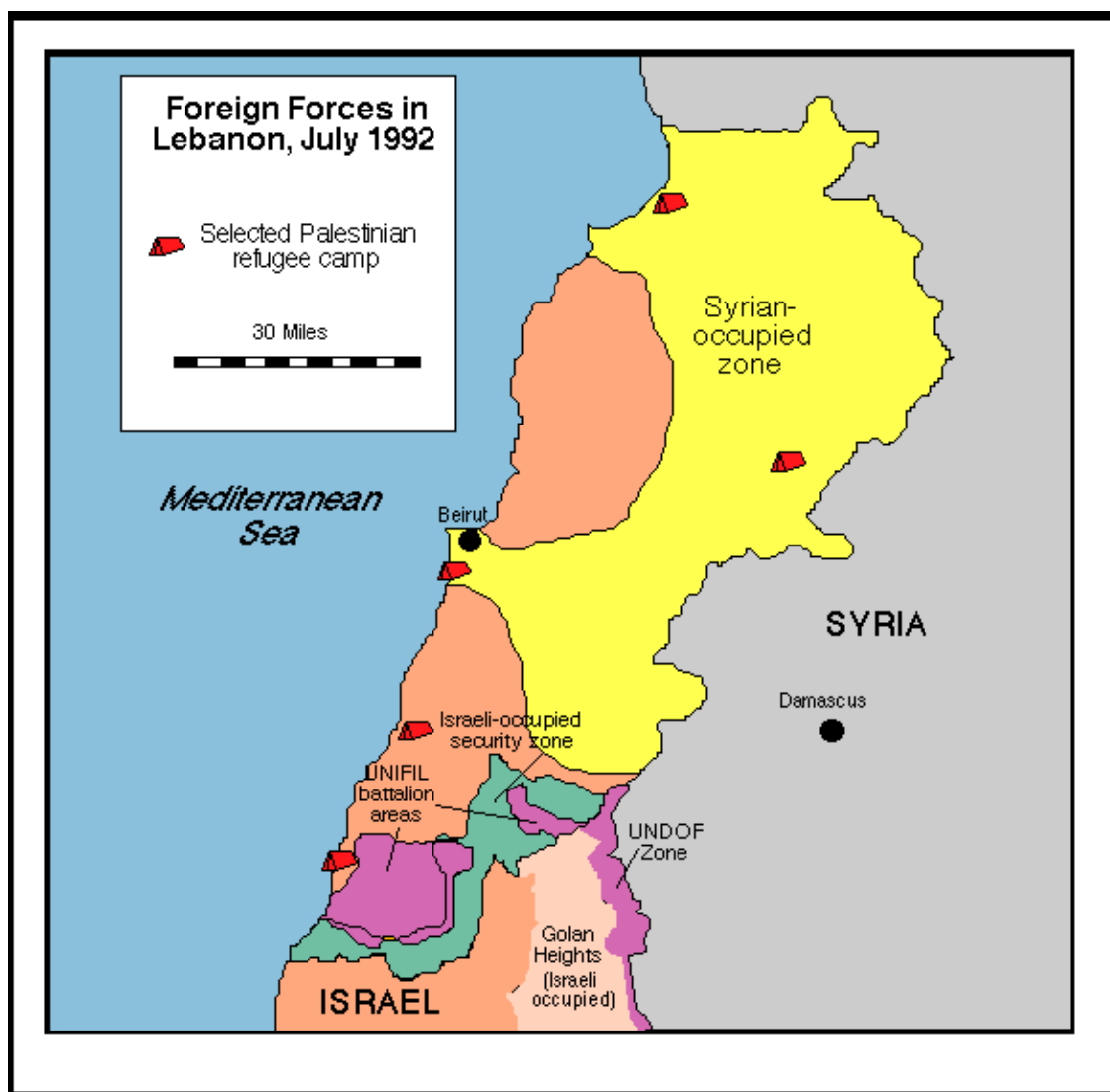
## Anexos



Anexo 1 – Mapa da distribuição geográfica dos principais grupos confessionais do Líbano

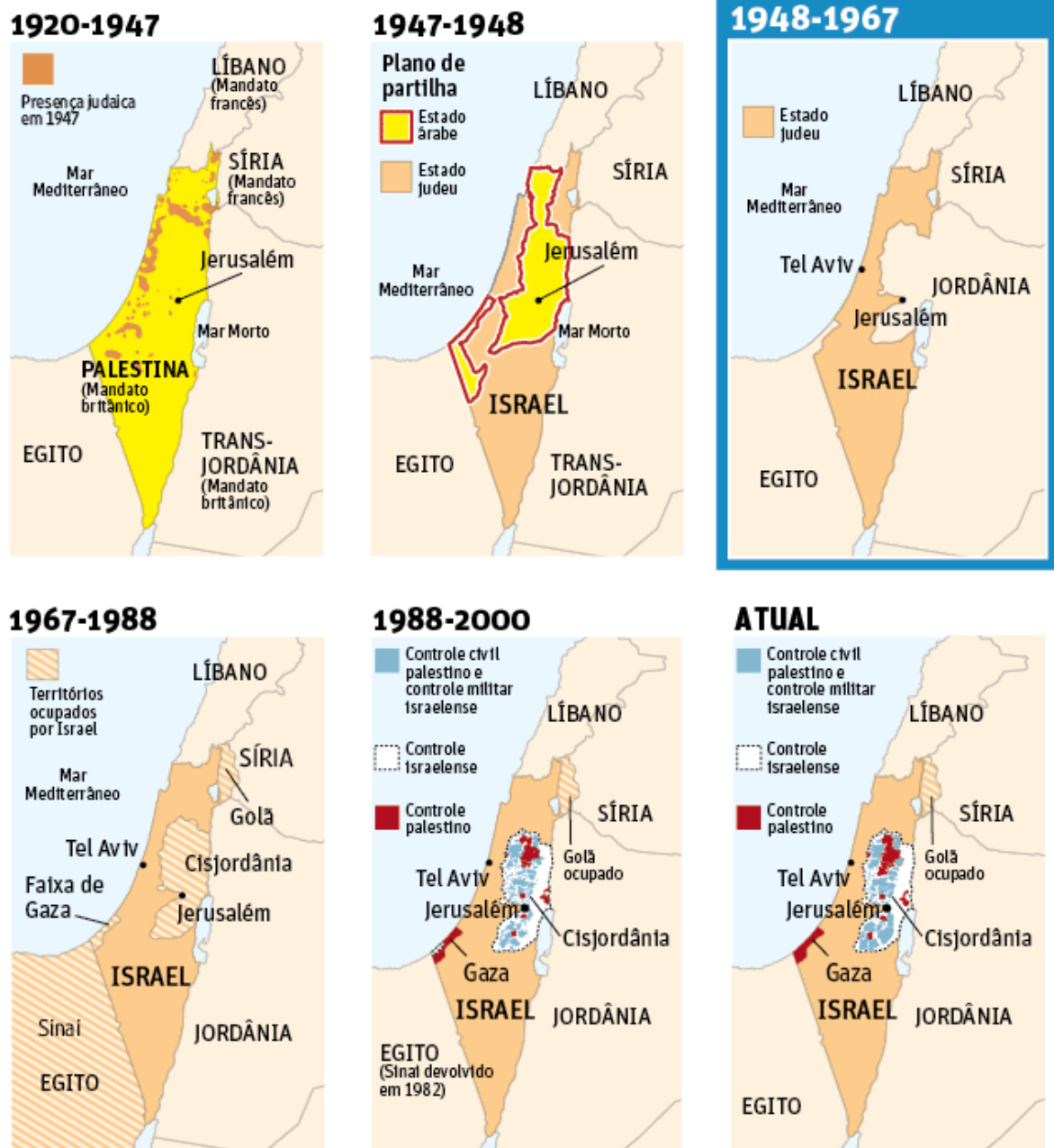
Fonte: Norton, A. R., 2014. *Hezbollah: A Short History*. 3ª ed. Nova Jersey: Princeton University Press, p. 26





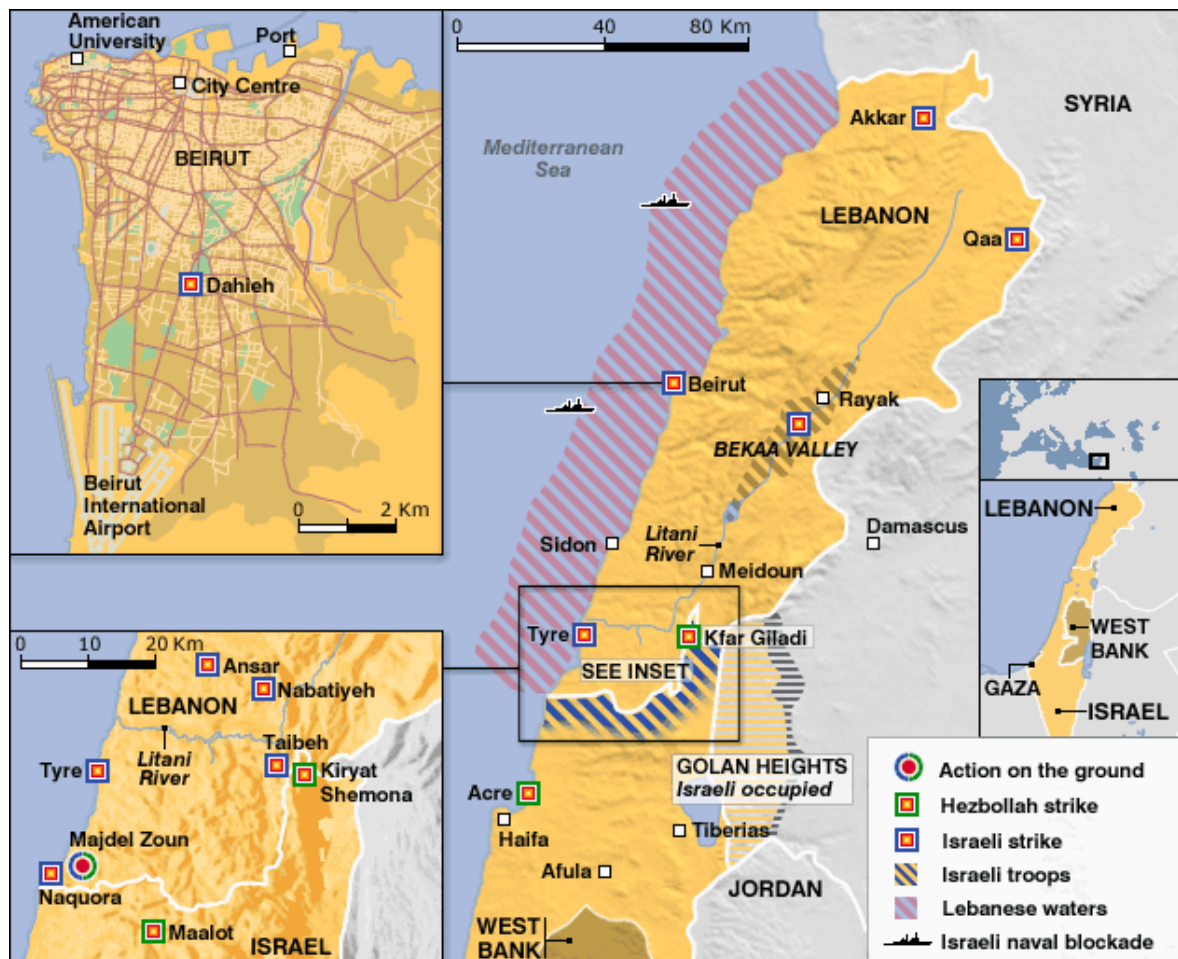
Anexo 2 – Mapa das forças estrangeiras no Líbano, em Julho de 1992

Fonte: College, D., s.d.. *Foreign Forces in Lebanon, July 1992*. [Online] Available at: <http://www.dartmouth.edu/~gov46/forgn-forces-leb-july-1992.gif> [Acedido em 2016 Julho 4].



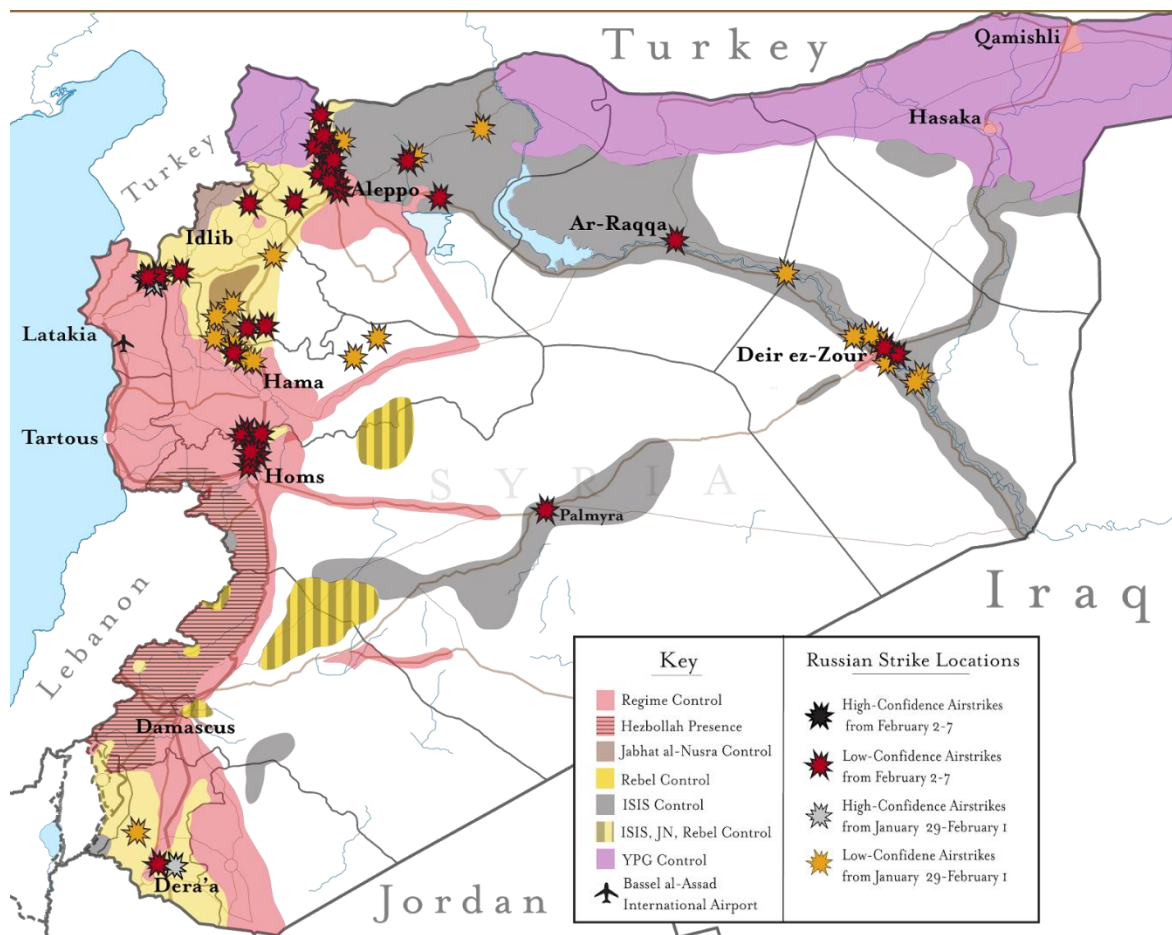
Anexo 3 – Mapa da evolução territorial do conflito israelo-palestiniano (1920-2013)

Fonte: Geografia Hi7, s.d.. *Territórios de Israel e Palestina de 1920 a 2013*. [Online] Available at: <http://geografia.hi7.co/geografia/geografia-56c3cfbce4fa2.gif> [Acedido em 4 Julho 2016].



Anexo 4 – Mapa da Segunda Guerra do Líbano (2006)

Fonte: Vox, 2015. *Israeli and Hezbollah strikes in the 2006 Lebanon War*. [Online] Available at: <http://www.vox.com/a/maps-explain-the-middle-east#map-19> [Acedido em 2016 Julho 4].



Anexo 5 – Mapa da Guerra da Síria: Alinhamento dos *key-players*, em Fevereiro de 2016

Fonte: Instituto for the Study of War, 2016. *Russian Airstrikes in Syria: January - February 2016*. [Online] Available at:

[https://cdn0.vox-cdn.com/thumbor/ur3cfR\\_88u6rB5vbhyMBD6U7M9I=/cdn0.vox-](https://cdn0.vox-cdn.com/thumbor/ur3cfR_88u6rB5vbhyMBD6U7M9I=/cdn0.vox-)

[cdn.com/uploads/chorus\\_asset/file/6047659/Russian-Airstrikes-29-JAN--07-FEB--\(1\).png](cdn.com/uploads/chorus_asset/file/6047659/Russian-Airstrikes-29-JAN--07-FEB--(1).png) [Acedido em 4 Julho 2016].



Anexo 6 – Operação Protective Edge: Mapa dos túneis do Hamas (2014)

Fonte: Jewish Library, s.d.. *Operation Protective Edge: Map of Tunnels Under Gaza*. [Online] Available at: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Peace/protectivetunnelmap.html> [Acedido em 4 Julho 2016].